

ensaios de
História

Franca, v.4, n. 1 / 2, 1999
ISSN 1414-8854



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

UNESP - BCpFr
Clas. 981.005
Tombo
PER ODICO

Faculdade de História, Direito e Serviço Social



ENSAIOS DE HISTÓRIA

Revista do Curso de Graduação em História

1002022363



ISSN 1414-8854

Ensaio de História	Franca	v.4, n.1/2	p.1-199	1999
--------------------	--------	------------	---------	------

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Reitor

Prof. Dr. Antônio Manoel dos Santos Silva

Vice-Reitor

Prof. Dr. Luis Roberto de Toledo Ramalho

FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL

Diretor

Prof. Dr. Luiz Antônio Soares Hentz

Vice-Diretor

Prof.ª Dr.ª Irene Sales de Souza

Curso de Graduação em História

Coordenador

Prof. Dr. José Evaldode Mello Doin

Vice-Coodenador

Prof. Dr. Ivan Ap. Manoel

Conselho do Curso de Graduação em História

Alberto Aggio, Célia Maria David, Ivan Aparecido Manoel,

José Evaldo de Mello Doin, Margarida Maria de Carvalho,

Nelson Schapochnik, Pedro Geraldo Tosi

Editores

Itamar Teodoro de Faria

Nelson Schapochnik

Publicação semestral/Semestral publication

Solicita-se permuta/Exchange desired

Endereço/Adress

Ens. Hist.

Rua Major Claudiano, 1488 – CEP 14400-690 Franca/SP

ENSAIOS DE HISTÓRIA (Faculdade de História, Direito e
Serviço Social – UNESP) Franca, SP – Brasil, 1996 –

1996 – 1999, 1 – 4

ISSN 1414-8854

Capa: Clio – deusa grega da História.

Desenho e arte final: Atalie Rodrigues Alves Ferreira.

APRESENTAÇÃO

Ensaio de História é uma revista organizada pelos alunos do Curso de História da Unesp, campus de Franca.

Agora, no seu quarto volume, estes *Ensaio*s vêm reafirmando seu valor e solidificando sua posição.

Propiciando, com tem feito ao longo desses 4 volumes, espaço para publicação de trabalhos acadêmicos, quer seja os de monografia de conclusão, de iniciação científica ou outros, esta revista contribui sobremaneira para o necessário exercício da escrita, reflexão, prática, enfim, dos historiadores em formação. Fazendo isto mais contribui para fortalecer e realçar a qualidade do curso e dos alunos. Os exercícios aqui apresentados e condensados sob a forma de artigos certamente contribuirão para que, num futuro próximo, estes alunos se lancem a projetos de maior fôlego e rigor.

Este volume apresenta conjuntamente, como ocorrido com o volume anterior, os dois números do ano de 1999.

Entre os diversos textos ora publicados apresentam-se várias contribuições, reelaborações ou recortes de monografias de conclusão de curso, de alunos que, concluindo a graduação em 1998, são ingressantes do Programa de Pós-Graduação em História desta Faculdade.

Além de artigos abordando temas como Igreja e repressão militar, guerrilha, complexo cafeeiro e Barretos, publicamos o *dossier Cultura* que, tal como a polissemia desse termo faculta, reúne artigos de cepa variada contemplando desde a análise de esquemas míticos da antigüidade grega, passando por apontamentos de teoria da cultura, propostas de história cultural, considerações sobre modernidade, indústria cultural, folclore e estudo sobre a organização social de comunidades haliêuticas da região amazônica.

Este volume inclui também os textos da conferência de abertura e o

da conferência de encerramento da XII Semana de História do campus de Franca.

Esperamos que a publicação de mais este volume de Ensaios de História seja mais um incentivo a que os graduandos em História se envolvam cada vez mais na manutenção e melhoria desse espaço que a eles se destina.

Ivan Ap. Manoel
Vice-Coordenador do Curso de Graduação em História
UNESP/Campus de Franca

SUMÁRIO/CONTENTS

CULTURA/CULTURE

- Esquêria* de Homero: A Utópica Imagem
Esquêria Of Homer: The Utopian Image
Cristiane Demarchi 9
- Lévi-Strauss: a Inteligibilidade Estrutural e a Explicação da Cultura
Lévi-Strauss: The Structural Inteligibility And The Explanation About The Culture
Itamar Teodoro de Faria 17
- Indústria Cultural, Terceira Revolução Industrial e Influências na Escola
The Cultural Industry, Third Industrial Revolution And The Influences In School
Rogério Naques Faleiros 43
- A Haussmanização em Ribeirão Preto durante a *Belle Époque*:
os Papéis de Francisco Schmidt e Joaquim Macedo Bittencourt
na Cultura Urbana da Cidade, 1897-1917
The *Haussmanization* In Ribeirão Preto During The *Belle Époque*:
The Roles Of Francisco Schmidt And Joaquim Macedo Bittencourt On The Urban Culture
Of The City (1897-1917)
Rodrigo Ribeiro Paziani 51
- O Pensamento Moderno e o Processo de Modernização em Franca no
Final do Século XIX: a Imprensa e o Discurso do Dr. Santos Pereira
The Modern Thought And The Modernization Process In Franca At The End Of The
Nineteenth Century: The Print Press And The Dr. Santos Pereira Speech
Samuel Fernando de Souza 71
- Tradição e Transformação:
Continuidade e Resistência na Folia de Reis de Bebedouro
Tradition And Transformation: The Continuity And The Resistance On The Epiphany In
Bebedouro
Guilherme Falcon Pupo 91
- Os Parceiros das Águas: Formas de Organização Social
de Duas Comunidades Haliêuticas da Região Amazônica
The Partners From Water: Ways Of Social Organization Of Two Halieutics Communities Of
The Amazonic Region
Telmo Renato da Silva Araújo 115

ARTIGOS/ARTICLES

Em Defesa do Homem: a Igreja contra a Repressão Militar Defending The Man: The Church Against The Militar Repression <i>Fábio Lanza</i>	125
A Guerrilha de Caparaó: A <i>Sierra Maestra</i> Tupiniquim The Caparaó's Guerilla: The <i>Sierra Maestra</i> Tupiniquim <i>Marcelo Botosso</i>	131
"Complexo cafeeiro" e visão empresarial": A instalação da Companhia Frigorífica Pastoril em Barretos "Coffe Complex" and Impresarial Vision: The Instalation of "Companhia Frigorífica Pastoril" In Barretos <i>Humberto Perinelli Neto</i>	139
Universidade e Pesquisa: os 35 Anos do Curso de História The University And The Research: The 35 Years Of The History Course <i>Hercidia Mara Facuri Coelho</i>	169
O Brasil e os Desafios do Final do Século Brazil And The Challenges At The End Of The Century <i>Leandro Konder Comparato</i>	177
ÍNDICES DE ASSUNTOS	185
SUBJECT INDEX	189
ÍNDICE DE AUTORES/AUTHORS INDEX	193
NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAL	197

CULTURA/CULTURE

RESUMO: Associa a reconstrução mítica da *Odisséia* de Homero à necessidade de criação de valores no período em que a obra foi escrita. Analisa o caso da utópica Esquéria: ilha onde a riqueza exacerba-se, onde se mesclam características da civilização micênica e da Cidade-Estado em construção.

UNITERMOS: Homero, Esquéria, *Odisséia*, mitologia grega, utopia.

"O pensamento mítico não é só prisioneiro de fatos e experiências que ordena repetida e incansavelmente para descobrir sentido; ele também se liberta por meio do protesto que gera contra a ausência de sentido que a ciência, desde o começo, resignou-se a aceitar."

Claude Lévi-Strauss

Este artigo representa apenas o recorte de um Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido na área de Grécia Antiga da Unesp de Franca no qual se delineia, como eixo temático, o estudo da recriação conceitual dos esquemas míticos a partir das instâncias sociais, das relações de poder e dos contatos culturais experimentados pelo homem grego. Utilizamos como fonte aqueles relatos que apresentam em seu conteúdo características míticas, tais como: Homero (a *Ilíada* e a *Odisséia*), Hesíodo (*Teogonia* e *Os trabalhos e os dias*), Heródoto (fragmentos de *História*) e peças da dramaturgia (especialmente Eurípedes e Ésquilo) por terem como objeto de representação o mito oriundo do mundo grego confrontando, conforme a possibilidade, com a cultura material, a saber: a iconografia dos vasos áticos.

Esta análise específica busca demonstrar uma das variantes de transformação do mito. Para isso trago como fonte Homero, particularmente *Odisséia*, uma narrativa elaborada aproximadamente durante o século VIII a.C.

Por que indagar esta fonte? É na pesquisa e interpretação dos

* Graduada em História. Orientadora: Maria Celeste Fachin.

relatos contidos que temos a possibilidade de descrever a vivência do homem grego anterior ao mundo da pólis (século V a.C.). Obviamente devemos dar o devido crédito às descobertas arqueológicas que durante décadas vêm auxiliando, e muito, a compor todo o mundo helênico, e principalmente quando se trata dos primórdios da civilização minoico-micênica e da Idade das Trevas. A organização social destes períodos nos fornece dados importantes na visualização do objeto deste artigo, por Esquéria saltar aos nossos olhos do interior desse universo fantástico, e nos concede elementos importantes para a compreensão dessa estupenda carga mítica contida nas representações de mundo do homem grego e sua importância social e política.

Este conjunto de textos —cito aqui também a *Iliada*— oriundos da tradição oral retrata pela primeira vez o testemunho de um passado de tradição lendária existente em toda a Hélade, mesclando modos de vida, o fantástico passado e seu mundo em um mesmo conjunto denominado *Odisséia*.

Homero e seu mundo

Imaginar Homero como um arauto que viveu em torno do século X ao século VIII a.C., não propriamente no território grego e sim em uma ilha do mar Egeu ou na Península da Ásia Menor (atualmente Turquia), é nossa melhor referência. Se buscamos compreender que mundo Homero mirava em sua retina, precisamos descrever basicamente toda a construção histórica dessa Grécia para nós tão distinta.

Existem vestígios materiais dessa civilização anteriores a 2000 a.C. A principal estação micênica —Creta— foi originada aproximadamente no século XV a.C. (Finley, 1990). Era constituída por um palácio central que detinha como sua área de influência tanto o poder político quanto o religioso, tendo como eixo econômico uma vasta riqueza proveniente da agricultura da própria região, de saques e comércio com lugares onde os navios micênicos já se arriscavam a navegar.

A partir do século XII houve um empobrecimento generalizado da civilização. Podemos conectar este dado com o aparecimento das tribos dórias no continente que fizeram sucumbir a dinastia do rei divino, desaparecer quase totalmente a escrita e modificar os motivos dos objetos pictóricos e nas formas do desenho dos vasos cerâmicos. Com

isso temos uma modificação na estrutura do universo do homem heleno. Estamos falando propriamente do período que foi denominado Idade das Trevas grega.

Acreditamos ser Homero parte desse mundo em constante mutação. Podemos tentar uma associação com a nova cerâmica geométrica, que no século VIII atinge seu auge. Os signos pictóricos encontrados nesses objetos são mulheres e homens fixos, com dorsos triangulares e poucos acessórios, enquanto que a cerâmica anterior a esse período tem em seus motivos características naturalistas. Se analisarmos detalhadamente as ânforas, veremos que:

perpendicularmente, organização em uma série de faixas horizontais consecutivas, e horizontalmente, no interior destas faixas, repetição lateral, e organização simétrica tripartite em relação ao tema axial; essas duas últimas foram comparadas aos esquemas retóricos de Homero. (Lagopoulos, 1994, p.13).

O significado do mito

Entendemos que antes de iniciarmos a descrição do objeto de análise específico devemos trazer o conceito de mito. Concluímos portanto que a melhor definição viria a ser: qualquer narrativa que contenha a descrição de uma realidade que passou a existir através dos Entes Sobrenaturais ou como disse Mircea Eliade que “descrevem as diversas, e algumas vezes dramáticas, irrupções do sagrado ... no Mundo” (1998, p.11). Seja um relato, uma coletânea ou uma narrativa tradicional elaborada e escrita como a *Odisséia* e a *Iliada* de Homero; ou mesmo a imagem de um futuro idealizado que exprima sentimento de coletividade e mobilize para ação pode ser considerado mito e até a junção de elementos particulares de cada uma dessas tipologias. (Sobre definição de mito ver Menezes, 1985).

No caso específico da mitologia grega, sua função está presente na medida que, através do aedo, o homem grego absorvia esses relatos de como tudo foi criado e de como o homem se inseriu nesta criação *in illo tempore*. Conceitos de moralidade eram perpassados pelos relatos, o que lhes dava a função adicional de educadores da sociedade.

Toda a cosmogonia —criação do mundo por entes sobrenaturais— e a mitologia inerentes a essa sociedade tinha como guardador e contador o aedo, que além dessas funções citadas anteriormente possuía

liberdade para re-contar, com características próprias de sua vivência, enriquecendo com novos episódios o mito que tinha sido transmitido através de antepassados ou até mesmo de outros aedos. Segundo Mircea Eliade o problema da recriação constante através do tempo seria o empecilho para tentar compreender toda a estrutura do mito dos povos que desempenharam papel histórico, como por exemplo da civilização grega (1998, p.10).

Acredito, no entanto, que se é valor comum considerarmos o mito como uma permanente recriação oral como poderíamos querer que essa mesma mitologia transcrita perdurasse sem alteração? Como analisamos as tragédias, se não pensarmos que cada um dos autores teatrais, no ato de compor, inseriam fatos e concepções de seu mundo na história que traziam para seu público? Como analisar a obra de Homero se sabemos que a nossa cópia provém da última compilação feita pelos arautos no tempo de Alexandre da Macedônia?

Uma das grandes polêmicas da historiografia greco-romana viria a ser exatamente em relação à Homero. Seria um ou vários 'Homeros' que transformaram o relato oral oriundo da tradição em narrativa escrita? Ou foi no decorrer da história da Grécia com as transcrições posteriores que temos essa diferença na estrutura da narrativa dos diferentes cantos?

Temos que levar em consideração o mito oriundo dessa sociedade e tentar detectar os possíveis usos e transformações que essa narrativa sofreu no decorrer do tempo e por que eram tão úteis aos detentores do poder (como exemplo podemos citar o tirano Psístrato, relato registrado por Homero); e provar, com os documentos que possuímos, se seria realmente válida sua utilização.

Odisseu e seu mundo

O mundo narrado na epopéia que analisamos neste artigo constitui uma mescla. Por quê? Composta principalmente de narrativa sobre passado de heróis, rei micênicos, histórias de conquista, moral e ações dos deuses. Para que isso pudesse ser transcrito no século VIII a.C., Homero precisava de informações sobre o passado. As fontes poderiam vir a ser do relato de outros aedos, do passado das pessoas que Homero conheceu, de sua imaginação ou do contato com o mundo que ele próprio observava em seu cotidiano. Por isso essa mescla tão intensa; cada

lacuna era preenchida com qualquer uma dessas fontes de informação.

Portanto, o mundo de Odisseu não era nem o da Idade das Trevas nem o dos reis micênicos. O que pressentimos ao ler a *Odisséia* é que a organização social e política do mundo do herói torna ao nossos olhos muito mais simples do que a dos suntuosos palácios micênicos. A sociedade iletrada e que se preocupava ainda com os valores de trocas não construía grandes obras arquitetônicas como a arqueologia teve condições de nos demonstrar nos estudos relativos ao primórdio da civilização de Homero. Essa mescla de informações acaba criando um mundo de valores morais, de guerreiros e repleto de deuses. Obrigações para com os deuses são assuntos recorrentes em todo o texto homérico. Esse mundo de valores acabou se estabelecendo durante os séculos posteriores por meio dos rapsodos, que em recitais mantinham viva a obra de Homero.

O mundo que conectamos assim que avançamos a primeira página de qualquer tradução sobre essa epopéia é um local onde ferro e bronze se misturam e será exatamente neste local que debruçaremos para descobrir, encoberta em forma de relato, uma utopia.

A Esquéria utópica

Para narrarmos a aparição da Esquéria precisamos dizer que se trata de uma das cidades relatadas na *Odisséia*. Para isso descrevo aqui qual o conteúdo dessa fonte, que está dividida em duas partes:

- 1) narra o retorno de Odisseu da Guerra de Tróia para o reino de Ítaca e os problemas que gerou sua ausência por mais de vinte anos;
- 2) no retorno, narração das aventuras de Odisseu no "País das Maravilhas", onde está guardado para as futuras gerações o relato do mito existente no seio da sociedade grega.

Mais propriamente, a cidade surge no início do Canto V quando Zeus —pai dos deuses e dos homens— decide em Assembléia no Olimpo o definitivo "regresso do intrépido Odisseu". após uma estada longa na Ilha de Ogígia, constrangido pela ninfa Calipso a ficar na mansão:

sem guia dos deuses nem de homens mortais, numa jangada de muitas juntas, sofrendo horrores, chegue ele [Odisseu] no vigésimo dia a ubérrima Esquéria, no país dos feácios que são aparentados com os deuses. (p.61).

Portanto, a intervenção direta de Zeus com o apelo de Atena levou

Odisseu ao país dos feácios após algumas adversidades. Poderíamos dizer que seu encontro com a filha do rei Alcínoo, Nausícaa, nos trará pormenores não encontrados em outras descrições de cidades. A própria Ítaca ou mesmo se pensarmos na Tróia de Heitor que nos é narrada dentro de sua outra epopéia —Íliada— não foram relatadas de maneira semelhante. A riqueza de detalhes surpreende.

Há de cada lado da cidade um belo porto e a barra é estreita; curvos barcos se acham a seco ao longo da rua, pois cada qual possui o seu galpão. Situa-se ali a praça dos feácios, em torno do belo templo de Posidão, guarnecida de pedras para ali transportadas e fincadas no chão. (p.77)

Odisseu ia admirando os portos, os equilibrados barcos e mesmo as praças dos feácios e as longas e altas muralhas, reforçadas com paliçadas, uma maravilha. (p.80)

Corriam de um e outro lado, da soleira até o fundo, paredes de bronze, com um friso de esmalte azul; portas de ouro abriam para o interior do sólido palácio ... Dentro, de um e de outro lado, assentos encostavam-se às paredes, desde a soleira até o fundo, por toda a extensão.

Após essa pequena exposição desenvolvo o tema central deste artigo, porque a denomino utópica imagem. Será justamente a Esquéria o único local do mundo da fantasia em que mortais residiam. Entretanto, nas buscas feitas pelos arqueólogos, não se conseguiu determinar sua localização; existe somente uma escavação datada como pertencente ao século VIII a.C. de uma cidade próxima a Empório em Quios, ilha da costa oeste da Ásia, que possui algumas características similares. Justifica-se através deste dado o significado semântico da palavra utopia (u-topia = não lugar) ou seja, lugar nenhum. Definindo, um lugar idealizado por um determinado sujeito histórico onde são criadas circunstâncias especiais e até mesmo espaços construídos que podem vir a servir de modelo civilizatório. A utopia emergente tenciona transformar a realidade histórica existente em outra realidade, de acordo com as concepções do sujeito que a descreve.

Para que possamos trazer esses conceitos para dentro da narrativa de Homero sobre Esquéria precisamos desvendar características adjacentes à vontade do autor, trabalhando com informações tais como: perceber Esquéria como um lugar onde o antigo e o moderno se fundem. É semi-micênica porque possui todas as habitações cercadas por uma muralha, por possuir rei; por outro lado, posterior a esse período por possuir ágora e templos independentes. Sabemos que essa característica

é muito comum em todo o poema Homérico, principalmente a *Odisséia*. Mas ao acrescentarmos que a primeira informação é que os mesmos vivem num isolamento quase total, que há uma abundante riqueza em seu interior, que é hospitaleira no máximo grau de acordo com a obrigação para com Zeus Xênio, que são navegadores exímios pois seus navios não precisam de lemes e unirmos tudo isso ao fator político que faz com que o título de rei (basileus) seja dividido em um conselho de doze anciãos,

Doze são os reis excelsos que governam este povo como chefe. Eu sou o décimo terceiro. (VIII, p.8?)

Constituindo Alcínoo o *primus inter pares*. Poderíamos concluir estarmos diante de fantasias pessoais revestidas de valor comum?

Se projetarmos esses valores para a sociedade de Homero percebemos em sua época a derrota da realeza pela aristocracia expressa através dos *oikoi* de riqueza mais significativa e o *demos* cada vez mais participativo. Não seria portanto no sentido de guarnecer um modelo para as colônias que começam a ser estabelecidas em outras regiões que essa utopia é tão rica dessa mescla de características micênicas fundidas com realidades da Cidade-Estado emergente. Ao idealizar o governo do rei com suas características de basileu —militar, judicial e religiosa— sem no entanto estabelecê-lo como o único a tomar decisões, nos parece bem nitida sua preferência pelo sustentáculo —ao menos simbólico— do poder da realeza no mundo que toma forma no período de Trevas que Homero vive.

No âmbito econômico podemos trazer claramente a idéia que nos é passada logo no primeiro comentário —ubérrima (de uma riqueza exuberante)— e que nos coloca diante de outras descrições; poderíamos citar aqui a do jardim de Alcínoo, onde os frutos jamais se perdem pois o vento do oeste faz nascer uns e amadurecer outros e onde os canteiros dão flores o ano todo. Parece-nos estar diante daquela *Cocanha* medieval tão utópica onde, em algumas versões da fábula, a comida cai, por vontade sobrenatural, dentro da boca do indivíduo que sem nenhum esforço humano vive num mundo sem o sofrimento, que somente ao homem foi destinado.

Podemos claramente considerá-la uma utopia homérica, mais próxima de um modelo ou como disse Claude Mossé:

autêntica ilha das maravilhas a prenunciar já outras ilhas que os fatores de utopia virão a inventar. (1989, p. 93).

Tentamos demonstrar sucintamente, neste artigo, qual a concepção de realidade que os "Homeros" faziam do mundo ideal e quais são as causas de legitimação de estruturas de poder que encontramos na utopia finalizada Esquéria.

DEMARCHI, Cristiane. *Esquéria Of Homer: The Utopian Image. Ensaios de História*, Franca, v.4, n.1/2, p.9-16, 1999.

ABSTRACT: This article describes an existency inside of the condensation of old oral reports of the myth on the epopee so-called *Odyssey*, of a mythical reconstruction derived from of the necessity to create values to that period of great transformation. For this, we bring as an example, the utopian *Esquéria*: an island where the characteristics of the city-state and where too, due these and others elements, on the pass away of this article, we're going to make shine through an utopia.

KEYWORDS: Ancient History, Mythology, Homer, Utopia.

Referências bibliográficas:

- COELHO, T. *O que é utopia*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
ELIADE, M. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1998.
FINLEY, M. I. *Grécia primitiva: idade do bronze e idade arcaica*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
FINLEY, M. I. *O mundo de Ulisses*. Lisboa: Presença, 1982.
FINLEY, M. I. *Uso e abuso da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
GIL, L. *Introducción a Homero*. Madrid: Guadarrama, s.d.
JAEGER, W. W. *Paidéia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
LAGOPOULOS, A-P. Semiotics and Archeology: the fine arts and the conception of space in ancient Greece. *Revista de História da Arte e Arqueologia*, Campinas, n.1, p. 9-21, 1994.
MANNHEIN, K. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
MENEZES, E. D. B. Prometeu e Pandora entre o espelho e a máscara ou fantasia, ordem e mistério no moínho dos sentidos. *Revista de História*, São Paulo, v.118, p.97-159, 1985.
MIREAUX, E. *A vida quotidiana no tempo de Homero*. Lisboa: Livros do Brasil, s.d.
MOSSÉ, C. *A Grécia arcaica de Homero a Ésquilo*. Lisboa: Edições 70, 1989.

LÉVI-STRAUSS: A INTELIGIBILIDADE ESTRUTURAL E A EXPLICAÇÃO DA CULTURA

Itamar Teodoro de FÁRIA*

RESUMO: Por meio da análise da elaboração e de desdobramentos do conceito de estrutura, discutimos a conceituação e explicação da cultura na concepção estruturalista de Lévi-Strauss.

UNITERMOS: História conceitual, Lévi-Strauss, estrutura, estruturalismo, teoria da cultura.

Na história do conceito de cultura nós podemos perceber, num jogo que mescla intrinsecamente o próprio desdobramento conceitual do termo e sua instrumentalização metodológica, embates teóricos os mais diversos.

Dentre as várias "escolas" e tradições que se aplicaram ao estudo e discussão da cultura, não é descabido dizer que foi a vertente estruturalista a que mais polêmicas e debates causou, quer pelas rupturas ou implicações de seus postulados. Lévi-Strauss, maior destaque desta vertente, a partir da idéia fundante da categoria estrutura, realoca a discussão sobre a cultura e marca sobremaneira o cenário intelectual das ciências humanas, merecendo a nossa atenção.

Do seu percurso intelectual, baseando-nos no universo textual composto pelas obras *As estruturas elementares do parentesco* (1976), *Antropologia estrutural* (1970), *Raça e história* (s.d.) e *O pensamento selvagem* (1997), vamos nos ater a dois pontos centrais. Esses pontos são uma discussão sobre a conceituação de estrutura e o desdobramento desta para o conceito de cultura e seu estudo.

De formação inicial eminentemente filosófica, Lévi-Strauss migrará posteriormente ao campo da Antropologia, ou como ele se refere, à Etnologia. A influência marxiana dos primórdios, conforme nos diz Dosse (1993, p.35-6), reconfigurar-se-á após sua passagem pelo Brasil. O

* Mestrando em História. Orientador: Dulce Maria Pamplona Guimarães. Apoio: FAPESP

trabalho de campo, ainda que não só isto, contribuirá para a mudança de postura, lembrando-se que, explicitado por Lévi-Strauss, sua preocupação na busca de uma inteligibilidade oculta sob o real manifesto era, não em diminuir o caráter decisivo das infra-estruturas, mas ocupar-se do estudo das superestruturas (Wahl, 1970, p.10). Estas últimas tidas como tão importantes quanto as primeiras, mas assumindo por fim, em sua obra, um caráter ordenador e determinante.

O estruturalismo lévi-straussiano trama-se em um contexto que alia empréstimos feitos à Linguística estrutural e uma rígida ruptura com a compreensão histórica. Em sua formulação procedeu-se a algumas apropriações e algumas rupturas muito significativas. Por um lado, Lévi-Strauss filia-se à tradição do "cientismo positivista" de Auguste Comte, assumindo-lhe a "idéia de que um conhecimento só se reveste de interesse se se inspirar no modelo da ciência, ou se lograr transformar-se em ciência, em teoria (...)" e a ambição da globalidade, de um estudo holístico capaz de explicar o maior número possível de manifestações concretas, sejam ao nível da linguagem, do parentesco, da economia, das mitologias, etc. (Dosse, 1993, p.34).

De Durkheim, que neste detalhe concorda com Comte, persiste a concepção da sociedade como um todo irreduzível à soma de suas partes. Para Lévi-Strauss, como mais adiante se verá, a estrutura social não é o conjunto ou soma infinitesimal das relações sociais dadas e possíveis. É mais ampla. Assemelha-se mais com o princípio lógico, patente e fundante no "espírito" ou no inconsciente que possibilita a configuração e manifestação da gama de relações existentes e das possíveis de existir.

Refletindo sobre as limitações no campo da Etnologia de se explicar pela via histórica as sociedades e complexos culturais sem escrita, Lévi-Strauss, nas páginas iniciais de um artigo de 1949 ("Histoire et ethnologie", publicado na *Revue de Metaphysique et de Morale*, ano 54, n.3-4, p.363-391; posteriormente incorporado à publicação da obra *Antropologia Estrutural*), desfere pesadas críticas ao Evolucionismo (explicitamente ao de E. B. Tylor) e ao Difusionismo. Estas denominações constituem, em Antropologia, "escolas" que postulam uma abordagem comparativa e explicação diacrônica da cultura, com o conhecimento das relações vigentes sendo adquirido por meio da reconstrução do seu desenvolvimento histórico.

Esse conhecimento histórico, acusa o autor, constituir-se-á numa formulação hipotética, impossível de se validar historicamente. Em ambos os casos:

Eles (evolucionistas e difusionistas) não nos ensinam nada acerca dos processos conscientes e inconscientes, traduzidos em experiências concretas, individuais ou coletivas, pelas quais homens que não possuíam uma instituição chegaram a adquiri-la, quer por invenção, quer por transformação de instituições anteriores, quer por tê-las recebido de fora. (Lévi-Strauss, 1970, p.18-9).

A continuidade - transmissão e permanência - da cultura e na cultura foi (e não afirmamos que tenha deixado de sê-lo) problema que marcou e suscitou amplas discussões no seio das ciências sociais preocupadas com sua resolução. De um modo ou outro, tanto os evolucionistas e difusionistas (numa perspectiva histórica) como os funcionalistas (Malinowski/Radcliffe-Brown) e a Sociologia Francesa (Durkheim, Mauss; numa perspectiva sincrônica) tentaram resolvê-lo.

Ruth Benedict (discípula de Boas e representante do Culturalismo norte-americano) chega a afirmar que "não se poderia pôr em dúvida a continuidade cultural da civilização, qualquer que tenha sido o seu representante em tal ou qual época" (Auzias, 1972, p.29). Com pensadores como Bergson, Brunschvicg e outros, perpassava a década de 1930 (período em que Lévi-Strauss realizou suas primeiras aventuras antropológicas) a "idéia de que o passado é grávido do presente e este por sua vez está grávido do futuro" (Auzias, 1972, p.29). Com esse "progressismo" reforçar-se-á a tendência de tudo, no conhecimento, a historicizar-se.

Contra o funcionalismo de Malinowski, ou para além dele, Lévi-Strauss fará pesar o fracasso da tentativa de se estabelecer a continuidade através da natureza biológica dos indivíduos. A explicação da sociedade e da continuidade da cultura pelas respostas individuais (ou institucionais, em Radcliffe-Brown), necessárias ante a satisfação das funções biológicas, pode, quando muito, lançar alguma luz sobre as relações sociais concretas entre os indivíduos mas não alcança a estrutura (oculta, inconsciente) que perpassa, subjaz e explica essas mesmas relações concretas. Segundo Lévi-Strauss, o funcionalismo cai na redução das culturas a totalidades independentes, de existência presa à satisfação biológica e que se singularizam pelo fato de a explicação biológica não conseguir esclarecer o porquê das especificidades

assumidas.

Concordando com a afirmativa de que "(...) a recorrência de costumes ou instituições análogos não pode ser sustentada como uma prova de contato, na ausência de uma cadeia contínua de fatos do mesmo tipo que permitem ligar os fatos extremos por toda uma série de intermediários" (Boas, 1896, *apud* Lévi-Strauss, 1970, p.20), Lévi-Strauss aproxima-se de Boas. Do pensamento boasiano a mais importante contribuição ou influência será a ênfase dada ao caráter inconsciente dos fatos culturais, bem como a posição central que assumem as leis da linguagem na inteligibilidade dessa estrutura inconsciente. (Dosse, 1993, p. 37).

Conforme reconhecimento de Lévi-Strauss, Boas já postulava que

A diferença essencial entre os fenômenos lingüísticos e os outros fenômenos culturais é que os primeiros jamais emergem à consciência clara, ao passo que os segundos, se bem que tendo a mesma origem inconsciente, se elevam freqüentemente até o nível do pensamento consciente, produzindo assim raciocínios secundários e reinterpretações. (Boas, 1908, *apud* Lévi-Strauss, 1970, p.35).

A introdução do inconsciente como fundo explicativo se dá também pela via maussiana. Mauss fornecerá a Lévi-Strauss fundamento, ou ao menos o precedente, não só no que tange à idéia do inconsciente mas também na proposição do *campo simbólico* como objeto de estudo na busca de compreender o fato social total. A regra de reciprocidade elaborada por Mauss no *Essai sur le don* foi ponto de partida para a abordagem lévi-straussiana das relações de parentesco - parentesco como troca, comunicação -, expressa em *As estruturas elementares do parentesco* (publicada inicialmente em 1949).

Da idéia primária de que existe um ordenamento inconsciente, de que essa estruturação não se refere ao equacionamento dos elementos reais-concretos-sensíveis mas sim ao nível oculto de configuração da ordem dessas manifestações, surge o problema de como atingir ou formular essa estrutura. A continuidade cultural, as diferenciações entre culturas ou complexos culturais, as transformações sincrônicas e diacrônicas, são questões que devem ser elucidadas nesse nível sem, contudo, perder a cientificidade. A análise comparativa, nestas circunstâncias, não consegue estabelecer uma generalização válida irremediavelmente. Deve-se proceder, então, de forma inversa: localizar o

princípio geral que fundamenta o real observado.

Na etnologia como na lingüística, por conseguinte, não é a comparação que fundamenta a generalização, mas o contrário. Se, como cremos, a atividade inconsciente do espírito consiste em impor formas a um conteúdo, e se as formas são fundamentalmente as mesmas para todos os espíritos, antigos e modernos, primitivos e civilizados - como o estudo da função simbólica, tal como se exprime na linguagem, o mostra de maneira tão notável - é preciso e basta atingir a estrutura inconsciente, subjacente a cada instituição ou a cada costume, para obter um princípio de interpretação válido para outras instituições e costumes, sob a condição de estender bastante a análise. (Lévi-Strauss, 1970, p.37).

Basta se alcançar a estrutura subjacente para se estabelecer uma explicação universalmente válida. Para ter sucesso nesse projeto Lévi-Strauss assume o método lingüístico, aprendido diretamente de Roman Jakobson, quando da estada de ambos na *New School for Social Research*, em Nova Iorque, na década de 1940.

O objetivo de Lévi-Strauss com sua "marcha inversa" é:

(...) atingir, além da imagem consciente e sempre diferente que os homens formam se seu devir, um inventário de possibilidades inconscientes que não existem em número ilimitado; e cujo repertório e as relações de compatibilidade ou de incompatibilidade que cada uma mantém com todas as outras fornecem uma arquitetura lógica a desenvolvimentos históricos que podem ser imprevisíveis, sem nunca serem arbitrários. (Lévi-Strauss, 1970, p.39).

Por detrás de toda a desordem aparente, sob o caos de regras e costumes, subjacente a toda diversidade de manifestações sócio-culturais, existe um esquema único, no qual a verdadeira coerência é oculta: "a lógica de um inconsciente nos condiciona, nos manobra e estrutura as formas de expressão social" (Lepargneur, 1972, p.37).

O esquema único, que se faz presente e age em contextos sociais e temporais diferentes, não corresponde a modelos particulares das instituições, tampouco a agrupamentos arbitrários de elementos comuns a diversas formas. Ele é redutível a relações de correlação e oposição (Lévi-Strauss, 1970, p.38).

A idéia de que "compreender é reduzir um tipo de realidade a um modelo já conhecido ou mais conhecível" somada à de que existem determinismos inconscientes e de que "existe, em toda ordem, um *sentido-chave* de que os outros são transposições simbólicas, harmonias" (Lepargneur, 1972, p.37), conduz Lévi-Strauss a uma concepção de estrutura como modelo. Modelo abstrato, suficientemente afastado da

realidade empírica para comportá-la em todas as suas diferenças. Modelo que relaciona elementos primários invariáveis e para o qual o que importa não é a essência dos elementos em si, mas as relações estabelecidas.

O princípio fundamental já foi exposto: a estrutura não se refere à realidade empírica. A estrutura social não se identifica com as relações sociais concretas. Estas últimas "são a matéria-prima empregada para a construção dos modelos que tornam manifesta a própria estrutura social" (Lévi-Strauss, 1970, p.316).

Nos passos de Livia Barbosa, podemos dizer que no texto lévi-straussiano a noção de estrutura liga-se a de modelos que, embora também sejam estruturas, possuem características próprias: "Embora use fartamente essa noção, ele não a define explicitamente em nenhum momento" (*apud* Silva, 1986, p.426).

A constituição dos modelos, segundo o próprio Lévi-Strauss, é um problema de ordem epistemológica e pode-se pensar a seguinte definição:

Pensamos, com efeito, que, para merecer o nome de estrutura os modelos devem, exclusivamente, satisfazer a quatro condições.

Em primeiro lugar, uma estrutura oferece um caráter de sistema. Ela consiste em elementos tais que uma modificação qualquer de um deles acarreta uma modificação de todos os outros.

Em segundo lugar, todo modelo pertence a um grupo de transformações, cada uma das quais corresponde a um modelo da mesma família, de modo que o conjunto destas transformações constitui um grupo de modelos.

Em terceiro lugar, as propriedades indicadas acima permitem prever de que modo reagirá o modelo, em caso de modificação de um de seus elementos.

Enfim, o modelo deve ser construído de tal modo que seu funcionamento possa explicar todos os fatos observados. (Lévi-Strauss, 1970, p.316).

Os modelos podem ser classificados em conscientes ou inconscientes (distinção atribuída a Boas), segundo o nível em que operam, e mecânicos e estatísticos. Esta última distinção relaciona-se à escala do modelo comparada à dos fenômenos.

Os modelos mecânicos são aqueles cujos elementos constitutivos estão na escala dos fenômenos. Modelos estatísticos são aqueles cujos elementos estão numa escala diferente.

Os modelos conscientes "incluem-se entre os mais pobres que existem, em razão de sua função que é perpetuar as crenças e os usos, mais do que explicar-lhe as causas" (Lévi-Strauss, 1970, p.318). São

elaborações domésticas, "feitas em casa", que os "nativos" aventam a respeito de fenômenos constituintes de sua própria vivência sócio-cultural. Apesar de existirem modelos domésticos melhor elaborados que os dos etnólogos profissionais, esses modelos têm de ser descartados ou, quando muito, submetidos a uma análise mais completa que privilegia a construção dos modelos inconscientes, uma vez que a apreensão da "estrutura profunda" é função inversa da captação da estrutura aparente. A interposição de modelos conscientes aparece como obstáculo entre o observador e a explicação do seu objeto: a nitidez da estruturação aparente obstrui a percepção das estruturações de níveis mais profundos.

Não é então o modelo inconsciente a própria estrutura? Todavia, ainda que confuso, a construção do modelo não tem como fim tornar patente uma estrutura latente? Descobrir a estrutura para Lévi-Strauss é construí-la. Construir o modelo propicia o conhecimento do todo em precedência às partes. Modelo que será sempre reduzido em relação ao real porque prescindindo, inevitavelmente, na sua construção, das qualidades sensíveis daquilo que ele busca explicar.

A proposta de Lévi-Strauss é a de que conjuntos aparentemente diferentes possam ser aproximados, não a despeito de suas diferenças, mas justamente em função delas e numa busca de ordenação e estabelecimento de relações. Suas pesquisas - parentesco, totemismo, mitos - visam, pois, "construir modelos cujas propriedades formais sejam, do ponto de vista da comparação e da explicação, redutíveis às propriedades de outros modelos, que dependem, por sua vez, de níveis estratégicos diferentes" (1970, p.322-3).

Complementariamente, a artificialidade do modelo permite a compreensão do como ele é feito, "e essa apreensão do modo de fabricação acrescenta uma dimensão suplementar ao seu ser". A renúncia às dimensões sensíveis que se processa no modelo reduzido é compensada pela intrínseca aquisição de dimensões inteligíveis (Lévi-Strauss, 1997, p.39).

A estrutura serve a uma lógica. Ela possui, ao mesmo tempo que é, uma lógica própria. Uma lógica que funciona ao modo do caleidoscópio. O caleidoscópio contém sobras e pedaços, fragmentos obtidos num processo de quebra e destruição. Na estrutura, que quer equacionar as diferenças, o real empírico não é manipulável. Os fatos da experiência

necessitam passar por um processo de ruptura de modo que os produtos obtidos ofereçam entre si semelhanças, a exemplo dos fragmentos do caleidoscópio (que apresentam homologias: de tamanho, cor, transparência...).

Os fragmentos que o caleidoscópio arranja e rearranja

(...) não têm mais um ser próprio em relação aos objetos manufaturados que falavam uma "linguagem" da qual se tornaram os restos indefiníveis; mas, sob um outro aspecto, devem tê-lo suficientemente para participar de maneira útil da formação de um ser de tipo novo: este consiste em arranjos nos quais, por um jogo de espelhos, os reflexos equivalem a objetos, vale dizer, nos quais os signos assumem o lugar de coisas significadas; esses arranjos atualizam possibilidades cujo número, mesmo bastante elevado não é todavia ilimitado, pois que em função de disposições e equilíbrios; enfim e sobretudo, esses arranjos engendrados pelo encontro de fatos contingentes (o giro do instrumento pelo observador) e de uma lei (a que preside a construção do caleidoscópio, que corresponde ao elemento invariante dos limites que falávamos há pouco) projetam modelos de inteligibilidade de algum modo provisórios, pois que cada arranjo se exprime sob a forma de relações rigorosas entre suas partes e essas relações têm como conteúdo apenas o próprio arranjo, ao qual, na experiência do observador, não corresponde nenhum objeto (...). (Lévi-Strauss, 1997, p.52).

Podemos entrever a essência da estrutura: sistema de formas significantes. Um todo fechado que comporta elementos finitos e que possibilita a combinação destes mesmos elementos em um número que também não é infinito. Aí se delimita a questão crucial. Estrutura não é a soma das combinações manifestas e possíveis. Para além disso é, antes, o princípio universal do relacionamento.

"Entidade onipresente" (Auzias, 1972, p.62), a estrutura se distingue não pelos elementos que comporta, mas pela relação que impõe a eles. O que se busca com a construção dos modelos estruturais é a lei, lei elementar de organização da cultura, lei da natureza humana, do espírito humano, que estabelece os princípios de constituição do real e rege, de forma *a priori*, todas as combinações possíveis.

(...) a língua e a cultura são duas modalidades paralelas de uma atividade mais fundamental: penso, aqui, neste hóspede presente entre nós, se bem que ninguém tenha se lembrado de convidá-lo aos nossos debates: o espírito humano. (Lévi-Strauss, 1970, p.89).

Para se delinear a gramática deste *espírito* ou *natureza* a experiência não é o bastante. Sendo que o próprio sensível é fruto de uma combinação particular de elementos invariáveis da estrutura do

espírito humano, então, para delimitar o código inconsciente que articula as falas do universo, os discursos da cultura, deve-se atravessar a experiência sensível.

Por um lado, a coleta de dados é indispensável. Um primeiro passo, empírico, é fundamental. O pesquisador deve se ater à regra principal de que "todos os fatos devem ser exatamente observados e descritos, sem permitir que os preconceitos teóricos alterem sua natureza e sua importância", implicando em que os fatos devem ser estudados em si mesmos e também em relação com o conjunto (Lévi-Strauss, 1970, p.317).

Por outro lado, a explicação-verificação se dá no nível estrutural. Entre a observação dos fatos concretos e a formulação da explicação através do sistema estrutural há um salto, uma descontinuidade, uma vez que a explicação estrutural não se infere da observação e coleta de dados. Podemos entender que ela tem mais a ver com a capacidade do pesquisador em elaborar os sistemas.

A análise estrutural esvazia os elementos descritos de seu conteúdo significado para alçá-los à categoria de elementos integrantes de um modelo que, ultrapassada a singularidade histórica e material, relaciona formas significantes. As manifestações conscientes e históricas, superficiais, consistem em sistemas de relações que são, elas mesmas, o produto de um atividade do *espírito*.

Construir a estrutura é expor os princípios primeiros segundo os quais, independentemente da causalidade ou sucessão temporal, as manifestações sociais e a própria cultura se processam. A relação que se estabelece entre os elementos não é uma relação de causa-efeito, anterior-posterior. A relação é a forma determinante de como os elementos podem se combinar. É uma relação submetida a uma lei e é uma lei essencialmente matemática.

A arbitrariedade aparente da combinação desvanece-se à medida que se chega, na estrutura, ao princípio que rege a organização. Mas quais são esses elementos que se combinam e com os quais se escreve a cultura? De que natureza são esses componentes que possibilitam pela sua combinação a manifestação das mais variadas e, aparentemente arbitrárias, formas culturais?

Lévi-Strauss postula a existência de *invariantes*, ou *universais*, que

são os elementos, as formas primárias pensadas ao nível ontológico. Esses elementos, na sua forma pura não têm existência concreta. O invariante é um princípio universal e enquanto tal ele não é algo, ele estrutura o real.

São os invariantes, princípios universais, que possibilitam a passagem da universalidade necessária do natural à normatividade própria do cultural. Na sutura entre a natureza e a cultura Lévi-Strauss encontrará uma regra: a proibição do incesto. Constatada no extenso inventário realizado em *As estruturas elementares do parentesco* (1949), a proibição do incesto mostrar-se-á como algo comum a todos os agrupamentos sociais (afirmativa da qual Leach, 1973, p.89-104, discordará) e será para Lévi-Strauss o ponto de partida à arrancada das relações entre indivíduos do campo puramente biológico, do natural.

A característica principal da proibição é a imposição de uma norma (fato próprio da cultura, singular e paradoxalmente conservando uma característica do natural, a universalidade): a obrigatoriedade de circulação das mulheres. Proibindo-se o casamento com as mulheres do mesmo círculo familiar (mãe/irmã/filha) funda-se um sistema de alianças, com a imposição de dá-las em casamento a elementos de outros círculos e a receber, também de outros círculos, mulheres para casar.

A obrigatoriedade de se dar - "comunicar" - as mulheres do grupo funda o princípio de organização da cultura. Cultura entendida como comunicação, sistema de trocas. Trocas realizadas em três grandes níveis: o das mulheres (casamento), o das palavras (linguagem) e o dos bens (economia).

Para melhor entendermos os novos termos em que Lévi-Strauss entende a cultura é necessário um pequeno retrocesso.

Etimologicamente, cultura vem do latim e tem o sentido de *cultivar, habitar*.

A acepção em que, atualmente, as ciências sociais entendem o termo é resultado de um longo processo. A aplicação deste vocábulo às sociedades humanas é relativamente recente - dá-se depois de 1750 - e é empregado inicialmente ao âmbito da língua alemã. Em inglês e nas línguas românicas se utilizava, em substituição à cultura, do termo *civilização*. Em todo caso, ambos os termos - cultura e civilização - começaram com um sentido muito preciso em relação à idéia de melhora

progressiva. O sentido que cultura assume é o que aponta os atributos e produtos próprios das sociedades humanas que não podem ser explicados em termos de herança biológica.

É o antropólogo inglês E. B. Tylor (1832-1917) quem atribui um novo sentido à cultura, que nos é hoje mais familiar, ainda que já ultrapassado. Em sua obra *Primitive Culture* (1871) está definido: "Cultura (...) é este todo complexo que inclui, conhecimento, crenças, arte, lei, moral, costumes e qualquer outra capacidade e hábito adquirido pelo homem como membro da sociedade" (*apud* Del Campo, 1975, p. 600).

Na França, como também na Inglaterra, houve uma forte freqüência em utilizar o termo *social* para significar tanto o *social* como o *cultural*. Fato devido à forte influência de E. Durkheim (1858-1917) e sua "escola", que embasaram a orientação de seus trabalhos no conceito totalizador de *sociedade*.

Na América do Norte (EUA), o termo *cultura* teve precedência ao de *sociedade*. A escola culturalista (ou difusionista ou, ainda, histórico-cultural norte americana), que vai se utilizar largamente deste termo, irá tomá-lo numa acepção que ultrapassa o aspecto puramente lexicológico para constituir-se em um conteúdo distintivo com relação à tradição antropológica inglesa ou a de inspiração durkheimiana (e também maussiana). Cultura fará, então, mais referência aos valores de um determinado povo do que aos laços sociais concretos que lhe dão consistência orgânica enquanto tal. Isso faz com que por cultura se entenda o modo de viver e conceber a existência de um determinado grupo a partir do que podemos chamar seu nível de consciência: "Cada cultura é um ensaio único e irrepetível de vivência do mundo" (Del Campo, 1975, p.602).

Já em Ruth Benedict (*Padrões de cultura - Patterns of Culture*) estão apresentadas, numa concepção diversa, idéias básicas do estruturalismo:

- 1) uma cultura se define por um certo estilo de vida e comportamento; 2) os tipos de cultura acham-se em número limitado, o que permite uma classificação e uma tipologia; 3) o estudo das sociedades arcaicas é o meio privilegiado para determinar as combinações possíveis dos elementos culturais, os quais não dependem de fatores raciais e podem ser estruturados sem considerar os indivíduos do grupo. (Lepargneur, 1972, p.39).

Lévi-Strauss definirá cultura como "todo conjunto etnográfico que,

do ponto de vista da investigação, apresenta, com relação a outros, afastamentos significativos”, podendo se suceder que o termo cultura “seja empregado para reagrupar um conjunto de afastamentos significativos cujos limites a experiência prova coincidirem aproximadamente” (1970, p.335). Esta definição de ordem prático-esquemática será aprofundada, resultando que cultura, em primeira instância, é aquilo que se mostra como não-natural.

O homem, dirá Lévi-Strauss, não necessita de cozinhar seu alimento. O ato de cozer não é requerido por sua natureza animal. O cozer impõe um afastamento significativo, na ordem do campo simbólico, que estabelece distinção entre o homem-animal, que come seu alimento no estado natural - cru -, e o homem-*humano*(!), que ingere seu alimento cozido, que é um estado de cultura - transformação do natural. A cultura “(...) não pode ser considerada nem simplesmente justaposta nem simplesmente superposta à vida. Em certo sentido substitui à vida, e em outro sentido utiliza-a e a transforma para realizar uma síntese de nova ordem” (1976, p.42).

A partir de *As estruturas elementares do parentesco* (1976) podemos inferir uma compreensão, ainda que mínima, mais elaborada dos termos em que Lévi-Strauss concebe a cultura.

O homem é um ser biológico, porém, concomitantemente, é um indivíduo social. Ao mesmo tempo que oferece respostas em função de sua natureza biológica também elabora e se comunica ao nível simbólico. Qual seria, então, o ponto de cisão entre natureza e cultura? A partir do que o homem ultrapassa o seu pertencimento à natureza e passa a integrar a cultura? Como é que se dá a passagem do estado natural ao estado cultural? Existe tal passagem?

Para se tornar homem - adentrar a humanidade (estado de cultura) - o ponto de partida é o estabelecimento de uma norma. Porque:

Em toda parte onde se manifesta uma regra podemos ter certeza de estar numa etapa da cultura. Simetricamente, é fácil reconhecer no universal o critério da natureza. Porque aquilo que é constante em todos os homens escapa necessariamente ao domínio dos costumes, das técnicas e das instituições pelas quais seus grupos se diferenciam e se opõem. (Lévi-Strauss, 1976, p.47).

A relação simbólica entre os membros da espécie *homo sapiens* gera o campo cultural. No estudo do parentesco Lévi-Strauss pensou ter encontrado a chave para a compreensão da cultura. Na sua visão, um

sistema de parentesco não se resume a elos objetivos de filiação e consangüinidade; “só existe na consciência dos homens, é um sistema arbitrário de representações, não o desenvolvimento espontâneo de uma situação de fato” (1970, p.69).

O entendimento da passagem entre os fatos da natureza e os fatos da cultura, para além da pura articulação deles, é um dado que a “análise do real” não comporta. É a análise estrutural que permite ver nos sistemas de parentesco um princípio fundante: a proibição do incesto.

Encontramo-nos assim em face de um fato, ou antes de um conjunto de fatos, que não está longe, à luz das definições precedentes, de aparecer como um escândalo, a saber este conjunto complexo de crenças, costumes, estipulações e instituições que designamos sumariamente pelo nome de proibição do incesto. Porque a proibição do incesto apresenta, sem o menor equivoco e indissolivelmente reunidos, os dois caracteres nos quais reconhecemos os atributos contraditórios de duas ordens exclusivas, isto é, constituem um regra, mas uma regra que, única entre todas as regras sociais, possui ao mesmo tempo o caráter de universalidade. (Lévi-Strauss, 1976, p.47-8).

A constatação de que a proibição do incesto é o ponto de passagem entre natureza-cultura é realizada através da análise estrutural porque, pela observação empírica ter-se-á uma gama indefinida de formas de aliança por casamento o que impossibilita o estabelecimento de generalizações válidas para todos os grupos analisados. Ao nível da experiência é impossível estabelecer uma regra universalmente válida. Relembrando o caráter abstrato e organizador da estrutura, a proibição do incesto não é um fato da cultura, ela organiza relações. Como Lévi-Strauss afirma “a questão não consiste portanto em saber se existem grupos que permitem casamentos que são excluídos em outros, mas em vez disso, em saber se há grupos nos quais algum tipo de casamento é proibido” (1976, p.48).

Resta-nos concluir que, nessas condições, não importam os sujeitos históricos da ação. Não é relevante se a proibição se dá entre casamentos de pai/filha, mãe/filho, irmão/irmã, tio/sobrinha, tia/sobrinho, *Ego*/filha do irmão da mãe (primos cruzados), *Ego*/filha da irmã da mãe (primos paralelos), etc. O importante é que existe uma norma - a proibição de algum tipo de casamento -, de modo que, então, existe um princípio organizador.

Contudo, somos forçados a propor uma indagação: se existe o

princípio, a norma, se esta norma não é algo das relações concretas mas subjacente a elas, então onde se forma esta regra? Como o princípio é elaborado? Quanto ao tabu do incesto Lévi-Strauss reconhece:

A proibição do incesto possui ao mesmo tempo a universalidade das tendências e dos instintos e o caráter coercitivo das leis e das instituições. De onde provém então? Qual é seu lugar e significação? Ultrapassando inevitavelmente os limites sempre históricos e geográficos da cultura, coextensiva no tempo e no espaço com a espécie biológica, mas reforçando-se pela proibição social, a ação espontânea das forças naturais a que se opõem por seus caracteres próprios, embora identificando-se a elas quanto ao campo de aplicação, a proibição do incesto aparece diante da reflexão sociológica como um terrível mistério. (1976, p.49).

Se a estrutura é descoberta pelo pesquisador através de uma nova imposição teórica a elementos despojados de seu conteúdo de significação histórica, uma abordagem sincrônica não é mais uma opção (a mais privilegiada!). Em função dos elementos manipulados mostra-se como a única possibilidade. A gênese dos princípios - normas -, não só da proibição do incesto como todos os demais, não está contemplada na formulação da estrutura.

E a cultura? Esta principia com o estabelecimento da norma. A proibição do incesto pela sua singularidade paradoxal está no limiar entre a natureza e a cultura. Descoberta *a posteriori* esta norma é, no entanto, *a priori*; ela funda uma realidade.

Nestes termos somos levados a entender que a cultura é a forma humana de viver a natureza. A cultura "pensa" o natural. Assume-lhe a natureza e o transporta a outro plano. Condiciona-o e impõe o estabelecimento de uma lógica transformada. As diversas manifestações culturais, as diversas culturas, mesmo que se mostrem diferentes não o são. São modalidades de um mesmo "pensamento". São possibilidades variadas de uma mesma lógica combinatória.¹

¹ "O conjunto dos costumes de um povo está marcado por um estilo; formam sistemas. Acredito que esses sistemas não são em número ilimitado e que as sociedades humanas, como os indivíduos, nunca criam de maneira absoluta; limitam-se a escolher algumas das combinações possíveis num repertório ideal que seria interessante reconstruir. Fazendo o inventário de todos os costumes observados, daqueles também que imaginaram os mitos, daqueles que são evocados nos jogos das crianças e dos adultos, os sonhos dos indivíduos são ou doentes, as condutas patológicas, chegar-se-ia a elaborar uma espécie de quadro periódico parecido com o quadro dos elementos

Para Lévi-Strauss a cultura é uma linguagem! Se não tanto, ela se processa segundo a lógica de uma linguagem. Segundo ele, trazendo à baila novamente o parentesco, este se apresenta inicialmente como uma linguagem que, como toda língua, está estruturada a partir de oposições e relações entre os seus distintos elementos constitutivos: marido/mulher, pai/filho, tio/sobrinho, irmão/irmã. Das oposições taxonômicas este sistema introduz um "sistema de comunicação cultural":

"as regras de matrimônio permitem, ou melhor, exigem a circulação das mulheres no grupo social. A comunicação, por ser o maior imperativo criador de uma cultura, reclama que a família não se feche em si mesma na sua unidade mais elementar: a regra universal da proibição do incesto exprime de maneira negativa, a exigência positiva de ceder a outros as mulheres da casa, permitindo trocas de pessoal entre famílias. Pais e irmãos não devem usar filhas e irmãs não em razão de um mítico motivo biológico, mas para dá-las a outras formações da mesma sociedade. As relações de pura consangüinidade (natureza) são assim superadas pela aliança (cultura). (Lepargneur, 1972, p.41).

As mulheres, no casamento, são elementos de uma comunicação. Da mesma forma que o são as palavras (mensagens) na linguagem e os bens e serviços na economia. O casamento, a linguagem e a economia são os três grandes campos de troca sobre os quais se baseia a cultura.

Cultura é troca, é comunicação. Quando o homem estabelece uma linguagem ele se distingue dos outros animais. Conforme Leach, na vida social real, os indivíduos estão comunicando-se entre si o tempo todo por meio de elaboradas combinações de signos - por meio de palavras, das roupas que vestem, dos alimentos que comem, do modo como andam, de suas posturas, da maneira como dispõem os móveis num quarto. (1973, p.45).

As mútuas relações que se dão na sociedade entre os indivíduos sociais (e.g., pai com filho, patrão com empregado), baseiam-se numa comunicação por troca. Troca de palavras, de bens, de presentes, na qual palavras e presentes comunicam informação porque constituem signos e não sejam coisas em si mesmas. Na troca se supõe uma ação que, por sua vez, supõe, *significa*, a posição relativa das partes na transação. A troca sexual é a troca simbólica básica que fornece o modelo para todos os demais. No tabu (proibição) do incesto está implicada a distinção entre

químicos, onde todos os costumes reais ou simplesmente possíveis apareceriam agrupados em famílias; bastaria, então reconhecer aqueles que as sociedades escolherem efetivamente". Cf. LÉVI-STRAUSS, C., *Tristes tropiques*, 1955, p.424, *apud* LEPARGNEUR, H., *Introdução aos estruturalismos*, 1972, p. 57.

mulheres permitidas e mulheres proibidas, gerando assim a distinção entre mulheres da categoria *esposa* e da categoria *imã*. Em síntese:

a base da troca humana, e por conseguinte, a base do pensamento simbólico e o começo da cultura, reside no fenômeno singularmente humano de que um homem é capaz de estabelecer relações com um outro por meio de uma troca de mulheres. (Leach, 1973, p.44-5).

A linguagem - fato cultural - suplanta todas as demais manifestações de cultura. Mais ainda, é ela que permite até pensar a cultura. E, posto termos estabelecido que cultura é comunicação, podemos avançar. Cultura é comunicação de signos. Cultura é a linguagem na qual o homem incorpora os elementos da natureza e lhes confere a categoria de signos. Na cultura não são as coisas em si que são trocadas. São signos que se relacionam. E assim o é porque os homens desenvolveram a capacidade de se comunicar na língua dos signos, ultrapassando a pura reação provocada mediante estímulos (de ordem instintiva-biológica, não racional).

Em Lévi-Strauss está patente a crença na existência de uma "natureza humana", ou seja crença na existência de "uma estrutura profunda comum a todos os homens". De forma que o fenômeno da cultura venha a se constituir em uma "diferenciação das modalidades de funcionamento desta estrutura, pelo jogo de estruturas menos profunda situadas numa geologia de vários níveis" (Lepargneur, 1972, p.57). Do que resulta dizemos que a cultura é um dado da natureza, da natureza humana, da Humanidade.

Ao se estudar a cultura, mais do que compreendê-la o que se propõe, na concepção estruturalista de Lévi-Strauss, é compreender o Homem. É alcançar algo da natureza do homem que é, em última instância, a responsável pela elaboração da cultura. É entender como o cérebro humano apreende as relações naturais e as incorpora em outros níveis, gerando a cultura.

A Humanidade se distingue da Natureza, o que não descarta o fato de que o suporte físico do homem - seu corpo, seu cérebro - é integrante desta última; é um objeto natural. Essa Natureza tem um caráter objetivo, é uma realidade autêntica 'ai fora'; é governada por leis naturais que são acessíveis, pelo menos em parte, à investigação científica humana mas a nossa capacidade de apreender a natureza é severamente limitada pela natureza do aparelho através do qual apreendemos. A tese de Lévi-Strauss é que, ao

notarmos como apreendemos a Natureza, ao observarmos as qualidades das classificações que usamos e o modo como manipulamos as categorias resultantes, estaremos aptos a inferir fatos decisivos sobre o mecanismo do pensamento (Leach, 1973, p.27-8).

Considerando, deste modo, que a cultura é gerada pela apreensão humana dos fatos da natureza num processo que é comum a todos os homens (entendendo que a estrutura física mental - o cérebro - seja comum a todos os homens), este processo confere à gênese da cultura características que também são universais, comuns à natureza do cérebro. Resulta que investigando as estruturas elementares dos fenômenos culturais, investigamos a natureza do Homem. O que permite, na leitura de Leach, Lévi-Strauss concluir a conclusão de que "como todas as culturas são o produto de cérebros humanos, deve existir, algures sob a superfície, uma série de características que são comuns a todos" (Leach, 1973, p.28), ou seja, uma estrutura inconsciente e universal.

Aí entram em cena os *universais* ou invariantes. Como já explicitado, eles não têm existência ao nível do fato concreto. Existem somente ao nível da estrutura. Como o tabu do incesto. Os universais não existem nos fatos, mas é através das relações que impõem que se tornam inteligíveis, ultrapassando as limitações de análises de fatos isolados e suplantando a aparente desordem de fatos que, à primeira vista, se mostram diferentes.

É a existência de uma *natureza humana*, que comporte características universais, o que possibilita a Lévi-Strauss pensar uma globalidade sistêmica e pensar em outro plano as diferenças que as culturas apresentam. Lévi-Strauss não suprime as diferenças. Ao contrário, constata: "a diversidade das culturas é de fato no presente, e também de direito no passado, muito maior e mais rica que tudo o que estamos destinados a dela conhecer" (*Raça e história*, [s.d.], p.14).

Mas o que se entender então por diversidade cultural? O que são culturas diferentes? O que Lévi-Strauss responde:

(...) a diversidade das culturas humanas não nos deve induzir a uma observação fragmentária ou fragmentada. Ela é menos função do isolamento dos grupos que das relações que os unem. (...) Parece que a diversidade das culturas raramente surgiu aos homens tal como é: um fenômeno natural, resultante das relações diretas ou indiretas entre as sociedades (...). (*Raça e história*, s.d., p.16-7).

A diferença é um dado fundamental à "solidariedade orgânica" que

Lévi-Strauss enxerga entre as culturas. Não é fruto das imperiosas contingências históricas nem corresponde a etapas de um inevitável progresso.

Se se tiver em mente a idéia de evolução única de uma humanidade, também uma e sempre a mesma, a diversidade se torna aparente, uma vez que os diferentes estados apresentados pelas sociedades seriam tomados como diferentes etapas de um desenvolvimento único. Desta forma

a humanidade torna-se uma e idêntica a si mesma, só que esta unidade e esta identidade não se podem realizar senão progressivamente e a variedade das culturas ilustra os momentos de um processo que dissimula uma realidade mais profunda ou retarda a sua manifestação (Lévi-Strauss, *Raça e história*, p.20).

Lévi-Strauss criticará veementemente esta concepção evolucionista para a compreensão da cultura e suas diferenciações. Ao contrário, na sua visão todas as culturas são adultas, mesmo aquelas que “não tiveram diário de infância ou de adolescência”. Ou seja, uma cultura não é diferente de outra por ser uma etapa, anterior ou posterior, do seu desenvolvimento. É tão somente uma outra possibilidade de se realizar utilizando o mesmo substrato mínimo.

Nesse sentido, a própria idéia de progresso tem de ser revista. Uma concepção de progresso que se baseava em um escalonamento das culturas no tempo perde sua razão de ser. Diferentemente, o progresso

(...) não é nem necessário nem contínuo; procede por saltos, ou tal como diriam os biólogos, por mutações. Estes saltos não consistem em ir sempre mais longe na mesma direção; são acompanhados por mudanças de orientação um pouco à maneira dos cavalos do xadrez que têm sempre à sua disposição várias progressões mas nunca no mesmo sentido. A humanidade em progresso nunca se assemelha a uma pessoa que sobe uma escada, acrescentando para cada um dos seus movimentos um novo degrau a todos àqueles já anteriormente conquistados; evoca antes o jogador cuja sorte é repartida por vários dados e que, cada vez que os lança, os vê espalharem-se no tabuleiro formando outras tantas somas diferentes. (*Raça e história*, s.d., p.30-1).

Pelo exposto poderíamos deduzir, então, que o “avanço” ou “regresso”, por exemplo no nível técnico, de uma dada cultura seriam uma contingência do acaso. Correto? Não! Lévi-Strauss atribui um papel mínimo ao acaso. Não que o acaso não exista, apenas porque este “não dá por si só qualquer resultado” (*Raça e história*, p.38). Mas, desta forma, de que natureza é este progresso? O progresso é fruto de uma

colaboração inter-cultural; é função de uma “coligação” entre as culturas.

Vejam. Cada cultura é original;² cada cultura coloca em movimento (*manifesta*) uma combinação particular de elementos universais comportados pela estrutura. Tal como em um jogo, as possibilidades de cada cultura, individualmente, são menores que as de um consórcio. A coligação estabelece assim uma relação funcional entre as culturas.

Retomando a questão da alteridade, o que se coloca é que uma cultura não pode ser explicada pela outra. A alteridade é um fato mas não se pode, na visão de Lévi-Strauss, explicá-la por meio da redução ou assimilação do *outro* no *eu* ou do *eu* no *outro*.

(...) desde o nosso nascimento, o ambiente que nos cerca faz penetrar em nós, mediante milhares de diligências conscientes e inconscientes, um sistema complexo de referências consistindo em juízos de valor, motivações, centros de interesse, inclusive a visão reflexiva que a educação nos impõe do devir histórico da nossa civilização sem a qual esta se tornaria impensável, apareceria em contradição com as condutas ideais. Deslocamo-nos literalmente com este sistema de referências, e as realidades culturais de fora só são observáveis através das deformações por ele impostas, quando ele não nos coloca mesmo na impossibilidade de aperceber delas o que quer que seja. (*Raça e história*, s.d., p.35).

A explicação, para de fato ocorrer, tem que superar a diferença; não a ignorando ou a diluindo em uma das partes distintas. O subterfúgio lévi-straussiano consiste em integrá-la em um todo sistêmico que explica a partir da diferença, ou mais explicitamente, a partir da relação que se estabelece entre realidades distintas. O *real* passa a ser, na verdade, composto de realidades descontínuas as quais se ligam e se relacionam não nos termos de uma unidade temporal ou histórica. A relação se estabelece pela estrutura profunda da qual essas realidades, desconexas entre si se consideradas em uma linearidade temporal, são arranjos manifestos.

O que se tem entre natureza e cultura é, de fato, uma diferenciação de gênero. São gêneros da mesma gramática. A cultura se distingue da

² “A originalidade de cada uma delas reside antes na maneira particular como resolvem os seus problemas e perspectivam valores, que são aproximadamente os mesmos para todos os homens, porque todos os homens sem exceção possuem uma linguagem, técnicas, arte, conhecimentos de tipo científico, crenças religiosas, organização social, econômica e política”. LÉVI-STRAUSS, *Raça e história*, s.d., p.40.

natureza por assumir a comunicação simbólica como forma de existência. Cultura é o campo do domínio da norma que assume o campo do natural - por si universalmente presente - e impõe formas de relacionamento. Na cultura têm-se diferenciações de grau. Enquanto comunicação, a diferenciação na cultura se dá pelos vários níveis em que essa "troca" se processa. Formalmente, as trocas (operações simbólicas) são do mesmo tipo. Os níveis em que operam é que variam. A leitura do estudo do totemismo e da "lógica do concreto" apresentada em *La pensée sauvage* (e também na série *Mithologiques*), é reveladora. A intenção do autor é retirar dos diferentes tipos de pensamento (a oposição apresentada é entre um pensamento "selvagem" e um pensamento técnico, "domesticado")³ a relação de hierarquização e derivação, e estabelecer a idéia de autonomia e de diferenciação de modalidades. O pensamento "selvagem" e o "domesticado" são formas diversas da mesma lógica. Um não é, nessa concepção, nem superior nem derivado do outro. São formas distintas de pensar o mundo. Uma *lógica do concreto* é diferente de uma lógica abstrata, o que não impede que sejam, ambas, *lógicas*. São sistemas que não se remetem mutuamente; remetem, antes, a um princípio subjacente a eles próprios. Não existe uma relação de contiguidade entre essas lógicas. Encaixá-las numa sucessão temporal se torna, deste modo, incorreto. O que permite analisá-las não é o fato de serem etapas de uma mesma lógica em desenvolvimento, mas, mesmo sendo diferentes, por serem tributárias de um mesmo princípio classificatório comum e inerente à natureza humana. Natureza inconsciente que atua e tem por fim impor um princípio de ordem ao caos, impor "leis estruturais a elementos contingentes, materiais e históricos" (Lepargneur, 1972, p.62).

O custo de se explicar o homem e a sua cultura é superá-los, diluí-los, (re)integrá-los à natureza. Para explicar o homem e a cultura, Lévi-Strauss os destrói para equacioná-los em uma "síntese de nova ordem". Fecha-se um círculo: a cultura se reintegra à natureza. Afinal, as culturas são possibilidades da natureza humana (não em oposição, mas em

³ "(...) esse pensamento selvagem que não é, para nós, o pensamento dos selvagens nem o de uma humanidade primitiva e arcaica mas o pensamento em estado selvagem, diferente do pensamento cultivado ou domesticado com vistas a obter um rendimento". LÉVI-STRAUSS, C., *O pensamento selvagem*. 2.ed. 1997, p. 245.

relação à Natureza), e o também pertence, por seu suporte físico, à Natureza. A constatação da alteridade (e da própria cultura) nada mais é que constatar diferentes formas de fazer o mesmo, diferentes formas do homem assumir a natureza, assumir a sua natureza. E, conforme Lévi-Strauss expressa: "a oposição entre natureza e cultura sobre a qual insistimos outrora (*Les structures élémentaires de la parenté*, 1949, cap. I e II), parece-nos, hoje, oferecer um valor sobretudo metodológico" (1997, p.275, nota 80).

Ao fim das contas a estrutura nada diz do real. Ilustra tudo sem se prender a um conteúdo específico. Nada mais faz (ou pretende) que expor, segundo as leis de uma álgebra matemática,⁴ o funcionamento do espírito; quer tornar exposta uma imanência pura, despida dos suportes sensíveis que a tornam manifesta e atuante.

Para se alcançar a razão última a própria razão se vê superada. O primeiro passo para se explicar o homem é destruí-lo tal como se mostra ou tal como se pensa. Na crença lévi-straussiana "o objetivo último das ciências humanas não é constituir o homem mas dissolvê-lo":

Quando se quer estudar os homens, é preciso olhar para perto de si; mas para estudar o homem, é preciso aprender a dirigir a vista para longe; é preciso primeiro observar as diferenças para descobrir as propriedades" (Rousseau, 1783, cap. VIII). Não obstante, não seria bastante reabsorver humanidades particulares em uma humanidade geral; esta primeira empresa insinua outras que Rousseau não teria admitido de bom grado e que cabem às ciências exatas e naturais: reintegrar a cultura na natureza e, finalmente, a vida no conjunto de suas condições físico-químicas. (1997, p.275).

O ponto de chegada - cujo alcance requer estar-se "preparado para ver cada redução perturbar por completo a idéia preconcebida que se possa fazer do nível, qualquer que seja, que se tente alcançar" - é a compreensão da vida "como função da matéria inerte" e possuidora de propriedades bem diversas das que se lhe eram atribuídas anteriormente

⁴ Uma álgebra matemática, não histórica ou de qualquer outra natureza, porque "(...) os enunciados da matemática pelo menos refletem o funcionamento livre do espírito, ou seja, a atividade das células do córtex cerebral relativamente libertas de qualquer coerção exterior e obedecendo apenas a suas próprias leis. Como o espírito também é uma coisa, o funcionamento dessa coisa nos instrui sobre a natureza das coisas: mesmo a reflexão pura se resume em uma interiorização do cosmo. De uma forma simbólica, ela ilustra a estrutura de fora (...)". LÉVI-STRAUSS, C., *O pensamento selvagem*. 2.ed. 1997, p. 276, nota 81.

(Lévi-Strauss, 1997, p.276).

A "metafísica" estruturalista nos conduz a duas proposições particulares, ambas obtidas pela imposição de generalizações a conclusões particulares e pela reificação (ou, porque não, deificação) da estrutura. Uma proposição é de ordem metodológica e nos diz que as realidades concretas, os fenômenos sociais são produtos ou manifestações das estruturas e, portanto, não podem ser estudados como fruto da ação humana. Uma segunda proposição, de ordem ontológica, diz-nos que somente as estruturas têm existência "real". E os indivíduos, os "sujeitos da ação"? São suprimidos:

(...) os indivíduos são simples aparências ou puros "suportes" de estrutura. Eles só interessam na medida em que permitem às estruturas manifestarem-se. (Boudon & Bourricaud, 1993, p.228).

Há mais. Se a estrutura, num campo epistemológico, leva a desintegração dos sujeitos da ação, o seu caráter sistemático-funcional ocasiona, em termos até sócio-políticos, uma clara justificação e naturalização (mais que explicação) das relações sociais que ela quer tornar inteligíveis.

A formulação da estrutura determina que as realidades que observamos são possibilidades combinatórias dentre um repertório mais vasto. Situando-se aquém da realidade que quer explicar, a estrutura oferece a compreensão de que essa realidade é tal com se mostra, com todas as suas discrepâncias, desigualdades e oposições, porque assim, independentemente de uma progressão histórica, tem de ser. Essa realidade não têm autonomia sobre o seu desdobramento; ao inverso, apenas cumpre e materializa uma lógica determinista inconsciente.

Nessa direção, a parte final do texto de *Raça e história* é flagrante.

Retomando um exemplo que já apresentamos podemos efetuar o seguinte pensamento: as culturas combinam os mesmo elementos invariáveis, todavia, cada combinação é particular, é uma das possibilidades da estrutura. Para superar as limitações impostas por esta combinação particular e obter alguma forma de progresso a coligação é a alternativa viável. Afinal, vários jogadores consorciados têm, numa aposta, mais chances que um isolado. É assim que Lévi-Strauss vê o desdobramento da estrutura - um jogo, como o de dados ou de cartas.

Pois bem, quanto mais diferentes são os jogadores - as culturas -

mais rica será a coligação; ela terá um repertório mais rico de recombinações a fazer.

Mas, no desenrolar desse jogo em comum a consequência certa é a homogeneização dos recursos. À medida que se vão utilizando as jogadas, tende-se a superar a condição inicial do consórcio - a enriquecedora diversidade - e cada vez mais se aproxima o esgotamento do repertório de recombinações. Aí já não só o "progresso" estará comprometido como o próprio desdobramento das combinações. Cultura e sociedade estarão à beira do colapso.

Ora, contra esse funesto desfecho, o que se pode fazer? Lévi-Strauss enxerga dois "remédios":

Um consiste, para cada jogador, em provocar no seu jogo *desvios diferenciais* (grifo do original); isso é possível uma vez que cada sociedade (o "jogador" do nosso modelo teórico) é composta por uma coligação de grupos - confessionais, profissionais e econômicos -, e que o capital social é composto pelo capital de todos os constituintes. As desigualdades sociais são o exemplo mais flagrantes dessa solução. (*Raça e história*, s.d., p.62-3).

A exploração do homem pelo homem é, assim, uma consequência inevitável do "progresso". Entre esses dados - exploração e progresso - existe uma relação funcional.

A segunda alternativa (remédio!), está de certa forma condicionada pela primeira:

consiste em introduzir na associação, a bem ou à força, novos parceiros, externos desta vez, cujos "capitais de entrada" são muito diferentes dos que caracterizam a associação inicial. Esta solução foi igualmente tentada e, se o termo de capitalismo permite, grosso modo, identificar a primeira, os de imperialismo e de colonialismo ajudarão a ilustrar a Segunda. (Lévi-Strauss, *Raça e história*, s.d., p. 63-4).

Existe, ainda, um terceiro remédio, caso os anteriores não tenham conseguido dar cabo do paciente:

Talvez, na verdade, seja preciso interpretar como uma terceira solução o aparecimento no mundo de regimes políticos e sociais antagônicos; podemos assim compreender como uma diversificação, renovando-se sempre num novo plano, permite manter indefinidamente, através de formas variáveis e que nunca deixarão de surpreender os homens, este estado de desequilíbrio de que depende a sobrevivência biológica e cultural da humanidade (*Raça e história*, s.d., p. 64).

A humanidade depende, na visão de Lévi-Strauss, de um permanente estado de desequilíbrio para sobreviver biológica e

culturalmente.

O homem e a história são de somenos importância.

É a diversidade que deve ser salva, não o conteúdo histórico que cada época lhe deu e que nenhuma poderia perpetuar para além de si própria. (*Raça e história*, s.d., p.66).

FARIA, Itamar Teodoro de. Lévi-Strauss: The structural intelligibility and the explanation about the culture. *Ensaio de História*, v.4, n.1/2, p.17-41, 1999.

ABSTRACT: From the analysis of the creation and development of the structuralism conception, we propose a discussion about the sign and explanation of culture in the Lévi-Strauss' structuralist conception.

KEYWORDS: Conceptual history, structure, structuralism, cultural theory.

Referências bibliográficas

- AUZIAS, J.-M. *Chaves do estruturalismo*. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- AZZAN Jr., C. *Antropologia e interpretação: explicação e compreensão nas antropologias de Lévi-Strauss e Geertz*. Campinas: Edunicamp, 1993.
- BARBOSA, L. N. de H. "Estrutura social". In: SILVA, Benedito (coord.), *Dicionário de ciências sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986, p. 424-9.
- BENEDICT, R. *Padrões de cultura*. Trad. Alberto Candéias. Lisboa: Livros do Brasil, [s.d.].
- BOUDON, R. & BOURRICAUD, F. *Dicionário crítico de sociologia*. Trad. Maria Leticia Guedes Alcoforado e Durval Ártico. São Paulo: Ática, 1993.
- DEL CAMPO, S. (dir.) *Diccionario de ciencias sociales*. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1975.
- DOSSE, F. *História do estruturalismo I: O campo do signo, 1945 - 1966*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio; Campinas: Edunicamp, 1993.
- LEACH, E. *As idéias de Lévi-Strauss*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1973.
- LEPARGNEUR, H. *Introdução aos estruturalismos*. São Paulo: Herder: Edusp, 1972.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Estruturas elementares do parentesco*. Trad. Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Edusp, 1976.
- _____. *Antropologia Estrutural*. 2.ed. Trad. Chaim Samuel Katz e

Eginardo Pires. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.

_____. *O pensamento selvagem*. Trad. Tânia Pellegrini. 2.ed. Campinas: Papyrus, 1997.

_____. *Raça e história*. Trad. Inácio Canelas. 2.ed. Lisboa: Editorial Presença; Rio de Janeiro: Martins Fontes, [s.d.].

_____. & ERIBON, D. *De perto e de longe: relatos e reflexões do mais importante antropólogo do nosso século*. Trad. de Léa Mello e Julieta Leite. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. Trad. Lamberto Puccinelli. São Paulo: EPU, 1974.

SILVA, Benedito (coord.) *Dicionário de ciências sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986, p. 424-9.

WAHL, F. *Estruturalismo e filosofia*. Trad. Alfredo Bosi. São Paulo: Cultrix, 1970.

INDÚSTRIA CULTURAL, TERCEIRA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E INFLUÊNCIAS NA ESCOLA.

Rogério Naques FALEIROS*

RESUMO: A expansão da indústria cultural, face os avanços tecnológicos aplicados na comunicação em virtude da Terceira Revolução Industrial, retiraram da agência escolar a condição de forma(ta)ção de mentes, reduzindo-a à única e exclusiva função de capacitação de mão-de-obra.

UNITERMOS: Indústria cultural, terceira revolução industrial, escola, controle ideológico, comunicação.

*O Homem é a medida de todas as coisas - Sócrates.
Ou a desmedida...*

Indústria Cultural: cultura produzida (elaborada) deliberadamente a favor de algo. Esta elaboração atinge os homens de variadas formas pois introjeta-se nas relações sociais de produção entendidas como a relação dos homens entre si e entre estes e a natureza.

As relações humanas, segundo a "teoria crítica", são direcionadas por esta cultura produzida. Este direcionamento é o que introjeta nas pessoas, entre outras coisas, a moda, a fetichização da mercadoria e, sobretudo, o controle e formatação de mentes a serviço do sistema capitalista.

Nestes termos, o modo de produção capitalista ultrapassa qualquer definição meramente econômica, pois encontra-se na cultura aspectos produzidos que reciclam e dão fôlego ao capitalismo. A cultura é uma teia de significados que o homem teceu (Geertz, 1989), todavia o foi feito com fios introjetados desta cultura produzida (Indústria Cultural), ou seja, o capitalismo penetra e impõe-se sobre as mais profundas construções culturais direcionando estas à sua vontade.

A Indústria Cultural estabelece um "estilo de vida". Para alcançá-lo

* Graduando em História. Orientador: Djanira Soares de Oliveira e Almeida.

deve-se consumir determinada coisa, usar determinada roupa, tomar determinadas atitudes etc. A busca deste estilo corrompe nossas almas submetendo toda e qualquer construção ideológica e cultural à perpetuação das estruturas capitalistas.

Assim sendo, a “fábrica de cultura” é um exemplo de privatização da esfera pública que difunde uma cultura artificial. Esta difusão é tão incisiva e nos atinge de maneira tão brutal que esta cultura torna-se concebida como nossa, natural, produção genuína e original do gênero humano.

Quando a produção é contrária, ou seja, construções culturais realmente autênticas, a Indústria Cultural coopta estas criações e as torna úteis ao seu “patrão”. Por exemplo, o carnaval: criação espontânea popular, hoje, tornou-se um instrumento, um subterfúgio para a prática do turismo, venda de bebidas etc.

Podemos notar que a produção de cultura por parte da Indústria Cultural não segue apenas uma verticalidade mas todos os sentidos: transversais, horizontais e longitudinais. Impõe-se e coopta as imposições, dando uma noção de liberdade, de valorização da individualidade, de reconhecimento das suas formas de interpretar e entender o mundo.

Joga-se sobre tudo um ar de construção espontânea que reforça os estilos de vida e, em última instância, a individualidade de quem os segue. Entretanto, esta espontaneidade é totalmente falsa e marcada pela anti-dialética, são estilos individuais que nascem ligados ao fetiche de uma vida e a coisificação de ideologias.

A individualidade, na modernidade, é ligada às “produções” da Indústria Cultural. Todavia esta individualidade se dilui, desfaz e se refaz sobre outros fetiches, sobre outro estilo de vida e sobre outras formas de identificar-se. Isso se dá porque estas produções são obrigadas, pela lógica do sistema, a se diluírem para perpetuar os mercados. A verdadeira fonte de riqueza está em garantir meios de *reprodução* de capital; para garantir a reprodução lança-se via Indústria Cultural um estilo de vida que consumirá determinado produto. Ao esgotar-se o mercado para este estilo lança-se outro e como consequência a individualidade, via “produtos da fábrica”, adquire “novo” sentido sobre novos fetiches.

O que hoje os frankfurtianos chamam de Indústria Cultural,

segundo Jürgen Habermas, é oriundo das revoluções burguesas do século XVIII. Na “luta de classes” contra a nobreza a burguesia criou seu mais eficaz fuzil: a *Esfera Pública*. Pelos cafés parisienses circulavam jornais e folhetins que difundiam idéias e ideais iluministas entre a população. Estes jornais enalteciam a grandeza da racionalidade, seu aspecto de emancipação da humanidade e o senso desenvolvimentista e progressista dos projetos burgueses entre outras coisas. Por um viés público (a comunicação) se difundiam informações que em última estância serviriam a interesses privados.

Na medida em que a burguesia foi impondo seu domínio às outras classes sociais, a dimensão emancipatória da razão ofuscou-se privilegiando-se sua dimensão instrumental, ou seja, a razão como ordem de sistemas produtivos, como meio de exploração do homem pelo homem. Assim sendo a razão iluminista, propagada pela esfera pública burguesa, mostrou-se como um dos maiores embustes da história, aprimorou-se como instrumento de prisão e não de liberdade, limitou-se a ser a ferramenta das ferramentas a serviço da produção material (Pucci, 1994).

Segundo Kant a razão (luzes) levaria o homem a caminhar em direção ao esclarecimento (*Aufklaerung*). Alcançando a claridade sairíamos da menoridade para a idade adulta. Para Horkheimer o Iluminismo desde sempre perseguiu o objetivo de livrar os homens do medo e de fazer deles senhores. A razão, a ciência, a tecnologia desenvolvidas no início da era moderna tinham como finalidade precípua servir para a liberação e a emancipação do homem.

A questão do desvio da racionalidade, de emancipatória para instrumental, encontra-se presente em todos os debates frankfurtianos. Em *A Dialética do Esclarecimento* Horkheimer (1985) coloca que a onipotência do sistema capitalista reificado no mito da modernidade estaria deturpando as consciências individuais, narcotizando a sua racionalidade e assimilando os indivíduos ao sistema estabelecido. Para Adorno (1978) esta razão emancipatória iluminista tornou-se um instrumento que sacramenta a dependência e a servidão dos homens.

O “resgate das condições emancipatórias do iluminismo”, utopia dos frankfurtianos, aponta a racionalidade como a “condição paradisíaca” a ser buscada, devendo-se, para isso, romper com os grilhões da

instrumentalização racional. Para os autores citados acima a razão é inerente ao homem, todavia há, no mundo moderno, prisões sem muros que o prendem ao irracionalismo, à “menoridade da alma” sendo a *deturpação* da razão a argamassa desta prisão e a indústria cultural o cadeado.

Hanna Arendt (1987) aponta, como consequência desta configuração, o fim (bloqueio) da *vita ativa*. Três “campos de existência” a formam: o labor, atividade exercida para sobreviver; o trabalho: que diferencia-se do labor pois envolve criatividade e a ação: esfera de comunicação humana exercida no seu mais alto grau de racionalidade refletindo a “condição humana”. Para a autora este campo de existência foi interpenetrado por aspectos supra-humanos que tomam a razão dos homens retirando-lhes a humanidade. Para Habermas a desrazão imposta estabelece uma disjunção entre o mundo sistêmico e o mundo vivido marcando a inoperância do homem na busca pela racionalidade. Segundo o autor é no mundo vivido que devem ser conjuntamente fixados os *destinos* da sociedade, através do questionamento e da revalidação dos valores e das normas. Para se alcançar a razão deve-se ter a capacidade de “agir comunicativamente” para todos os atores e é justamente isto que a Indústria Cultural impede.

Razão Instrumental e Revoluções Industriais

Bloqueado o discurso racional estabelece-se a razão instrumental. A ciência e a técnica são os meios que levam o capitalismo ocidental ao seu apogeu e podem ser sentidas nas transformações dos processos produtivos: as revoluções industriais.

Segundo Eric Hobsbawm (1977) tanto a Revolução Francesa como a Revolução Industrial na Grã-Bretanha são irmãs; “crateras gêmeas de um mesmo vulcão”, tendo em comum os ecos do Iluminismo, ou, ao meu ver, a razão instrumental que as move. Ambas são burguesas, ambas contribuem para aprisionar o homem no capitalismo e consequentemente subjugar-lo ao labor.

A esfera pública burguesa é a célula embrionária da Indústria Cultural, todavia, não se pode usar este termo num período anterior ao da Revolução Industrial (século XVIII) pois é nessa época que se estabelece uma economia de mercado que funda, consequentemente, uma

sociedade de consumo de bens industrializados.

A refuncionalização do princípio da esfera pública, nessa época, baseia-se em sua reestruturação que pode ser apreendida na evolução de sua instituição por excelência: a imprensa. Para se “legitimar” o consumo e direcionar o público utiliza-se sobretudo a imprensa escrita: teatro de revistas e jornais onde supera-se a diferença entre setor público e privado, entre circulação de mercadorias e circulação do público; dentro do setor privado, apaga-se a nítida delimitação entre esfera pública e esfera privada (Habermas, 1984).

A burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, portanto as relações de produção, e por conseguinte todas as relações sociais (Marx & Engels, 1998). Sucederam-se assim as revoluções industriais: a máquina a vapor cedeu lugar a elétrica, as válvulas foram trocadas por transistores e, assim por diante, nos encontramos atualmente no estágio da Revolução Técnico-científica ou Terceira Revolução Industrial. (Toda e qualquer revolução tecnológica implica em reestruturação das formas de trabalho e consequentemente dos sistemas produtivos, todavia a análise destas transformações não é objetivo deste artigo).

Esta revolução é marcada, sobretudo, pela submissão *imediata* da ciência ao capital; as “invenções” só adquirem sentido se engendradas na produção, sendo ela material ou não. São três os principais campos de pesquisa segundo Adam Schaff (1990): a energética, a microbiológica (que aqui serão deixadas de lado) e a microeletrônica que operacionaliza grandes mudanças nos mecanismos de comunicação atual, pois a fibra ótica, a Internet, o microchip de silício e os satélites dinamizam a circulação de informações.

Assim sendo, nos encontramos diante de uma mudança profunda, que não é apenas tecnológica, mas abrange todas as esferas da vida social (Schaff, 1990). Pelas veias deste avanço tecnológico, produtos eletro-eletrônicos tornam-se mais acessíveis; tomando os computadores como exemplo, alguns estudos estimam que a redução média real dos preços dos equipamentos, em nível internacional, ajustados em termos de qualidade e performance, tem sido superior a 20% ao ano nos últimos vinte anos. Tal redução de preços não tem paralelo na história econômica mundial (Coutinho, 1992). Frente a tal conjuntura, a Indústria Cultural se

expande e atinge os quatro cantos do planeta.

A Escola e o papel de formação

Frente a estes processos vigentes na contemporaneidade tem-se que repensar o papel da escola. Será que esta agência institucional educacional reúne subsídios para formar pessoas? Será a escola, atualmente, um “aparelho ideológico de Estado” realmente eficaz? Creio que não.

Com tamanhas amarras comunicativas incisivamente introjetadas no cotidiano das pessoas, a forma(ta)ção de mentes ocorre fora dos muros escolares, dá-se pela televisão, pelo rádio, pelo vídeo-game, pela moda etc. Estes são os aparelhos ideológicos realmente existentes hoje; são supra-estatais pois vinculam-se às multinacionais e à unificação do consumo global. A escola foi descartada da função de exercer controle ideológico, talvez nem tenha mais o poder de exercer uma “violência simbólica” sobre os alunos pois esta é exercida de forma muito mais eficiente pela Indústria Cultural.

A única função da escola, na pós-modernidade, é a capacitação da força de trabalho dos que a frequentam. Mais do que nunca a escola serve única e exclusivamente à razão instrumental. Conteúdos-matérias como português, inglês e matemática cada vez mais são ampliados nos currículos das escolas. Isso ocorre porque estes conhecimentos são cada vez mais exigidos nos processos produtivos atuais e, sob este prisma de análise, conhecimentos históricos e geográficos não adquirem qualquer função, não são aplicáveis nos processos produtivos contemporâneos.

A redução do número de aulas de História e Geografia vem ao encontro desta argumentação. Condições supra-estatais determinam as ações estatais e esta redução, ao meu ver, não é uma mera decisão burocrática-governamental mas sim o sepultamento destes conteúdos enquanto formadores ou controladores de algo.

Os professores da rede de ensino, em sua maioria, não tem esta concepção. Segundo eles a redução do número de aulas ocorre porque suas disciplinas são “conscientizadoras” e não cabem ao interesse da “classe dominante”, no melhor estilo maniqueista de classes: dominador/dominado. Entendem-se como “intelectuais orgânicos”, enaltecendo sua prática como algo libertador da humanidade, como

instrumento dos dominados nessa batalha entre o “bem” e o “mal”.

A análise dos guias curriculares reforça a idéia de que as pessoas se formam fora da escola. Segundo os parâmetros a função da História e da Geografia é formar cidadãos conscientes de si e do processo histórico que os formou; encara-se a história como construção dos homens e o aluno, enquanto homem, também é agente ativo na construção do processo histórico. Os guias de geografia caminham no mesmo sentido enfocando as produções do espaço e o homem como elemento produtor, seus objetivos refletem o mais alto grau de perfeição social.

Sonhemos, por um instante, que todos os professores reunissem condições de trabalhar com os parâmetros curriculares no seu mais alto grau de exatidão. Será que obteriam êxito? Provavelmente não. Os conteúdos nunca vivenciaram tanta liberdade para serem produzidos justamente porque não produzem nada, são inoperantes e estéreis perante a amplitude da Indústria Cultural na vida pública e privada das pessoas.

Para fazermos um contraponto em termos de parâmetros curriculares, podemos levantar objetivos expostos nos guias escolares do período militar. Nesta época os conteúdos tinham um dever expresso de legitimação e contemplação do Estado. Nota-se este aspecto em questões lá trabalhadas como a exacerbação do nacionalismo, dos deveres cívicos e morais, a grandiosidade dos ovacionados presidentes, entre outras coisas.

A escola, neste período, aliava duas funções: capacitação de mão-de-obra, função que exerce desde sua criação e o controle ideológico; configurando-se, neste sentido, como um legítimo e eficiente “aparelho ideológico de Estado”. Esta dupla função não mais cabe à escola, pois, frente à configuração da Indústria Cultural no contexto da Terceira Revolução Industrial, ela não mais consegue exercer controle ideológico algum e muito menos formam agentes históricos. Foi-lhe delegada, em nossos tempos, uma única e exclusiva função: a capacitação da mão-de-obra.

FALEIROS, Rogério Naques. The Cultural Industry, Third Industrial Revolution and The Influences In School. *Ensaios de História*, Franca, v.4, n.1/2, p.41-50, 1999.

ABSTRACT: *The expansion of the Cultural Industry, face to the technological advances applied on the communication in the face of the Third Industrial Revolution, took away the scholar agency the condition of the formation of minds, reducing it to the unique and exclusive function of capacitation of manual work.*

KEYWORDS: *Cultural Industry, Third Industrial Revolution, School, Ideological Control, Communication.*

Referências Bibliográficas

- ADORNO, T. W. A indústria cultural. In: COHN, G. (org.). *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Nacional, 1978.
- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de estado*. Lisboa: Presença, 1974.
- ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
- COUTINHO, L. A terceira revolução industrial e tecnológica: as grandes tendências de mudança. *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, n.1, p. 69-87, 1992.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LCT, 1989.
- HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984.
- HOBSBAWM, E. J. *A era das revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- HORKHEIMER, M., ADORNO, T. W. *A dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- MARX, K., ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. In: REIS FILHO, D. A.(org.). *O manifesto comunista 150 anos depois*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- PUCCI, B. (org.). *Teoria crítica e educação: a questão da formação cultural na escola de Frankfurt*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes; São Carlos/SP, 1994.
- SCHAFF, A. *A sociedade informática*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Coordenadoria de Normas Técnicas. *Parâmetros Curriculares de História e Geografia*. São Paulo: SE/CENP, 1998.

A HAUSSMANIZAÇÃO EM RIBEIRÃO PRETO DURANTE A BELLE ÉPOQUE: OS PAPÉIS DE FRANCISCO SCHIMIDT E JOAQUIM MACEDO BITTENCOURT NA CULTURA URBANA DA CIDADE (1897-1917)

Rodrigo Ribeiro PAZIANI*

RESUMO: Nossa proposta é analisar o desenvolvimento urbano de Ribeirão Preto, na passagem do século XIX ao XX, mostrando as condições culturais que possibilitaram a inserção da cidade no mundo moderno.

UNITERMOS: História urbana, Ribeirão Preto, modernidade, *Belle Époque*, estética.

“Eldorado paulista”, “Califórnia do café” e atualmente, “Califórnia brasileira”: eis algumas das designações simbólicas que caracterizaram (e caracterizam) a formação e o desenvolvimento cultural de Ribeirão Preto, que atingiram sensivelmente o quadro urbano e arquitetônico da cidade a partir da segunda metade do século XIX, período marcado pela fundação (1856) e planejamento da primeira planta urbana da cidade (1874).

A busca frenética de tudo o que significava o “mundo moderno” se acelera no período republicano. Desde a transição da escravidão para o trabalho livre imigrante, já em meados do século XIX, estabelecem-se as condições primordiais para o surgimento de um significativo complexo urbano, que favorece às pretensões de “progresso” aos membros da elite, fazendeiros de café, localizados na região denominada Oeste paulista, como Ribeirão Preto.

No interior de São Paulo, Ribeirão Preto representou um aspecto da modernização do exótico, das terras antes destinadas ao bandeirismo e às tribos indígenas e de frágil intervenção no quadro natural da região.

A chegada das estradas de ferro da Companhia Mogiana, em 1883, ligando Casa Branca a Ribeirão Preto, foi a mola propulsora, ou melhor, a incisão bandeirante que, semelhante aos antigos desbravadores das matas virgens brasileiras, abriu brutalmente léguas e léguas de traçados

* Graduado em História. Orientador: José Evaldo de Mello Doin.

rumo ao interior paulista, até onde o capitalismo selvagem pudesse alcançar.

Por outro lado, as crises financeiras de 1895-1896, provocadas por uma série de geadas, destruíram parte da produção cafeeira e levaram os coronéis à negociar o restante do café no mercado externo com moeda inglesa, a libra —medida monetária mundial—, visando auferir lucros privados em detrimento da moeda corrente no Brasil, o réis, que seria utilizada no pagamento aos trabalhadores imigrantes durante os períodos de colheita do café.

Em 1898, o *Funding Loan* marca a abertura do Brasil para os investimentos estrangeiros, com a criação de firmas e casas comissárias inglesas (ou mistas com brasileiros), mediando a produção e negociação do café no exterior (Zamboni, 1993).

Entre finais do século XIX e início do século XX, os acordos financeiros efetuados pelos coronéis e os comissários internacionais possibilitaram à cidade de Ribeirão Preto investimentos significativos na área central, principalmente de caráter higienista e paisagístico.

A instalações da rede de água (1898) e de esgotos (1903), realizadas pelo engenheiro Flávio de Mendonça Uchôa, passaram a beneficiar a cidade com métodos modernos de distribuição e controle dos recursos hídricos (Atas da Câmara, 1897-1902. Microf., rolo 2-B, flash 1, número 6).

Para homens públicos como Francisco Schmidt e Macedo Bittencourt, membros da elite cafeeira, o investimento financeiro em obras públicas representava, paradoxalmente, o engrandecimento de seus prestígios políticos perante os moradores da localidade e, por conseguinte, a promoção e o desenvolvimento dos espaços urbanos da cidade.

Desse modo, as relações existentes entre as esferas pública e privada, na República Velha, são reflexos de um processo de fluidificação cultural, no qual os interesses privados dos coronéis do café —frutos de uma concepção de poder político regionalista e extremamente rude, de mentalidade colonial— se confundem com a criação e ampliação de um espaço público modernizado, originando, na paisagem urbana, um cenário pitoresco em pleno sertão paulista.

Um dos bons exemplos desta ambigüidade, ocorrido durante a

administração municipal de Joaquim Macedo Bittencourt (1911-1920), retrata bem os aspectos culturais da modernização urbana de Ribeirão Preto, em especial o caráter movediço das esferas pública e privada. Entre os anos de 1911 e 1914 foram empreendidos dois grandes investimentos financeiros em Ribeirão Preto: as instalações das companhias cervejeiras Paulista e Antártica.

Tais empreendimentos foram concretizados através de negociações políticas entre o poder público e os grupos privados, de modo a beneficiar ambas as instituições. Macedo Bittencourt concedia às empresas os terrenos públicos para a instalação do edifício e as isentava de impostos, em troca de investimentos financeiros de capitais privados na malha urbana do centro da cidade, tais como: luz, água, calçamento etc. (Atas da Câmara Municipal, 1912-1917. Microf., rolo 58-A, flash 6, número 10).

No *Fausto* de Goethe, Marshall Berman, de forma precisa e contundente, demonstra o novo tipo de desenvolvimento desempenhado pelas sociedades modernas:

Com isso [Goethe] criará uma nova síntese histórica entre o poder público e poder privado, simbolizada na união de Mefistófeles, o pirata e predador privado, que executa a maior parte do trabalho sujo, e Fausto, o administrador público, que concebe e dirige o trabalho como um todo. (Berman, 1997, p.73).

Sem dúvida, o café foi o principal elemento de constituição das cidades no interior paulista. A força política e econômica do Estado de São Paulo era sustentada pelos coronéis, que passaram a implementar nas áreas urbanas do interior o luxo e a suntuosidade da cultura europeia.

Francisco Schmidt, o mais rico proprietário de café no Mundo por volta de 1906, construiu, por volta de 1897, um dos maiores teatros do país, superado apenas pelo Teatro Amazonas, construído durante o período áureo da borracha. O Teatro Carlos Gomes —obra pitoresca, imersa em um mar de vegetações e animais selvagens— realçava o caráter urbano e modernizador da elite ribeirãopretana, voltada à produção de café. Era a atividade econômica rural produzindo e desenvolvendo cidades.

A construção do Teatro, como obra moderna, típica dos grandes centros urbanos europeus, caracterizou-se também pela fusão dos elementos público e privado. O edifício surge no cenário urbano, através de um consórcio privado envolvendo os mais importantes cafeicultores da

cidade, dentre eles, o coronel Francisco Schmidt e em conjunto com a Câmara Municipal —da qual detinha representatividade— que concede o logradouro público para que o mesmo fosse implantado. O privado invade o público, e vice-versa.

Hannah Arendt, discutindo a relação e a diluição das noções de público e privado no mundo moderno, pode explicar melhor a ampliação da esfera do poder aos coronéis na República Velha:

No mundo moderno, as esferas social e política diferem muito menos entre si ... pois, com a ascendência da sociedade, isto é, a elevação do lar doméstico (*oikia*) ou das atividades econômicas ao nível público, a administração doméstica e todas as questões pertinentes à esfera privada da família transformaram-se em interesse 'coletivo'. No mundo moderno, as duas esferas constantemente recaem uma sobre a outra. (Arendt, 1993, p.42).

Na Europa, por exemplo, essas mudanças marcaram a ascensão de uma burguesia urbana voltada às atividades industriais e disposta a eliminar os vestígios de uma cultura medieval, bucólica, favorecendo o aparecimento da cidade burguesa, de característica iluminista, preconizando, de modo geral, a ordenação e a espacialização dos centros urbanos, a geometria dos traçados e o conforto público da classe burguesa (Mumford, 1965, p.468-502; Fabris, 1987, p.13).

Responder às revoltas sociais, destruindo as barricadas socialistas e proletárias; construir, em seu lugar, grandes avenidas e bulevares; intervir de modo cirúrgico na cidade antiga, através dos binômios “correção/manutenção” e “aceitação/violência”, com largas ruas —sob a forma de tabuleiro de xadrez— e higienizando os novos locais públicos (Salgueiro, 1995, p.195-205); demolir as antigas residências e prédios, de estilo medieval, e elaborar novas concepções urbanas, fundadas em um discurso iluminista, racional, que tinha nas concepções técnicas dos engenheiros a possibilidade de reorganizar o centro da cidade, priorizando a projeção de grandes prédios e casas de negócio e a circulação de homens, mercadorias e tropas militares, que desmobilizariam quaisquer movimentos sociais (Rouanet, 1995, p.54-5): esses eram os objetivos do Barão Haussmann, em Paris.

Aliás, esses objetivos difundiram-se plenamente em diversas cidades européias e americanas, chegando ao Brasil por volta de 1874-75, precisamente no Rio de Janeiro, então capital imperial, através de um grupo de intelectuais formados nas principais academias de engenharia

de Paris, como Paulo de Frontim, Barata Ribeiro e Pereira Passos, que se apropriaram das técnicas de poder haussmannianas, com o objetivo de civilizar o país (leia-se: o Rio de Janeiro).

Em cidades do interior de São Paulo, como Ribeirão Preto, o modelo urbanístico e as técnicas modernas e estéticas elaboradas por Haussmann em Paris foram apropriadas pelos coronéis, como Francisco Schmidt e Macedo Bittencourt, que viajavam pela Europa e se encantavam com o luxo do comércio e das modas —o tornar-se *chic*—, além de passearem pelas grandes *avenues* e *boulevards* com suas famílias e criados (Needell, 1993, p.207-8).

Algumas vezes, o coronel não precisava sequer viajar à Europa para implementar na sua cidade um projeto urbano; ele era um fragmento europeu no Brasil. É o caso do coronel alemão Francisco Schmidt, que se achava no país desde a segunda metade do século XIX.

Imigrante alemão, Francisco Schmidt, por volta dos anos 1860, trabalhava em fazendas de café na região de São Carlos do Pinhal. Logo que acumulou algum quinhão, deslocou-se para o centro da cidade, exercendo a profissão de comerciante, herdada possivelmente de uma experiência cultural e urbana na Europa.

A experiência urbana na Alemanha garantiu a Schmidt um lugar de destaque na elite ribeirãopretana, não somente pela sua condição de liderança política na região, mas, primordialmente, à capacidade empresarial adquirida na Europa e que lhe valeu a designação, durante anos, de rei do café. Sua síntese era: “encarnação perfeita do trabalho e do dever, a quem o público deu o justo título de ‘Rei do Café’” (Almanach ilustrado, 1913, p.84).

Nessa época, o espaço urbano da cidade se resumia, basicamente, às áreas centrais, em formato de quadrilátero, recortadas pelos córregos Retiro e Ribeirão Preto e onde se localizavam a velha Igreja matriz e algumas atividades comerciais como sapatarias, botequins, alfaiatarias, advogados, médicos e dentistas, em número bastante limitado. Paradoxalmente, o Teatro Carlos Gomes surge como um reflexo da personalidade forte do alemão Schmidt, sem, contudo, deixar de demonstrar o *glamour* do coronel, que possuía conhecimento da cultura arquitetônica européia.

A obra arquitetônica, projetada pelo engenheiro Ramos de Azevedo

(Cione, 1993, p.407) e apropriada por Schmidt, caracterizava-se pela fachada neorenascentista, mesclando a erudição clássica e aspectos barroquizantes (simbolizando, por exemplo, uma casa de espetáculos), através dos melhores materiais existentes no mercado externo (Fabris, 1987, p.75).

Internamente, o ecletismo se tornava mais evidente: escadarias de mármore de Carrara, candelabros de bronze alemão, madeiras de lei e pinho de Riga, portas lavradas e material de proscênio e de ribalta importados da Europa, vitrais italianos, telhas francesas, sistemas de calhas, condutores de água e rufos em bronze alemão, cadeiras no estilo Luís XV (Valadão, 1997, p.91-2).

Significava a personificação da ambigüidade moderna no interior, proveniente do rural: era o coronel, produtor de café, criando e desenvolvendo o espaço urbano, desde o saneamento básico até o embelezamento paisagístico, antecipando-se, algumas vezes, aos projetos urbanos da capital paulista, como foi o próprio Teatro Carlos Gomes, construído entre 1895 e 1897, quando é inaugurado em 15 de novembro, com a ópera *O Guarani*, apresentada pela companhia lírica italiana *De Mattia*, muito anterior à construção Teatro Municipal de São Paulo, de 1911, projeto e realização do mesmo construtor do primeiro, o Escritório Technico Ramos de Azevedo.

A importância das carreiras técnicas, como a engenharia, estava relacionada à racionalização de um espaço urbano colonial, rude, repleto de vagabundos e cortiços, focos de epidemias e doenças venéreas (Chalhoub, 1996, p.29-36), que amedrontavam os visitantes, como Saint-Hilaire durante suas viagens no início do século XIX. Em suma, modernizar a cidade era sinônimo de limpeza, salubridade, domínio espaço-temporal e ocultamento das denominadas “classes perigosas”.

No Rio de Janeiro, as pretensões de Pereira Passos (1903-1906) foram: transformar a cidade em cartão-postal do Brasil através de uma grande avenida (a Central) que cortasse a cidade de ponta-à-ponta; uma avenida que percorresse o caminho do mar (a Beira-Mar), até o porto — em reformas— para a circulação das mercadorias importadas da Europa. Era o domínio político do “governar por retas”; a utilização da régua e do compasso, como elementos incisivos na remodelação do espaço urbano carioca (Carvalho, 1994, p.60-9; Doin, 1998, p.54-7).

A geometrização e a paisagem do espaço urbano de Ribeirão Preto, iniciada na segunda metade do século XIX com a projeção da malha urbana (1874), torna-se mais complexa a partir do final do século, estendendo-se até as primeiras décadas do século XX, com a introdução de um elemento caracteristicamente urbano: o imigrante europeu.

O café, nestes séculos, como o arroz, o milho e o trigo nos séculos XV ao XVIII, se tornaram, de acordo com Fernand Braudel, plantas de civilização, atividades econômicas

que organizaram a vida material e por vezes a vida psíquica dos homens com grande profundidade, a ponto de se tomarem estruturas quase irreversíveis. (Braudel, 1995, p.92).

Espécie natural que, ultrapassando os limites e fronteiras geopolíticas e econômicas através da figura do coronel, produtor e empresário urbano, se internacionalizou, como a própria lógica do capital, e se tornou o principal produto de transações financeiras do mundo, alimentando e suprimindo as exigências culturais das elites europeias, norte-americanas e até brasileiras.

A cidade de Ribeirão Preto, durante as administrações de Joaquim Macedo Bittencourt (1911-1920), serviu-se do acúmulo de capitais provenientes do café para investi-lo em modernas técnicas de paisagismo e circulação urbanas.

Como homem público, Macedo Bittencourt formou-se em medicina por volta de 1884, pela Faculdade de Medicina da Bahia. Logo que a campanha republicana alcança o apogeu, ele se transfere para o Rio de Janeiro, onde exerce o cargo de delegado de polícia em Barra Mansa (Bittencourt, 1983, p.16-24).

O desenvolvimento econômico e as primeiras melhorias urbanas no interior paulista, nos anos 1890, sob a marcante presença do café, atrai Macedo Bittencourt à cidade de Ribeirão Preto, por volta de 1892, cidade esta quase *in natura*, pacata, se compararmos com a cosmopolita cidade do Rio de Janeiro do mesmo período.

Já residente na cidade, Bittencourt participa ativamente da campanha higienista de combate a febre amarela no início do século XX. Essa, aliás, foi a tônica das transformações urbanas nas capitais brasileiras, no Rio e em São Paulo, cidades em fase de crescimento populacional e que, no mesmo período, tentavam buscar, na ciência e nas

teorias profiláticas introduzidas na Europa, uma forma de eliminar as epidemias no país (Chalhoub, 1996, p.36-46).

A participação de Macedo Bittencourt no combate à epidemia de febre amarela, consta em ata da Câmara, de 22.11.1902:

Offício do sr. dr. Delegado de Higiene Municipal comunicando que tendo o sr. dr. Leal da Cunha tido em sua clinica um caso que suspeitou ser febre amarela e avisando-lhe, afim de evitar a propagação desta molestia, diz que convocou algumas conferências para as quaes convidou os snrs. Floriano Leite Ribeiro, Macedo Bittencourt (grifo meu) e Augusto Cesar que prestaram com dedicação, firmando-se então o diagnostico de typho malaria e que o doente já entrou em periodo de convalescença. (Atas da Câmara, 1902-1907. Microf., rolo 4-B, flash 1, número 8).

Sua inserção na vida cultural da cidade encontra-se, possivelmente, na participação como membro da loja maçônica Integridade e Pátria, em 1899. Sabe-se que a maçonaria, na história do Brasil, agrega os grupos sociais mais influentes de uma região: na República Velha, os coronéis. É com esses contatos que Macedo Bittencourt cria, naquele mesmo ano, um curso noturno para os filhos de operários (Cione, 1993, p.398).

No limiar do século XIX, mantém estreitos contatos com Joaquim da Cunha Diniz Junqueira e Francisco Schmidt, os mais importantes membros da elite cafeeira do país. Passa, então, a conviver com a *high society* ribeirãopretana, nos teatros, cassinos e *clubs* da cidade, já nos primeiros anos do século XX.

Data de 1906 a inauguração da Sociedade Recreativa e de Esportes, clube social, recreativo e esportivo, voltado aos prazeres e lazeres das famílias oriundas do café. Dentre os seus sócios fundadores estavam: coronel Francisco Schmidt, bacharel Joaquim Macedo Bittencourt, bacharel Meira Júnior, coronel Manoel Maximiano Junqueira, coronel Fábio Barreto, coronel Antônio Vicente Ferraz de Sampaio, dentre outros (Cione, 1993, p.333).

A presença constante de coronéis e agregados no contexto sócio-cultural de Ribeirão Preto reforçam a questão do urbano como originário dos meios rurais, das relações sociais mediatizadas pelo café, elemento modernizador das cidades paulistas na *Belle Époque*.

É nesse sentido que os clubes —como os teatros e cassinos— representavam a publicização dos domínios antes reservados à esfera privada (propriedade), através de um espaço social de entretenimento e

expansão dos instintos humanos, onde cada individuo, de acordo com o conceito de Maffesoli, constituía uma *persona* que

permite representar o pavor ou a angústia, a cólera ou a alegria ... em afetos que só valem porque são coletivos. Na *teatralidade geral*, cada um, em graus diferentes, e em função das situações particulares, desempenha um papel (papéis) que o integra(m) ao conjunto societal. (Maffesoli, 1996, p.172, grifo meu).

Essa análise também vale aos cassinos e teatros existentes em Ribeirão Preto, no início do século XX. Um deles, o cassino Eldorado, de propriedade de François Cassoulet, imigrante francês aportado na cidade em finais do século XIX, se caracterizava pelo luxo e ostentação dos cafeicultores, que consumiam, nas noites californianas, as melhores bebidas e *cocottes* francesas —importadas da Europa— de fazer inveja a qualquer parisiense.

A coluna social *Notas e Notícias*, do jornal *A Cidade*, de 1912, relatava a chegada à cidade da Companhia Camerata, para se apresentar no Teatro Carlos Gomes, proporcionado pela empresa de François Cassoulet (*A Cidade*, 1912).

Macedo Bittencourt e Francisco Schmidt, bacharel e coronel, conviviam juntos nesses ambientes, locais privilegiados pela elite cafeeira para as discussões públicas concernentes às atividades políticas e econômicas adotadas pelo governo federal, e seu raio de influência nos municípios paulistas.

Almoços, jantares, mulheres, bebidas e política, enfim, todas estas pequenas ações cotidianas, “constituíam terreno sobre o qual se elevam cultura e civilização” (Maffesoli, 1996, p.26). Passam, nesse âmbito, à circundar a esfera do consumo, típica das sociedades em processo de massificação. Ribeirão Preto torna-se, rapidamente, uma cidade moderna; civiliza-se.

Uma dessas ações cotidianas, está documentada em uma nota fiscal, datada de 1912, proveniente do *restaurant e rotisserie Sportsman Eldorado*, de Cassoulet, na qual Macedo Bittencourt paga, em dinheiro, jantares a juizes e mesários apuradores da eleição, incluindo: 8 jantares, 4 garrafas de champanhe *La Rosa* e 6 caixas de vinho, provavelmente importadas da Europa.

É digno de nota, neste fato, duas passagens características da modernidade: em primeiro lugar, tal jantar, antes de ser uma simples

reunião de amigos, consistia, na verdade, em comemoração e festividades, pela reeleição de Bittencourt a prefeito da cidade. Aliás, essa relação entre política e cultura burguesas, no Brasil republicano, pode ser analisada partindo do conceito de “maçonaria da publicidade”, de Jerrold Seigel (1992, p.78), na qual a elite investia parte de suas influências, em homens talentosos e capazes de modernizar a sociedade e sua cultura.

Em segundo lugar, destacar a presença marcante do símbolo anglo-saxão *Sportsman* em um estabelecimento público na cidade, demonstrando a riqueza e o poder da imagem como fonte do desenvolvimento urbano, e a inserção de Ribeirão Preto no movimento moderno, de âmbito mundial.

A força do símbolo na sociedade moderna fica evidente nas palavras de Nicolau Sevcenko:

o automóvel (como os elementos oriundos do urbano), passou a ser usado de forma a acentuar a sua mística e se impor como uma moldura mecânica sofisticada do poder, mesmo na mão de choferes e empregados de companhias ... O equipamento ... sucumbira ao símbolo. (1992, p.74).

O próprio Macedo Bittencourt, nesta sociedade, representa a fusão de símbolos arcaicos e modernos. A função simbólica desempenhada pelo bacharel na República Velha é, de certa forma, uma extensão daquela representada no período imperial, de caráter burocrático. Por outro lado, Bittencourt participa do mundo moderno e consome as mercadorias e os símbolos inerentes ao processo de urbanização em Ribeirão Preto —como os cafés, cassinos, teatros, automóveis—, produzidos pelos barões do café, como Francisco Schmidt.

Como administrador da cidade, de 1911 a 1920, Macedo Bittencourt apresenta-se como revisor de uma malha urbana que vinha sofrendo intervenções, desde a segunda metade do século XIX. O calçamento a paralelepípedo, a canalização do rio Ribeirão Preto e a ornamentação com palmeiras imperiais da Avenida Jerônimo Gonçalves, além da extensão da Avenida da Saudade em direção ao bairro Campos Elíseos —todas obras de Macedo Bittencourt— representaram, para a elite cafeeira, a formação de um considerável centro de consumo, entretenimento e de movimentação das mercadorias importadas.

Como resposta aos empreendimentos municipais —de forma antitética— outros setores da sociedade, tais como comerciantes e

pequenos cafeicultores estabelecidos na cidade, exigiam do poder público a redução e/ou modificação das tabelas de impostos predial e de indústrias e profissões:

Requerimento de diversos negociantes ambulantes pedindo redução de imposto de seu commercio ... o parecer por elle [Macedo Bittencourt] unanimamente aprovado.

Requerimento de Antônio Bergamini, Raphael Biagini, Hugo e Cia., Ricardo Galvani e Daniel Kujawski, reclamando todos contra o tabellamento de imposto de suas casas comerciais.

Requerimento de Pedro Cascatto, reclamando contra o imposto de cafeeiro e pedindo suas modificações. (Atas da Câmara).

Por sua vez, moradores de bairros próximos ao centro requeriam da prefeitura os mesmos benefícios concedidos aos fazendeiros de café, como iluminação, sistema de água e esgotos, limpeza de ruas e avenidas, e redução de impostos prediais. As reclamações, oriundas de bairros adjacentes ao centro da cidade, surgiam em diversas sessões da Câmara:

Representação dos moradores da Avenida Capitão Salomão pedindo conserto e limpeza no mesmo.

Parecer da mesma comissão, indeferindo a representação de vários moradores e proprietários da rua Garibaldi, pedindo iluminação eléctrica.

Representação dos moradores de Villa Tibério, à Avenida Luiz da Cunha, no trecho compreendido entre as ruas Conselheiro Saraiva e Barão de Cotegipe, pedindo iluminação eléctrica.

O progresso ao mundo moderno, em Ribeirão Preto, passava a custar caro aos anseios da população local. Nas tabelas de receitas e despesas do governo Bittencourt, para o ano de 1913, a soma dos impostos predial, indústrias e profissões, viação urbana, alcançava o índice de 53,1% da renda total do município. A maior parte da renda, por sua vez, era utilizada no pagamento de dívidas públicas (amortizações à juros), limpeza, iluminação e criação de estradas de rodagem (Pires, 1994, p.125-131).

Durante os anos de 1911 à 1917, período de instabilidade na produção de café —marcada pelo início e término da guerra— a prefeitura investe em uma política de aumento de impostos urbanos em detrimento de concessões de terrenos públicos à grandes grupos privados, como às companhias Antártica e Paulista, em 1911 e 1914, já comentados anteriormente.

Uma das intervenções de Macedo Bittencourt no espaço público, foi a canalização do córrego que cortava a cidade, nos arrabaldes da Avenida Jerônimo Gonçalves (atualmente, próxima à estação rodoviária), calçada à paralelepípedo e arborizada com palmeiras imperiais, ornamentadas pelo paisagista Max Bartsch, em 1913.

A necessidade de ligar o centro da cidade aos bairros próximos, como a Vila Tibério e Campos Elíseos, de forma à garantir a ordenação do espaço físico e um centro ativo, levou Macedo Bittencourt à ampliar o calçamento da Avenida da Saudade e ruas adjacentes, como a São Paulo, até o bairro Campos Elíseos, notadamente imigrante:

Proposta de Antonio Lago, oferecendo gratuitamente a Câmara, o terreno necessário para o prolongamento da rua São Paulo, próxima à Avenida Saudade. (Atas da Câmara).

Deste modo, a Avenida *rasgaria* aquele bairro em direção ao centro, tal como a Avenida Central, no Rio de Janeiro —dadas as “condições de possibilidade”— “para acabar com o congestionamento e a ineficiência do antigo centro comercial da cidade” (Needell, 1993, p.60; Silva, 1988, p.88-92), criando, ao mesmo tempo, um significativo número de estabelecimentos comerciais nas proximidades do bairro (espaço existente até hoje).

Sob o discurso da valorização da estética ambiente, produzido pela elite cafeeira desde o final do século XIX, emerge da própria dinâmica social empreendida pelo café um diversificado contexto urbano, formado por indivíduos de variadas procedências —desde comerciantes e pequenos industriais (papel dos imigrantes), até mascates e bandidos trazidos pela fama econômica da cidade (Código de Posturas, 1932).

Semelhante às características das intervenções urbanas realizadas por Haussmann, em Paris e Pereira Passos, no Rio, em Joaquim Macedo Bittencourt elas também se apresentaram como uma revisão da cidade. Não com a extrema violência e marginalização existente no plano urbano em desenvolvimento, na Paris revolucionária ou no Rio imperial, mas através da retificação das antigas melhorias urbanas, como água e esgotos aos recém-nascidos bairros, e complementação de novas intervenções espaciais, como calçamentos a paralelepípedo, impostos de viação urbana, criação do corpo de bombeiros e da própria prefeitura.

Joaquim Macedo Bittencourt intervêm no plano urbano de Ribeirão

Preto de modo parcial, concentrando-se, na sua maioria, nas áreas centrais da cidade. Diferia, porém, dos outros dois interventores por oferecer os benefícios públicos como água, luz e esgoto aos bairros adjacentes como o Campos Elíseos e a Vila Tibério, formado, em número, por imigrantes italianos.

Na pretensão parcial de modernizar a cidade, Macedo Bittencourt, juntamente com os principais coronéis locais, Francisco Schmidt e Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, visava transformá-la em um importante centro urbano, civilizado, que cultuasse o belo, o *hobby* e o bom gosto —como pode ser observado nas crônicas dos jornais ribeirãopretanos do início do século XX—, e, acima de tudo, que proporcionasse aos seus membros o culto do prazer e da estética à francesa, representada pelos teatros (Carlos Gomes, Paris-Theatre), cafés (Pinho), cassinos (Eldorado e Antártica) e casas de moda (Alemã, Vesuviana) da cidade.

Para analisar esses valores, recorreremos àquilo que Michel Maffesoli (1996, p.26-30) denominou de “lógica do estar-junto”, uma ética baseada na força e sensibilidade coletiva de determinados grupos sociais que lhes garantem um caráter de coesão. Esse *ethos*, além de agrupar indivíduos que trocam determinados valores culturais —no caso da elite cafeeira, a moda europeia— funda civilização, transforma o pequeno povoado de São Sebastião do Ribeirão Preto em um centro modernizado, provido de bens e melhorias urbanas, que garantem aos chefes locais a competência e o domínio político nas principais instituições públicas da cidade.

A ordem econômica, vinculava-se ao caráter mundial e civilizatório do café, produzido em grandes áreas no interior paulista —fazenda Pau d'Alho e Monte Alegre, do coronel Schmidt, e Santa Veridiana, de Martinico Prado— e que retornava, com os lucros privados dos coronéis nas bolsas de valores europeias e norte-americanas —em moedas fortes— aos próprios municípios como Franca, Araraquara, Batatais e Ribeirão Preto, sob a forma de investimentos nos quadros urbanos, tanto no âmbito do saneamento, quanto no caráter paisagístico e embelezamento.

Quanto ao papel imigrante, justifica-se, devido ao caráter móvel e urbano desses homens, que, com poucos capitais, migravam para as áreas centrais da cidade, *locus* das atividades comerciais, artesanais e

especulativas do mundo moderno (Di Gianni, 1997).

Durante a década de 10, período das administrações de Macedo Bittencourt em Ribeirão Preto, o número de habitantes praticamente dobrou em relação ao início do século XX, apesar da maioria pertencer ao meio rural.

De acordo com os dados do Anuário Demográfico (1923) da cidade, em 1903, o município abarcava uma população em torno de 25.000 habitantes, sendo que, mais de 80% ocupava o setor rural; em 1913, porém, o município atingia o número de 60.000 habitantes, no qual, 60% ainda residia no campo.

Apesar dos números relativos ao setor urbano serem baixos, o mais significativo foi o aumento de famílias, saídas das lavouras de café, que se transferem para a área central com o objetivo de exercer profissões urbanas como sapataria, barbearia, comércio, artesanato, construção civil (os *muratori* e *capomestri*, respectivamente, pedreiro e mestre-de-obras), herdadas da cultura européia.

Como, então, Ribeirão Preto, que em 1913 possuía 20.000 habitantes residindo no setor urbano, pôde alcançar semelhante patamar de desenvolvimento urbano, por exemplo, da cidade de São Paulo, que no mesmo período, contabilizava uma população média de 350.000 habitantes?

A resposta vem justamente da atividade econômico-cultural, através da qual mantinha a maior parcela da população: o café. Os lucros deste, como foi relatado acima, eram investidos nos municípios em escala proporcional (quando não superior) aos valores financeiros da capital, em melhoramentos urbanos (água, luz, esgotos, prédios, praças, ruas...) e rurais (máquinas de beneficiamento e sacarias para o café colhido).

Já as características urbanísticas e arquitetônicas de Ribeirão Preto no século XX foram diretamente influenciadas pelos especialistas europeus, que trouxeram consigo diferentes visões artísticas e arquitetônicas da Europa, notadamente, o neorenascentismo italiano e o ecletismo francês do século XIX.

Em sessão da Câmara, de 15.1.1913, o incremento de materiais importados na paisagem urbana, mostra a inscrição da modernidade em Ribeirão Preto:

Autorizando a Prefeitura a substituir as grades de madeira que servem de

anteparo às árvores de ornamentação das ruas por grades de ferro.

O ecletismo francês simbolizava o surgimento de uma nova cultura estética, originária da fusão do exotismo das formas românticas, a diversidade cultural do classicismo, a valorização dos aspectos visuais da cultura barroca e de elementos modernos oriundos das revoluções industriais na Europa, principalmente da química e da metalúrgica, através do ferro fundido e o vidro (Needell, 1993, p.62).

No Rio de Janeiro, em Paris e nas cidades do interior paulista — dadas as devidas medidas de espaço e tempo histórico— a apropriação e utilização desse ecletismo era fruto de divergências no olhar modernizante de arquitetos e engenheiros, e de acordo as demandas urbanas exigidas pelas elites mundiais (Veja-se, por exemplo, as semelhanças estéticas entre o Hotel de Ville, em Paris, o Palácio Campos Eliseos, em São Paulo e o Palácio Rio Branco, em Ribeirão Preto).

Nesse aspecto, a imigração estrangeira, herdeira desta cultura artística, e os intelectuais —filhos de coronéis que se formavam nas academias européias— foram os principais responsáveis pela transformação da paisagem urbana e da inserção do Brasil nos movimentos modernos.

Ainda nessa discussão, o estabelecimento de impostos sobre a criação de anúncios, placas e letreiros em idiomas estrangeiros, em 1918, denominado Imposto de Publicidade (Lei 234 de 28.10.1918) evidencia a penetração de diversas formas de linguagem na cidade, baseada em uma concepção visual, onde a norte-americana dividia com a francesa o domínio elitista da estética de massa (Código de Posturas, 1932, p.103).

Quanto às influências parisienses, o Paço Municipal de Ribeirão Preto representava, de modo parcial, os objetivos traçados pelo ecletismo francês durante o século XIX. Parcialmente, porque, de um lado, era resultado de múltiplas experiências culturais vividas na Europa e que foram apropriadas pela elite brasileira, no decorrer do século XX; por outro, distinguia-se daquele projeto pelo fato de simbolizar —em contraposição ao caráter a-político em Paris— a força e o mando político dos barões, em suas respectivas cidades.

Na ata municipal de 26.5.1917, data da inauguração do Paço (ou Palácio Rio Branco), é marcante a divisão funcional do prédio, inclusive com a presença de um imigrante italiano na decoração dos salões

internos:

O edifício consta de dois pavimentos e um porão. No andar térreo estão as salas destinadas à prefeitura, procuradoria, instrução pública, contadoria, repartição de obra, secretaria, biblioteca, portaria, pagadoria e recebedoria, tesouraria e o vestibulo de entrada. No andar superior, acham-se instaladas a sala das sessões, a das comissões, a do presidente e a do prefeito, e um salão nobre para recepções. Este salão, em estilo Luis XV, foi decorado sob a direção do pintor Torquato Bassi.

O fator político, fundido ao estético, representava não somente um espaço público destinado ao administrador da cidade, Macedo Bittencourt, mas também o domínio político-econômico dos coronéis do café, geradores de renda para o município, investidores financeiros das principais obras públicas da cidade e, acima de tudo, membros de uma elite que viajava a Paris ou Londres, e se encantavam com a beleza estética e o gosto cultural dos europeus, transplantando-os para o Brasil.

Esse desenvolvimento foi realizado às custas de lentas modificações nos quadros sociais e políticos das elites, em torno de quase três séculos de mentalidade escravocrata e colonial, herdadas das relações culturais no interior das casas-grandes e senzalas (Freire, 1997).

Em contraposição, a projeção da elite parisiense figurou com a ascensão de uma classe social burguesa, que nos mesmos três séculos desenvolveu técnicas científicas, principalmente no setor de transportes (navios, trens), na agricultura (rotação de culturas), na cartografia (mapas), na engenharia (desenho de plantas, conhecimento de áreas) e na indústria (têxtil, química e metalúrgica) (Braudel, 1995).

Enfim, Macedo Bittencourt e Francisco Schmidt, como interventores urbanos em Ribeirão Preto, representaram, diferentemente dos seus correligionários no Brasil, uma tentativa de reescritura dos projetos modernos surgidos na Europa dos séculos XVIII e XIX, em pleno interior paulista do século XX. As condições que possibilitaram melhorias no quadro urbano e cultural da cidade devem-se às ações políticas e investimentos econômicos exercidos por esses homens no decorrer do século XX.

PAZIANI, Rodrigo. The 'haussmanization' In Ribeirão Preto During The Belle Époque: The Roles Of Francisco Schimidt And Joaquim Macedo Bittencourt On The Urban Culture Of The City (1897-1917). *Ensaios de História*, Franca, v.4, n.1/2, p.51-69,

1999.

ABSTRACT: Our proposal is to analyse the Ribeirão Preto's urban development on the passage of the nineteenth century to twentieth showing the cultural conditions that made possible the insertion of the city on the modern world.

KEYWORDS: Urban History, Ribeirão Preto, Modernity, Belle Époque, Esthetics.

Fontes:

Memorialistas

- ALMANACH ILLUSTRADO. Ribeirão Preto, Sá, Manaia e Cia., 1913.
BITTENCOURT, E. M. *Joaquim Macedo Bittencourt, meu pai: recordações da casa paterna*. São Paulo: s.c.p., 1983.
_____. *Ribeirão Preto de outrora: livro comemorativo do centenário da cidade*. Ribeirão Preto: s.c.p., 1956.
CIONE, R. *História de Ribeirão Preto*. 12.ed. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1993. v.2 e V.5.
PRATES, P. C. *Relembrando o passado*. Ribeirão Preto: Bandeirante, 1976.

Periódicos

- A cidade*. Ribeirão Preto. 1912. ano VIII.
Diário da manhã. Ribeirão Preto. 1909. ano XI.
Anuário Demográfico. São Paulo: s.c.p., v.1, 1923.

Manuscritos

Câmara Municipal

- Atas da Câmara, 1897-1902. Microfilme, rolo 2-B, flash 1, n.6.
Atas da Câmara, 1902-1907. Microfilme, rolo 4-B, flash 1, n.8.
Atas da Câmara, 1912-1917. Microfilme, rolo 58-A, flash 6, n.10.
Código de Posturas Municipais. Ribeirão Preto: s.n.t., 1932.

Iconografia

- Ribeirão Preto: memória fotográfica*. Ribeirão Preto: Colégio, 1985.
Álbum Comemorativo do Centenário de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: s.c.p., 1956.
TOUTTAIN, P.-A. *Hausmann: artisan du Second Empire. Créateur du Paris moderne*. Paris: Librairie Gründ, 1971.

Referências Bibliográficas

ARENDR, H. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. 6.ed. Rio de Janeiro:

- Forense Universitária, 1993.
- BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. 14.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. v.1. As estruturas do cotidiano.
- CARVALHO, M. A. R. *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.
- CHALHOUB, S. *A cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DI GIANNI, T. *Italianos em Franca: imigrantes de boa estrela em uma cidade do interior*. Franca: UNESP, 1997. (História Local, 1).
- DOIN, J. E. M. A régua e o compasso nas terras do café: a haussmanização das cidades do interior paulista na República Velha. *Anais do XI Encontro Regional de História: História e Exclusão Social*, p.54-57. UFU, ANPUH/MG, 27-31 jul. 1998.
- FABRIS, A. *O ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: EDUSP, 1987.
- FREIRE, G. *Casa grande e senzala*. 32.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1997.
- LOVE, J. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Estudos Brasileiros, 57).
- MAFFESOLI, M. *No fundo das aparências*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- MUMFORD, L. *A cidade na história*. 12.ed. Belo Horizonte: Itatiaia., 1965. 2v.
- NEEDELL, J. D. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Trad. Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- PIRES, J. *Um estudo de história econômica regional sob a ótica das finanças públicas*. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- ROUANET, S. P., PEIXOTO, N. B. É a cidade que habita os homens ou são eles que moram nela? São Paulo, *Revista USP*, v.25, p.49-72, 1995.
- SALGUEIRO, H. A. Os limites da comparação. A cidade, a arquitetura e os espaços verdes: o caso de Belo Horizonte. *Revista USP*, São Paulo, v.26, p.195-205, 1995.
- SEIGEL, J. *Paris boêmia: cultura, política e os limites da vida burguesa (1830-1930)*. Porto Alegre: Editora L&PM, 1992.
- SEVCENKO, N. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo: sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- SILVA, E. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SZMRECSANYI, M. I. Rio e São Paulo: raízes da substituição da metrópole nacional. *Revista USP*, v.27, p.199-219, 1995.

- VALADÃO, V. *Memória arquitetônica em Ribeirão Preto*. Franca, 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista.
- ZAMBONI, M. C. *A Mogiana e o café: contribuições para história da Estrada de Ferro Mogiana*. Franca, 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista.

O PENSAMENTO MODERNO E O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO
EM FRANCA NO FINAL DO SÉCULO XIX: A IMPRENSA E O DISCURSO
DO DR. SANTOS PEREIRA

Samuel Fernando de SOUZA*

RESUMO: Análise da ação higienista de José Luis dos Santos Pereira, médico baiano radicado em Franca em fins do século XIX. Associa a política de prevenção a doenças praticada pelo higienista e vereador ao impulso urbanizador provocado pela ferrovia e pela cafeicultura.

UNITERMOS: José Luis dos Santos Pereira, história da medicina preventiva, urbanização, modernização, modernidade.

Como em tantas outras cidades do interior paulista, o processo de modernização em Franca também foi paralelo ao crescimento econômico da cidade, marcado pelo fato de estar às margens da estrada que atravessava o estado de São Paulo e chegava a Goiás (estrada dos Goyazes). Entendemos por modernização uma nova criação da sociedade, incorporada em um tipo de pensamento racional que se fundava em uma ruptura com os traços arcaicos desta sociedade.

A modernidade é a antitradição, a derrubada das convenções, dos costumes e das crenças; a saída dos particularismos e a entrada no universalismo, ou ainda a saída do estado natural e a entrada na idade da razão. (Touraine, 1994, p.215).

A urbanização no interior paulista no final do século XIX é motivada pelo novo direcionamento econômico ditado pela expansão da cultura do café. Este período marca a crescente urbanização da cidade de Franca que, carrega em si, elementos da exígua urbanização característica do período imperial, quando a cidade estava submetida ao campo, não constituindo mais que um apêndice deste.

A economia cafeeira trouxe consigo um conjunto de modificações na estrutura econômica das áreas onde se instalou. Uma das características da cultura do café era a especialização exigida (monocultura), o que impedia que as fazendas de café fossem unidades produtivas auto-suficientes, como o foram os engenhos de açúcar. Neste sentido a economia cafeeira gerou um grande conjunto de

* Graduado em História. Orientador: José Evaldo de Mello Doin.

atividades complementares, ligados a aquisição de insumos, processamento, comercialização e transporte dos produtos e outras mais, tomando ativos os núcleos urbanos. (Silva, 1996, p.32).

O traçado da Mogiana pelo traçado da estrada dos "Goyases" chega à cidade em 1887. Seu desenvolvimento acaba por consolidar a transformação do estado de São Paulo em polo econômico, devido a produção de café voltada para o mercado externo.

A recriação do meio urbano como um espaço racional, normatizado, é o que nos dá elementos para analisar o fenômeno moderno no que diz respeito às transformações ocorridas objetivando criar uma lógica urbana e, conseqüentemente, submeter os cidadãos à normatização, implantando políticas de higienização e combatendo as epidemias.

A constante modificação do meio urbano era realizada em função de diversos interesses e legitimada pela ideologia de "modernidade" contida no discurso, uma forma de ação. Para Habermas:

Uma teoria da ação comunicativa remete diretamente a uma teoria da racionalidade. E esta, por sua vez, aponta para um contexto histórico específico: o da modernidade. (Cohn, apud Carvalho, 1993, p.64).

A ação para Habermas diz respeito a "um intercâmbio de atores sociais que se dá mediante a linguagem" (Cohn, apud Carvalho, 1993).

O discurso moderno era a prática que buscava legitimar as diversas transformações no meio urbano, porém, a concretização das idéias (contidas no discurso) dependia da ressonância do discurso do ator na sociedade onde o mesmo se inseria. O discurso dos

cientistas (portadores de um saber especializado e voltados para questões bastante amplas) harmonizaram-se perfeitamente com os interesses da camada dominante (industrial e agroexportadora), legitimando a intervenção autoritária do Estado junto à sociedade. Ao mesmo tempo, é também evidente que, mesmo legitimando esta intervenção do estado, estes cientistas estavam tão somente difundindo um tipo de saber que naquele momento, se tornava obrigatório para as populações inseridas no campo de informação do sistema capitalista internacional. (Herchmann, Pereira, 1994, p.20).

Normalmente, o discurso ficava a cargo de profissionais formados em universidades das grandes capitais e que, haviam travado contato com as idéias que circulavam nas capitais européias.

A demanda crescente de profissionais especializados como engenheiros e médicos para trabalharem nas crescentes cidades do

interior paulista foi o que motivou a migração destes "ilustrados".

No caso de Franca encontramos o bacharel José Luiz dos Santos Pereira. Sua passagem por esta cidade esta intimamente ligada ao período em que ocorrem inúmeras transformações no meio urbano e, relacionadas, com a disseminação do pensamento moderno nesta cidade.

Santos Pereira nasceu na Bahia em 1856, filho de família abastada, formou-se pela Faculdade de Medicina de Salvador em 1882. Após sua formatura dirigiu-se ao "promissor" interior de São Paulo chegando a residir em Franca e Batatais (por pouco tempo).

Alguns memorialistas acreditam que a chegada deste médico a cidade de Franca foi entre 1882 e 1883. No jornal O Nono Districto (primeiro jornal publicado em Franca teve seu primeiro número lançado em 1º de janeiro de 1882) edição de 7 de janeiro de 1883 aparece publicado o seguinte anúncio:

"O doutor

José Luís dos Santos Pereira, formado em medicina pela Faculdade da Bahia, fixou residência nesta cidade, e atende chamadas para dentro e fora da povoação, para consultas pode ser procurado a qualquer hora no hotel de propriedade do Sr. Manoel d'Oliveira Caleiro. Grátis aos pobres. Franca." (O Nono Districto, 7.1.1883).

Os jornais eram, freqüentemente, a forma mais utilizada e prática para disseminação das idéias, a imprensa é um tipo de espaço público da sociedade moderna (Habermas, 1984). Não foi diferente o modo usado pelo médico para inserir-se na sociedade que recentemente o acolhera. Cerca de quatro meses após sua chegada na cidade Santos Pereira passa a escrever para O Nono Districto.

Este jornal, dirigido por Gaspar da Silva e César Ribeiro, era de cunho essencialmente liberal e progressista, defendendo a laicização do Estado e a conexão da cidade às linhas da Mogiana. Em seu primeiro número o conselho editorial publica:

Advogaremos a liberdade consciência, não só como exigência da dignidade humana, mas também como necessidade do Paiz.

Enquanto o Estado tiver religião, os governos brasileiros não conseguirão atrair a migração *acatólica*.

Ela dirigir se há para as repúblicas americanas.

E essa emigração é conveniente ao Brasil, como todos sabem. (O Nono Districto, 1.1.1882).

Em outro artigo o conselho editorial fala sobre a função da

imprensa:

A imprensa.

Como nesta zona infeliz há quem desconheça ou finja desconhecer a utilidade da imprensa e guerreie furiosamente O Nono Districto, órgão do progresso e da liberdade, vamos reproduzir um eloqüentíssimo artigo relativo a mais sublime das instituições modernas.

A imprensa tem por principal missão doutrinar a opinião, esclarecê-la, guiá-la, dar-lhe conhecimento dos fatos que ocorrem habilitá-la para formar juízo sobre elles.

Sua missão é das mais graves, ella representa, na phrase de Canning, o 4º poder do estado, e sua influência sobre o destino das nações é quase ilimitada, nas terras em que é um sacerdócio e não um simples meio de especulação.

E ella é o mais poderoso elemento da ordem, da liberdade e da civilização e a fonte das luzes para os individuos e as sociedades. (O Nono Districto, 26.2.1882).

O caráter ruptural da publicação deste jornal em Franca é demonstrado pelo memorialista Affonso de Carvalho de forma eufórica:

Mas, afinal a Civilização sorriu, a Civilização triumphou, um grande prelo subiu em caixotes a lombada suave do terreno, e a Imprensa, a Conquistadora, tomou posse definitiva do planalto. (1912, p.72).

Este jornal dá de certa forma a linha de pensamento que Santos Pereira trabalhará mais tarde quando começar a exercer cargos políticos. A linha progressista deste jornal lançava semanalmente artigos que discorriam sobre os melhoramentos locais a serem executados.

Os processos desencadeados durante a década de 1880 surgidos no espaço público criado pela imprensa, começam a tomar corpo durante a década de 1890, quando setores da elite voltados ao comércio e ligados ao cultivo do café começaram a implantar suas medidas de modernização no meio urbano.

O grande salto na produção de café durante os anos 70 e 80 criaram necessidade e deram elementos para a expansão do meio urbano nos anos 90.

No final do século XIX, a elite dominante francana, exercendo a sua posição de mando junto a câmara municipal, passou a interferir de maneira mais incisiva no meio urbano. Nesse período, começou a ser idealizada uma 'nova urbanidade' para Franca, ou seja, uma moderna estrutura fisico-espacial e um renovado modo de vida que desse a cidade um perfil propriamente urbano. (Follis, 1997, p.149-162).

O desenvolvimento do meio urbano de Franca na década de 1890 está intimamente ligado ao que ocorreu durante a década de 1880

quando, os melhoramentos passam a ser solicitados e os fazendeiros começam a transferir de fato suas residências para a crescente cidade. Este fenômeno não é de forma alguma estranho pois, a cidade passa a transformar-se em centro do exercício do poder.

Até o final da década de 80 a população urbana era um tanto quanto inconsistente devido a várias epidemias que assolavam o meio urbano. Em 1888 uma epidemia de varíola fez com que $\frac{3}{4}$ da população retornasse para suas residências rurais.

Sob este argumento é que durante o processo de urbanização da cidade na década de 90 foi eleito o médico Santos Pereira para o cargo de Intendente municipal, para assim, agir no sentido de coibir surtos e executar as atividades de profilaxia, visando evitar o grande impacto das epidemias na cidade. O jornal O Francano comentava em uma coluna durante a epidemia de 1888 o prejuízo causado aos comerciantes da cidade durante a grande evasão.

O papel das comissões médicas foi determinante durante o fim do século XIX, com o objetivo de legitimar as medidas tomadas pela câmara, e também uma das formas de promoção política do Dr. Santos Pereira que participara de inúmeras comissões (Follis, 1997).

O papel que o bacharel Santos Pereira exerceu no decorrer da década de 1880 durante suas campanhas de vacinação e durante sua atuação nos períodos de epidemia deixou sua marca na esfera pública como homem voltado às medidas que objetivavam a saúde pública.

Mas não foi de fato único elemento determinante para sua entrada na carreira política, que foi feita certamente através da figura de seu sogro, Álvaro de Lima Guimarães do Partido Católico, em nome de quem o médico vai fundar o partido de mesmo nome na cidade de Batatais.

Álvaro de Lima Guimarães era grande proprietário e comerciante, portanto, parte de uma elite que começa a expandir seu interesse pelo meio urbano. É vereador durante o triênio de 1893 a 1896 durante as primeiras e significativas mudanças, seguramente sua influência foi que acabou por eleger o Dr. Santos Pereira vereador em 1896.

As modificações no início dos anos 80 não eram muitas de fato o período em que tal crescimento começa a ocorrer é a partir da chegada da linha da Mogiana.

O discurso que toma corpo através do surgimento da imprensa

progressista (O Nono Districto) no decorrer da década de 80 encontra permeabilidade na sociedade, sendo por vezes rejeitado por pessoas atreladas ao pensamento tradicional. Este discurso moderno provoca uma ruptura, torna o terreno propício a disseminação das ideias mais progressistas ligadas a modernização e que encontrarão respaldo, principalmente na elite composta por fortes comerciantes.

Uma forma mais intensa de modernização é desencadeada na década de 1890 quando de fato ocorre uma ação, por parte do poder público, de forma mais incisiva no sentido de disciplinar e racionalizar o meio urbano. Para esta análise nos utilizaremos das posturas municipais do ano de 1888, do loteamento do bairro Cidade Nova, e por fim a eleição de Santos Pereira, como coroamento de uma fase inicial do processo de transformação urbana da cidade de Franca. Neste segundo momento, as medidas de modernização passam a serem realizadas no sentido de dotar a cidade de melhorias no que diz respeito a fornecimento de água, luz, higienização etc.

As Posturas Municipais

As posturas municipais que passaram a vigorar no fim da década de 1880 e início de 1890 tinham como objetivo dar uma nova configuração ao meio urbano.

Foi no final do século, que as posturas expõem mais detalhadamente as normas para a 'construção' da cidade, ditando regras para alinhamento, arreamento e nivelamento das ruas e praças da cidade. (Lima, 1997, p.93).

Lógico que este procedimento foi feito com o objetivo de disciplinar a constante e acelerada ocupação da terra urbana.

Somente no final do século, em meados de 1890 a terra urbana se tornara um bem de valor, foram realizadas as primeiras vendas pela Câmara, devido à grande procura de lotes em determinadas áreas. (Bentivoglio, 1997, p.132).

Esta procura pela terra urbana foi ocasionada devido ao crescimento pelo qual foi submetida a cidade no final do século XIX e constante investimento de capital no espaço urbano.

Enquanto a economia urbana não tomou alento, o poder público pouco investiu no espaço urbano para dotá-lo de melhores equipamentos, infra estrutura e serviços. Somente com uma maior inversão do capital no espaço urbano, ocorrida com o desenvolvimento da cafeicultura e a vinda dos fazendeiros e suas famílias para a cidade, no final do século XIX, resultaria numa maior circulação do dinheiro, responsável pela mudança em suas precárias condições. Na

verdade observamos que o poder local não se interessava, pelo menos durante a primeira metade do século XIX em realizar melhorias na Vila. (Bentivoglio, 1997, p.132).

As áreas que passaram a ser alvo da procura durante a década de 1890 foram principalmente as regiões da estação (motivada pela chegada do traçado da Mogiana em 1887) e o loteamento da Cidade Nova.

As posturas correspondem a um projeto moderno enquanto são criadas no sentido de, através do domínio da racionalidade, o homem assegurar seu domínio sobre a natureza.

No mundo moderno o homem trava sua luta em busca de disciplinar a natureza, Fausto de Goethe ilustra a angústia do homem perante o poder da natureza e demonstra sua ânsia por subjugá-la.

[Fausto] contempla o mar e evoca liricamente sua encapelada majestade, sua primitiva e implacável energia, tão impenetrável aos esforços humanos ... e Mefisto quase o percebe. Não é nada pessoal, ele diz; os elementos da natureza sempre foram assim. Nisso, de repente, Fausto se ergue enraivecido: Por que os homens tem que deixar as coisas sendo como sempre têm sido? Não é já o momento do homem afirmar-se contra a arrogante tirania da natureza, de enfrentar as forças naturais em nome do 'livre espírito que protege todos os direitos'. (Berman, 1986, p.61)

O pensamento racional é a forma através da qual o homem moderno lutará para desvencilhar-se dos ditames da natureza.

Os códigos de posturas são os mecanismos utilizados, de forma racional, para condicionar o meio urbano.

Os primeiros quarteirões da Vila Franca do Imperador tinham largura aproximadamente 52,8m, a partir de 1833 tinham 70,4m, 72m entre 1875 e 1888, por fim, 44m ou 88m de largura a partir de 1890. Com as posturas de 1888 as quadras teriam, teoricamente, 100m de comprimento, de modo que somariam uma área de 4.400m². No entanto a região central já possuía uma malha viária articulada e bastante irregular, com inúmeros largos, praças e ruas de diferentes tamanhos (com 60 palmos ou 13m de largura) o que implicou na ausência de quadras com tamanhos regulares. (Bentivoglio, 1997, p.134).

É através da Geometria que o homem aplica sua racionalidade na configuração urbana, a régua e o compasso representam a

ordem geométrica do universo contra o caos da natureza —o gesto de desenhar vai transformar a cidade antiga na nova" (Salgueiro, 1995, p.195-205).

Os códigos de posturas apesar de em um primeiro momento não serem bem recebidos por parte da população, vão no decorrer do tempo ampliando sua importância e se tornam imprescindíveis para a

organização da cidade.

Não somente para a configuração das ruas se organizaram as posturas, elas também disciplinaram a construção de casas e a limpeza da cidade.

Sérgio Paulo Rouanet (1995), quando trabalha a cidade, alerta para o sentido estético da cidade residencial (regras para que ela seja bela) em contraposição ao caráter somente utilitário da construção de uma cidade militar.

Embora a imposição de posturas a serem respeitadas obedeçam ao um critério realmente utilitário, buscando melhorar o fluxo do trânsito etc., o código de posturas estabelece normas de caráter claramente estético para a cidade:

Art. 9: Ficam proibidas, sob qualquer pretexto, as construções de cazas de meia água; e bem assim de cazas cobertas de capim e sapé, dentro dos limites da cidade, sob pena de multa de 20.000 ao infractor, com obrigação de demolir a obra. (Código de Posturas, 1888).

O embelezamento da cidade passa a ser fiscalizado rigorosamente pelo poder público que realiza padronização das construções, alinhamento das casas em função do "bem público". Embora a modernidade seja marcada pela idéia libertação do indivíduo, há uma tensão entre os interesses individuais burgueses em impor o seu estilo e uma "conveniência pública" expressa em equipamentos coletivos como praças, teatros, e normas regulamentando o gabarito das ruas (Rouanet, 1995).

As elites promoveram

o 'embelezamento dos centros', cuja finalidade era tirar partido da modernidade, criando-lhe um novo valor de uso pela sua atualização e homogeneização de sua ocupação, que ficaria reservada àqueles pertencentes ao rol de uma determinada elite econômica. Este processo, se por um lado melhorava as condições do centro histórico para as camadas mais abastadas, por, outro, ao extrapolar as suas dimensões, imprimia a todo o contexto urbano o caráter legitimamente segregativo da moderna estrutura espacial urbana (Ramos, 1994, p.192).

Por um lado encontramos a individualidade representada pelo "átomo urbano" através das unidades habitação que torna a cidade um "agregado mecânico destas unidades", por outro lado, de forma holista, nossa análise aponta para a coletividade, a primazia cabe ao todo orgânico existente dentro do espaço urbano que identifica-se como tal por

permanecer dentro de uma linha demarcadora que o diferencia do meio rural (Rouanet, 1995).

Do embelezamento e limpeza da cidade.

Art. 12: Fica a câmara autorizada a desapropriar qualquer terreno ou caza para abrir praças, ruas e travessas, ou para construir qualquer edifício que ela julgar conveniente para o bem público ...

Art. 14: Os proprietários e em sua falta os inquilinos, são obrigados, de dois em dois anos, quando avizados por edital, a cair decentemente as frentes de suas cazas e muros, bem como pintarem a óleo as portas e janelas e o forro da beira das mesmas, sob pena de multa de 20.000 a 30.000. (Código de Posturas, 1888).

As posturas exerceram um papel muito importante na configuração do meio urbano, na medida que este vai assumindo uma fisionomia moderna o respeito às posturas especificadas vai tornando-se cada vez mais imprescindível e conseqüentemente inevitável.

Lentamente a câmara delimita as calçadas, ruas e praças separa os limites da propriedade pública e privada gerindo o processo continuado de organização do espaço urbano. (Lima, 1997, p.94).

O reordenamento urbano e a expansão da cidade

Com a constante aquisição de novas atribuições o meio urbano da cidade de Franca sofre suas metamorfoses no sentido de dar suporte à crescente atividade comercial ligada a chegada da linha Mogiana e a criação do bairro da Estação, e a expansão urbana para abrigar o crescente número de imigrantes (principalmente italianos) que buscam o seu espaço na cidade.

O núcleo urbano inicial desenvolve-se na área próxima a matriz, sendo que na década de 80, com a chegada da companhia Mogiana, a ocupação ocorrerá intensamente na área próxima à estação. Somente no final do século XIX aparece o primeiro loteamento denominado Cidade Nova (Lima, 1997, p.92).

O crescimento econômico da cidade com características principalmente comerciais incidem de forma implacável para o reordenamento urbano na cidade.

No início dos anos 90 é clara a ação da Câmara municipal no sentido de abertura, conserto de inúmeras ruas e construção de pontes (Relatório do intendente Baldoíno J. Valente, 1894-1895).

Esta preocupação com a melhoria do estado das ruas visava

facilitar o transporte principalmente das ruas que faziam a ligação entre o Centro da cidade e o bairro da Estação, por onde chegava a maioria dos produtos destinados ao comércio.

Nas diversas indicações feitas pelos vereadores no início dos anos 90 percebemos a preocupação com o estado das ruas. Este tipo de preocupação nos remete a estudos que trabalham a reforma urbana de Paris realizada pelo então prefeito o Barão de Haussmann, que, criara os grandes eixos de circulação na cidade (Ramos, 1994).

A razão principal era preparar terreno para os novos tempos da modernidade, limpando a cidade dos pobres e da promiscuidade da vida, para dotá-las das condições necessárias ao desenvolvimento dos negócios e do consumo de produtos oriundos da revolução industrial. (Ramos, 1994, p.203).

A ação haussmaniana visava uma "revisão da cidade antiga" como no caso da cidade de Franca mas, cabe observar as semelhanças e perceber as características deste processo sem incidir no erro de uma comparação simplista (Salgueiro, 1995) mesmo porque nossa análise diz respeito às nuances aproximativas dos dois processos, pois o primeiro ocorreu na França napoleônica e o segundo em Franca, no interior do de São Paulo, em fins do século XIX.

Outro caso que chama nossa atenção para a abertura de vias com fenômeno da modernidade foi o projeto Nevsk em São Petersburgo em meados do século XIX:

A Nevsk era uma das três grandes ruas radiais que partiam da praça do almirantado e que determinavam a forma da cidade" (Berman, 1986, p.147).

O papel principal enquanto ruas de grande fluxo em Franca era exercido pelas ruas da Estação e pela rua dos Bondes fazendo a ligação entre o Centro e o bairro da Estação:

A chegada da ferrovia alterou radicalmente a ocupação do território da cidade, ao deslocar o povoamento para a região oeste e atribuir nova importância a ruas que ligavam a estação ao centro: a rua da Estação e a Santa Efigênia (atual General Osório)." (Bentivoglio, 1997, p.144).

"A rua da estação (atual Voluntários da Franca), atravessando o Vale e o córrego dos Bagres, permaneceu, até meados do século, a principal ligação entre os dois pólos privilegiados pela elevação do relevo, apenas secundada pela rua dos bondes (General Osório). (Di Gianni, 1997, p.76).

A preocupação dos vereadores em dinamizar o fluxo nestas vias fica claro nas indicações da câmara municipal no início dos anos 90. No ano de 1892 o vereador Antônio Alves Pereira Machado indica que se

destrua a ponte da rua Santa Efigênia e que faça uma nova no lugar (Ata da Câmara, 18.10.1892). O vereador Álvaro de Lima Guimarães mostra que o fluxo livre do trânsito era preocupação clara da classe dos comerciantes, que o mesmo representava, em uma indicação à Câmara dos vereadores, no ano de 1893, solicitando que se facilitasse o trânsito na cidade "impedindo a construção de prédios que interceptem ruas" (Ata da Câmara, 12.1.1893).

Dentre as diversas modificações na paisagem urbana da cidade de Franca na década de 1890 há o loteamento do bairro Cidade Nova (1893) cuja realização demonstra a construção de uma nova mentalidade urbana nesta sociedade. O traçado do bairro Cidade Nova possui características extremamente modernas, possuindo um traçado bem ordenado onde as vias possuem larguras até então inéditas na cidade de Franca. Segundo José Chiachiri o bairro Cidade Nova "possui um dos melhores traçados existentes nas modernas cidades" (Chiachiri, 1967, p.159).

À respeito do momento em que a modernização da cidade cria este novo loteamento nos diz o arquiteto Mauro Ferreira:

É um novo século, trazendo em seu bojo modificações estruturais na vida urbana. Surge o primeiro loteamento propriamente dito, a Cidade Nova, com avenidas de quarenta metros de largura, ruas largas e espaçosas em comparação com o restante da zona urbana. Situada no eixo do prolongamento da colina central, seguia o rumo das estradas que demandam a Ibiraci e Claraval, vizinhas mineiras. (1983, p.35).

Ora, então estamos diante de uma normatização da sociedade que embora não repita, trás à tona a forma Haussmaniana de reconstrução urbana. Segundo Di Gianni o objetivo que ocasiona o loteamento do bairro Cidade Nova era evitar a grande migração de pessoas que ocorria para o alto da Estação. Desde 1885, com o início da construção da estação ferroviária, houve um grande fluxo de pessoas para aquela região e conseqüentemente um grande impulso comercial. Seguramente as elites buscaram manter sob controle a colônia italiana que, em grande quantidade se estabelecia no bairro da estação.

Dupla vitória da camada dominante local. garantiu a ordem social urbana e ordenou, espacial e socialmente, a colônia italiana ... manteve sob controle a colônia italiana, de todas a mais numerosa e destacada, através da influência sobre a constituição de uma entidade e sobre seus dirigentes. A resistência ao imigrante italiano, temido por suas potencialidades urbanas e maciça concentração nas cidades, manifestou-se pela intensificação do controle sobre o

ambiente. Os medos dos fazendeiros continuaram presentes, embora tivessem sido contidos com a intervenção sobre a configuração espacial da cidade. (Di Gianni, 1997, p.79).

Aprovado em 1892, o loteamento Cidade Nova pretendeu evitar o eixo populacional para o bairro da Estação, garantindo o equilíbrio na distribuição geográfica das ofertas de lotes.

O traçado da Cidade Nova difere da malha urbana do centro da cidade que é realmente irregular, no centro o processo de modernização foi feito de forma que se alinhasse os prédios que então estava se construindo substituindo as velhas residências de taipa por prédios de tijolos e de arquitetura moderna.

O centro da cidade foi modernizado com a normatização expressa nas posturas: a substituição das casas velhas por casas modernas, a instalação de serviços como água e transporte (os bondes, que em 1895 ligavam todo Centro e ligavam o mesmo à Estação transportando mercadorias e pessoas). Por outro lado o discurso da construção de um bairro moderno o Cidade Nova foi feito com o objetivo de atrair os italianos submetendo-os à normatização imposta pelas elites locais.

O discurso higienista de Santos Pereira

Desencadeado o processo de remodelação urbana na cidade, há a necessidade de combater outro mal que ameaçava os meios urbanos, as epidemias. Isto seguramente no plano discursivo pois, embora houvesse toda uma problemática resultante epidemias de varíola, a ideologia higienista visava a ampliar a normatização que a Câmara exercia sobre os cidadãos, defendendo interesses das elites locais.

Nesta parte analisarei apenas os discursos de Santos Pereira no período em que assume a intendência municipal (de 1896 a 1898) associados a algumas realizações no período.

Cabe ressaltar que o processo de modernização que a cidade de Franca assiste nas primeiras décadas do século XX tem seu fundamento na preocupação e nos diversos interesses das elites locais que tomam corpo durante a década de 90. A tensão entre italianos e elite local, e a tensão causada pela normatização higienista *versus* o modo de vida (de traços arcaicos) aos quais estavam condicionados os cidadãos, ditava o ritmo em que aconteciam as mudanças na cidade.

O impacto do discurso de Santos Pereira possui profundidade que acaba por implantar uma ideologia em torno da higiene que ressoará por muitos anos —chegando a cidade de Franca, no ano de 1937, a ser uma das pouquíssimas cidades no país a possuir uma estação de tratamento de esgoto e atualmente (1998) é uma das únicas cidades da América Latina a possuir 100% de esgoto tratado por processos mais modernos.

Santos Pereira cuja imagem pública fora construída nos anos 1880 —basicamente devido sua preocupação com a formação cultural de uma sociedade "civilizada"—, através da vacinação e diversos artigos ao jornal no início dos anos 90, tem seu nome relacionado ao combate as epidemias de varíola, fazendo parte de quase todas as comissões de médicos designadas pela Câmara municipal, estreitando assim suas relações com o poder público.

Sua carreira política é construída com o apoio de seu sogro o comerciante Álvaro de Lima Guimarães através de quem ingressa no Partido Católico.

Álvaro de Lima Guimarães, vereador na gestão 1893-1896 promove o nome de Santos Pereira nomeando-o, enquanto Presidente da Câmara, diversas vezes para participar das comissões médicas.

Participando do pleito de 1895 Santos Pereira vence com a maior quantidade de votos, assim, torna-se intendente municipal.

Neste período é que se realizará de forma intensa a ação social de Santos Pereira, é que o impacto de seu discurso na Câmara municipal será determinante para as transformações na cidade. É uma fase em que o médico assume características do "fomentador", (utilizado para ilustrar a 3 fase do amadurecimento do personagem Fausto de Goethe). O "Fomentador":

Expande o horizonte de seu ser, da vida privada para a pública da intimidade para o ativismo, da comunhão para a organização. Lança todos os seus poderes contra a natureza e a sociedade; Luta para mudar não só a sua vida, mas a vida de todos. (Berman, 1986, p.61).

Os motivos da eleição de Santos Pereira, claro, estão associados aos interesses das elites dominantes, tanto que, suas realizações ocorrerão no sentido de prover a "cidade" (principalmente o centro) de melhorias tais como água, luz, higienização etc.

O fomentador é o arquétipo intelectual moderno

capaz de reunir recursos materiais, técnicos e espirituais, transformando-os

em novas estruturas de vida social. (Berman, 1986, p.73).

Seu discurso, como os discursos progressistas do século XIX estava impregnado de elementos positivistas devido ao pressuposto cientificista da época.

É certo, porém, que na polifonia das correntes filosóficas do século passado que por aqui ressoou, foi a melodia positivista a que, com a do ecletismo, maior número de intelectuais atraiu. O prestígio crescente da ciência, sobretudo das ciências naturais, foi determinante dessa influência. (Hollanda, 1967, p.331).

Santos Pereira utilizava em seu discurso diversas citações do Dr. José Luís Pereira Barreto que foi um dos precursores do positivismo no Brasil.

A primeira obra de divulgação da doutrina positivista aparece assim marcada com uma intenção nacionalista de reforma política. O positivismo surgia no Brasil como um guia destinado à renovação dos padrões da cultura e da política nacionais (Hollanda, 1967, p.332).

As realizações do médico Santos Pereira como "fomentador" começam com a ampla defesa da canalização de água para a cidade, que ocorre em 1896 através da criação da Empresa de Água Nicácio, que passa a fornecer água para chafarizes no centro da cidade, residências, e prédios públicos. O centro ganha projeção ante os demais bairros da cidade, o elemento fundante do discurso era a proposta de higienização.

Contrista, compunge dolorosamente que esta natureza Brasilica, que se alevanta bella, majestosa, engnialdada de flores, esplendorosamente ataviada tenha de emoldurar um vasto cenário de dores e agonias invisíveis.

Sobranceira, porém, acesas scenas dantescas, a sciencia, embora por vezes embaraçada na engrenagem de um político se orientação indica os meios seguros e mais capazes de por termo a essas enfecções epidêmicas, que de anno para anno augmentam de violência desacreditando o trabalho. (José Luiz dos Santos Pereira. Relatórios dos Intendentes municipais, 1896-1898).

Fica estabelecida então uma nova forma de atuação na sociedade. A luta pelo provimento de água para a cidade fica claro em uma indicação à Câmara municipal datada do primeiro trimestre de 1896, Santos Pereira, então intendente solicita a desapropriação por força de lei todos os terrenos urbanos e suburbanos aproveitáveis para o abastecimento de água (José Luiz dos Santos Pereira. Relatórios dos Intendentes municipais, 1896-1898).

O discurso torna se mais eloquente no relatório do segundo

trimestre, o que acaba por concretizar o acordo firmado entre a Câmara e o cidadão major Nicácio para que este promova o abastecimento de água para a cidade.

É impossível julgar da quantidade de impurezas, que se acumulam sobre o solo, que se alevanta infalíveis nas camadas aéreas, e se transmittem pelas agoas. (José Luiz dos Santos Pereira. Relatórios dos Intendentes municipais, 1896-1898).

O controle da Câmara aumentava de acordo com a aplicação das medidas. Sob a sombra da higienização foi proibido —com fixação de multas—, a criação de animais nas casas dentro da cidade. O interesse de comerciantes e fazendeiros que vendiam seus produtos na cidade evitavam que o cidadão sem posses produzisse para si. A aquisição de produtos deveria fazer-se mediante compra.

Virgínio Pereira indicou que se proibisse a criação de porcos na cidade. Francisco Tarsia indicou que se permitisse para evitar conflitos, mas que fossem fiscalizados todo mês. (Ata da Câmara, 8.4.1896).

Havia uma série de normas para a criação de animais na cidade às quais nem todo cidadão possuía condições de implantar. Para se livrar das pesadas multas muitos não possuíam como continuar com suas criações.

A modernização advogada por Santos Pereira de cunho higienizador era feita de forma que também influiu na padronização arquitetônica das residências visando ao embelezamento da cidade

Foram oferecidos pelos senhores vereadores Santos Pereira e Virgínio Pereira mais dois projectos, um no sentido da Câmara mandar fazer por um engenheiro habilitado treis typos de modelos para construcção e reconstrucção de prédios no perimetro da cidade, não podendo o constructor dos prédios fazê-los sem ser de combinação com um dos modelos, e, o outro projeto para ser melhorado os açougues tendo os mesmos maior aceio e boa hygiene. (Ata da Câmara, 9.4.1896).

Também durante a gestão de Santos Pereira são abertas as licitações para o fornecimento de iluminação elétrica para a cidade, o que se efetivará em 1904 com a criação da Cia. Francana de Eletricidade. O intendente municipal disse

que achava mais vantagem a luz elétrica, porquanto era menos dispendiosa que a de gás e de mais fácil conservação, quanto mais que nas grandes cidades teem suprimido a luz do gás pela luz elétrica. (Ata da Câmara, 9.4.1896).

Os discursos do vereador e intendente municipal Santos Pereira não ficavam restritos à Câmara dos vereadores, publicados pela imprensa, seguramente seriam levados à um grupo maior de pessoas,

mas não pretendo com isso dizer que as medidas saneadoras eram consenso pois o acesso a ideologia e a intenção de sua aplicação era privilégio de uma seleta elite. O grande público, desgraçadamente, permanecia à mercê dos interesses justificados com tais ideologias.

As circunstâncias condicionaram as pessoas a uma certa permeabilidade ao discurso, de forma que as medidas higienizadoras passam a ser tomadas de um modo deliberado e são aprovadas sem restrição pela Câmara municipal.

Pelo senhor Barbosa Lima foi oferecida uma indicação no sentido da câmara contratar um clínico pela quantia de 1:500.000 (um conto e quinhentos mil réis) para vacinação, desinfecção, tratar da higiene e da cidade e tratar gratuitamente as pessoas paupérrimas afim de evitar que esta cidade seja visitada por estas moléstias que em outras cidades têm assolado a população." (Ata da Câmara, 7.4.1896).

No último relatório de sua gestão enquanto intendente municipal Santos Pereira explora sua argumentação no sentido de criação de uma sociedade "civilizada".

O incremento, que tem adquirido ultimamente esta cidade, notável pela sua bellissima posição, pelo seu clima invejável, e pela uberdade [sic] de seus terrenos, despertou a necessidade da criação de novas leis, relacionando-se umas com os preceitos da hygiene, outras com melhoramentos inadiáveis.

A luta pela existência, a facilidade de obter trabalho, o campo adaptado às brilhantes manifestações da indústria e do comércio e as expansões da lavoura, além de outros muitos elementos poderosos, vão semeando núcleos de população por terrenos, outrora abandonados, e hoje esmaltados de florescentes culturas, que as vias férreas recorta em todas as direções, mas todo este progresso, que vem assim de conquista em conquista promovendo actividade, levantando aglomerações de homens de todas as nações, rege-se por principios básicos, estabelecidos universalmente, dentre os quaes destacam-se os da hygiene.

A'hygiene portanto compete incontestavelmente indicou as sociedades, que se constituem com regularidade, e que procurou bases scientificas par sua consolidação, as leis que garantem a mais nobre e sagrada de todas as propriedades – a saúde – a vida!. (Relatório do Intendente Santos Pereira, 1896-1898).

Este discurso permaneceu e faz parte do que se construiu nesta sociedade posteriormente. O meio urbano cada vez mais atraente foi recebendo melhorias e população. O discurso não pode ser tomado de forma isolada no processo de modernização, segundo Habermas, este conceito "refere-se a um feixe de processos cumulativos que se reforçam

mutuamente" (Habermas, 1990).

Santos Pereira foi presidente da Câmara Municipal em 1899. Em 1900 ajudou a fundar o jornal Tribuna da Franca, do qual foi o primeiro redator chefe. Morreu em 1904.

SOUZA, Samuel Fernando de. The Modern Thought And The Modernization Process In Franca At The End Of The Nineteenth Century: The Print Press And The Dr. Santos Pereira. *Ensaios de História*, Franca, v.4, n.1/2, p.71-89, 1999.

ABSTRACT: An analyse of the José Luiz Santos Pereira's hygienist action, a doctor from Bahia but radicated in Franca, at the last years of the nineteenth century. It associates the diseases prevention politics pratised by the hygienist and alderman to the urbanist impulse provoked by the railway and the coffe planting.

KEYWORDS: José Luiz dos Santos Pereira, Prevent Medicine History, Urbanization, Modernization, Modernity.

Fontes:

Museu Histórico Municipal "José Chiachiri". Franca/SP.

Arquivo Fotográfico.

Atas da Câmara Municipal de Franca, 1892-7.

Código de Posturas municipais, 1888.

Indicações de vereadores na Câmara Municipal de Franca, 1892-7.

Relatório do intendente Baldoíno José Valente, 1894-5.

Relatório do intendente José Luiz dos Santos Pereira, 1896-8.

Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa Histórica. FHDSS, UNESP, campus de Franca.

O Nono Districto, 1882-1884, 1890. Microfilme, rolos 23 e 24.

Referências bibliográficas:

BENTIVOGLIO, J. C. *Igreja e urbanização em Franca: século XIX*. Franca: UNESP: Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997. (História Local, 8).

BERMAN, M. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

BOLLE, W. *Fisionomia da metrópole moderna: representação da história em Walter Benjamin*. São Paulo: EDUSP, 1994.

- CARVALHO, A. *A Franca, esboço de história e costumes*. São Paulo: Salesianas, 1912.
- CHALHOUB, S. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- CHIACHIRI, J. *Vila Franca do Imperador: subsídios para a história de uma cidade*. Franca: O Aviso da Franca, 1967.
- COHN, G. *Ação em Habermas*. In: CARVALHO, M. C. B. (org.). *Teorias da Ação em debate: Jean Robert Weissaupt... (et al.)*. São Paulo: Cortez: FAPESP: Instituto de Estudos Especiais, PUC, 1993.
- COSTA, E. V. *Da monarquia a república: momentos decisivos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- DI GIANNI, T. P. *Italianos em Franca: imigrantes de boa estrela em uma cidade do interior*. Franca: UNESP: Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997. (História Local, 1).
- FERREIRA, M. *Franca: itinerário urbano*. São Paulo: Laboratório das Artes, 1983.
- FOLLIS, F. Franca no final do século XIX: O despontar de uma nova urbanidade. *Estudos de História*, Franca, v. 4, n.1, p.149-162, 1997.
- GAGNEBIN, J. M. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, FAPESP: Campinas: UNICAMP, 1994. (Estudos).
- HABERMAS, J. *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Dom Quixote, 1990.
- _____. *Mudança estrutural na esfera pública*. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HERCHMANN, M. M., PEREIRA, C. A. M. O imaginário moderno no Brasil. In: —. *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- HOLLANDA, S. B. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1967. v.3 - O Brasil Monárquico. Reações e Transações.
- LIMA, C. C. *A construção da cidade: Franca no século XIX*. Franca: UNESP: Companhia Açucareira Vale do Rosário, 1997. (História Local, 3).
- MARSON, I. A. O engenheiro Vauthier e a modernização de Pernambuco no século XIX: contradições do processo. In: BRESCIANE, M. S. M. (org.). *Imagens da cidade: séculos XIX e XX*. São Paulo: Marco Zero: ANPUH: FAPESP, s.n.t.
- OLIVEIRA, L. L. As transformações da economia na região de Franca/SP no século XIX. *Estudos de História*, Franca, v. 3, n.1, p.53-78, 1996.
- RAMOS, P. D. Planejamento urbano, racionalismo e ideologia burguesa na modernização da cidade de São Paulo. *Estudos de História*, Franca, v.1,

- p.187-206, 1994.
- RÉMOND, R. *O século XIX, 1815-1914*. Trad. Frederico Pessoa Barros e Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix, 1976.
- ROUANET, S. P. A cidade iluminista. *Revista USP*, São Paulo, n.26, p.154-163, 1995.
- SALGUEIRO, H. A. Revisando Haussmann: Os limites da comparação. A cidade, a arquitetura e os espaços verdes (o caso de Belo Horizonte). *Revista USP*, São Paulo, n.26, p.195-205, 1995.
- SILVA, K. P. da. *A cidade, uma região, o sistema de saúde: para uma história da saúde em Campinas*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996.
- TOURAINÉ, A. *Crítica da modernidade*. Trad. Elia Ferreira Edel. Petrópolis: Vozes, 1994.

TRADIÇÃO E TRANSFORMAÇÃO: CONTINUIDADE E RESISTÊNCIA NA FOLIA DE REIS DE BEBEDOURO.

Guilherme Falcon PUPO*

RESUMO: O presente artigo inscreve-se tal e qual um resumo de nosso trabalho extenso de conclusão de curso de mesmo título. Nele abordamos a resistência e continuidade do folguedo popular, natalino da Folia de Reis, dentro da grande dinâmica cultural e do escambo das identidades.

UNITERMOS: Cultura, resistência cultural, folclore, Folia de Reis, identidade.

Para estudar o passado de um povo, de uma instituição, de uma classe, não basta aceitar ao pé da letra tudo quanto nos deixou a simples tradição escrita. É preciso fazer falar a multidão imensa dos figurantes mudos que enchem o panorama da história e são muitas vezes mais interessantes e mais importantes do que os outros, os que apenas escrevem história..
(Sérgio Buarque de Holanda).

Comuns a todas as sociedades, certos fatos e fazeres culturais são muitas vezes tomados como banais e de menor importância em sua função de refletir, ordenar e construir a realidade de suas coletividades que, na elaboração cotidiana de sua história e identidade, os realizam e deles desfrutam.

Festas, folias e foliões são alguns destes aspectos mais interessantes e instigantes do imaginário e do cotidiano de nossa gente. Neles estão alguns dos mais ricos e dinâmicos meios pelos quais os povos, as culturas comunicam sua realidade e com ela dialogam. É lá, no lazer, na festa ou no ritual, no criar superstições, cantigas ou brincadeiras, onde se esconde, numa aparência lúdica e despolitizada ou mesmo sob os rótulos "alienígenas" de "pitoresco", "ingênuo", um enorme potencial capaz de garantir que uma cultura subjugada consiga manter continuidade e persistência, fundamentais na dinâmica cultural.

* Mestrando em História. Orientadora: Dulce Maria Pamplona Guimarães. Apoio: CAPES.

No colorido das fitas que tremulam nos chapéus e violas, no rodopio das fardas e vestidos de chita, nos odores dos quitutes das casas das avós às cantigas e brinquedos de rua, em sua singular plasticidade multicolorida, o folclore instiga e fascina não só espectadores e foliões mas inúmeros pesquisadores e pensadores, que por fim lhes devotam sua atenção e muitas vezes suas carreiras.

Foi, pois, estimulados pelo tema e interessados nas áreas as quais permeia, que nos voltamos, logo no início do segundo ano de nossa graduação, à escolha do orientador, à delimitação do objeto e confecção de um projeto de pesquisa de iniciação científica, voltado a perceber, demarcar e compreender a dinâmica das relações que permitem a existência e continuidade do festejo natalino das folias de reis no município de Bebedouro (região nordeste do estado de São Paulo), assim como sua importância nos diversos aspectos visíveis e invisíveis da vida dos foliões e da comunidade que o produz e dele necessita.

Neste trabalho buscamos apresentar e debater alguns pontos mais relevantes desta pesquisa, desde sua metodologia até os resultados e conclusões que nos proporcionou.

1) Folclore e cultura: o homem e a festa

Que melhor maneira de compreendermos, a partir dos dados de um material folclórico, uma 'festa de santo', se não aquela que apresenta, através da festa, uma sociedade que simbolicamente se reescreve, transpondo para uma esfera de relações rituais, ao mesmo tempo sua ordem e suas contradições? (Brandão, 1978, p.113).

Infinidamente plural em formas e motivos, o acontecimento da festa, até os dias atuais, pontua e povoa a memória e a prática de todos os povos. É na festa, no foguedo ou folguedo folclórico¹ que se esboçam traços reveladores da dinâmica cultural, assim como das gentes e culturas que as produzem, desfrutam e dela participam.

Assim, ultrapassando os contornos de elemento cotidiano, corriqueiro, "comum", o festejo, a comemoração tornam-se em sua análise

¹ Vários dos folcloristas por nós estudados, denominam em suas obras as "festas folclóricas" ora por "foguado" ora "folguedo". Cabe notar porém que estes dois termos muito semelhantes quanto a grafia e ao ente que definem carregam alguma variação quanto sua origem gramatical.

elemento instigante, carregando em sua razão de ser, mais que o simples descanso. Segundo Harvey Cox (1974, p.25) a festa inclui três elementos importantes na vida da sociedade, que podem ser descritos como excesso, afirmação e contraste.

Excesso: no exagero das comidas, na altura (intensidade) das músicas e das risadas, no excesso das bebidas, na fartura dos panos e cores, a festa afirma, no seu momento, a dispensa e a superação das convenções diárias de moral e conduta, um momento de experimentação do diferente.

Afirmação: é na festa que se relembram, reinventam e se fantasiam os fatos da vida, nas cantigas, piadas, esquetes, até, e fundamentalmente no próprio motivo da festa. Nela se celebram a colheita, o nascimento, a conquista de algum prêmio ou promoção, a união conjugal ou mesmo a morte.

Contraste: na fuga do cotidiano, através do excesso e, mesmo no seu encontro, na afirmação dos fatos da vida, a festa permite vivências de identidade e sociabilidade diversas das do dia a dia, permitindo assim a comparação e uma visão externa do mundo vivido e da sociedade.

Harvey Cox afirma ainda que a festa traz à tona a esperança na vivência da fantasia e a memória na relembração do passado, elementos que, segundo o autor, são fundamentais para que o homem encontre um sentido de vida (1974, p.14). Sentido que, ainda de acordo com ele perdeu-se com a sociedade industrial. Idéia bastante semelhante as defendidas por Paul Lafargue em *O direito à preguiça*:

Introduzam o trabalho de fábrica, e adeus alegria, saúde, liberdade; adeus a tudo o que fez a vida bela e digna de ser vivida. (1990, p.25).

Sem discordar destes elementos, porém sem decretar o fim do lazer na sociedade moderna, José Guilherme Magnani, enxerga na festa, no lazer, uma linguagem rica expressiva de uma realidade que se dialoga, entre cultura e identidades, posto que neste lugar de descontração e "folia", seus membros de uma mesma cultura ou comunidade, de um mesmo "pedaço", encontram o espaço para ouvir e falar sua própria língua, constituindo e revelando aí traços de sua realidade e da comunidade, que passam despercebidos no cotidiano. Em suas palavras:

Atividade marginal, instante de esquecimento das dificuldades cotidianas, lugar enfim de algum prazer —mas talvez por isso mesmo possa oferecer ângulo

inesperado para a compreensão de sua visão de mundo: é lá que os trabalhadores podem falar e ouvir sua própria língua. (Magnani, 1984, p.22).

Este mesmo autor faz crítica à conotação pejorativa que o conceito "folclore" pode carregar em algumas de suas interpretações ou usos, beirando algumas destas vezes o etnocentrismo ou negando a importância do fato folclórico como fazer vivo e atual do povo.

Sendo assim arena de diálogo cultural, a festa afirma sua importância como objeto para o entendimento da cultura, identidade e sociedade, tanto para quem a produz, quanto para quem a analisa.

Não houve, em toda história da humanidade, sociedade que não festejasse, assim como não há pessoa que ao ouvir a palavra "festa" deixe de esboçar ou expressar uma certa empolgação.

Uma história dos estudos sobre folclore

Os estudos e entendimentos sobre folclore se apresentam tal e qual uma pintura multicolorida, feita a muitas mãos, por muitos "artistas" da história das ciências humanas que puderam imprimir-lhe seus contornos, estilos e retoques. Os estudos nesta área são bastante anteriores a forja de seu nome por William John Thoms, em 1846, na sua forma original *folklore*, como área dos estudos de humanas denominada *Antigüidades Populares* (Brandão, 1982).

Dados a partir do século XVI, quando o Brasil acabara de ser descoberto, os primeiros relatos sobre a cultura e costumes brasileiros são na sua maioria crônicas voltadas a descrever os hábitos e superstições dos índios e dos primeiros colonizadores desta terra. Entre alguns de seus expoentes mais conhecidos estão Padre Manoel da Nóbrega e Hans Standen. (Cascudo, 1971, p.17-26). Os costumes e tradições brasileiros, ainda no século XIX e início do XX, atraíram o olhar de muitos pesquisadores, viajantes que vieram ao país registrar e observar estes costumes.

As primeiras tentativas de estudo do folclore no Brasil carregam muitas influências dos viajantes, datadas também do final do século XIX e início do século XX. Sua maior parte é composta por coletas e registros, por meio de técnicas próprias, voltados a um olhar amador e curioso. É só na década de vinte, com a busca de uma expressão e identidade

nacionais, que os estudos desta área passam a tomar mais corpo e forma definida. Na busca da identidade do homem brasileiro e definição de suas singularidades, o folclore passa a ser visitado constantemente, em registros detalhados, coletas de caracteres histórico-geográficos e comparações minuciosas que visam, a partir dos diversos costumes e tradições do povo brasileiro, delimitar os contornos desta identidade. Neste mesmo tom despontam os estudos e trabalhos de Amadeu Amaral, Mário de Andrade, Luiz Câmara Cascudo, Rossini Tavares de Lima e Alceu Maynar de Araújo. (Reily, 1990).

Deixando assim o espaço das literaturas diletantes e curiosas para se tornar assunto nacional, da década de vinte para frente a pesquisa folclórica vai se institucionalizando. São formadas comissões nacionais e estaduais, realizados congressos nacionais (o primeiro em 1951) e internacionais (1954), sendo, em 1958, iniciada a Primeira Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e, em 1971, fundado o Instituto Nacional de Folclore. (Pellegrini, *apud* Reily, 1990).

Nas últimas décadas, com o fortalecimento da antropologia, a pesquisa folclórica foi muito disputada entre os folclorista e antropólogos, desta disputa de "território" vieram inúmeros frutos que proporcionaram uma ampliação do arcabouço técnico e teórico para a coleta, pesquisa e análise de seus objetos. Despontam nesta disputa Florestam Fernandes, Edison Carneiro e, posteriormente, Roberto da Matta, Carlos Rodrigues Brandão e José Guilherme Cantor Magnani.

O folclore dentro da dinâmica cultural.

Uma fala, um som ou uma música dentro da polifonia difusa da dinâmica cultural, o folclore, em toda sua expressão, apresenta, em seu desvendamento, pelo conjunto de autores lidos, uma pluralidade de definições. Tomado ora como um fato, um acontecimento, ora como uma forma de fazer, uma "técnica", ou ainda uma forma de compreender e relacionar a realidade. Sendo ele, todos estes aspectos e nenhum deles isoladamente, uma coisa lhe é inegável, é fundamental para a vida das comunidades que dele se utilizam, partilham e desfrutam.

Novo, embora antiquíssimo, o folclore é uma resposta cotidiana, diária, imediata aos anseios e necessidades da existência. Mostrando

esta vertente Câmara Cascudo o insere na psicologia coletiva:

A autenticidade é o resumo constante e sutil das colaborações anônimas e concorrentes para sua integração na psicologia coletiva nacional. (Cascudo, 1967, p.14).

Acompanhando esta caracterização, Roger Bastide faz sobressair o seu aspecto de memória do grupo, quando faz referência ao trabalho de Maurice Halbwachs: "Um estudo sociológico do folclore deveria compreender um capítulo especial que o incluísse no que Halbwachs chamou de 'memória coletiva'." (p.12.), idéia que retorna ao falar do folclore brasileiro:

a memória do grupo só pode funcionar pela cooperação de todos os membros, cada um trazendo uma categoria de lembrança, essas categorias completando-se mutuamente e só sendo evocadas quando os homens se encontram uns com os outros (Bastide, 1959, p.15).

Câmara Cascudo afirma a perenidade do folclore, apontando, de um lado a sua vinculação ao imaginário e de outro, a sua independência do material: "Essencial é deduzir que o folclore é uma cultura mantida pela mentalidade do homem e não determinada pelo material manejado." (Cascudo, 1967, p.10). Bastide percebe aquela vinculação, mas não vê esta independência, o autor francês apreende a coexistência destes dois planos: do imaginário e do material:

Mas o folclore existe em dois planos e é essa a primeira conclusão interessante a qual nos leva o estudo no Brasil: inicialmente no plano material ... e também na consciência dos homens." (Bastide, 1959, p. 12).

Na coexistência destes dois planos, no contato dinâmico com as demais culturas, e no confronto com uma cultura dominante, faz-se fundamental uma certa plasticidade para que uma cultura subjugada, um folclore, um fazer folclórico continue sendo eficaz e legítimo para aqueles que o criam. Segundo Câmara Cascudo "o processo de reajustamento", o que a antropologia sintetiza com Magnani (1984, p.18) como "um reordenamento de todo seu estoque simbólico" ou seguindo Vagner Gonçalves (1996, p.18) "suas tradições são continuamente construídas, reinventadas ou ressignificadas". Desta busca por continuidade, dá-se sua persistência, o que, segundo Marilena Chauí (1986), concretiza-se, de forma mais detalhada, um processo de resistência aos confrontos que vai da mais pura resistência direta, na negação, afastamento e recusa das influências das outras culturas até a resistência camuflada de conformismo, aceitando, reproduzindo, reordenando e transformando para

um sentido próprio estas influências.

De acordo com Câmara Cascudo:

Prejudica o folclore a sua aparente facilidade ... A justificação é o próprio elogio do folclore, a ciência direta, desinteressada, antidemagógica, da cultura popular. (1967, p.18).

Inscrito dentro da grande dinâmica cultural, um fato folclórico, como a folia de reis, os folguedos populares, o folclore como um todo permeia inúmeras vivências de nossa sociedade, religiosidade, lazer, desportos etc. É este um dos motivos dos inúmeros debates e teorizações ao seu redor pois compartilhando todas estas áreas da vivência humana, não se limita ou se encerra em nenhuma delas, sendo uma vivência singular, com características e funcionamento próprios, que "só é compreensível quando incorporado à vida da comunidade" (Bastide, 1959, p.11).

A dimensão folclórica, campo bastante fértil à pesquisa e ao debate (Almeida, 1957; Cascudo, 1971; Andrade, 1935; Laytano, 1968; Dias, 1956), está presente, anônima, popular e tradicionalmente, no existir de todos os povos e culturas, trazendo à tona traços profundamente simbólicos e espirituais que, na fusão com o material, concretizam maneiras de sentir, pensar e agir singulares, vivas e naturais, destes. Embora quotidianas e imediatas, tais práticas lançam suas raízes no passado e na tradição.

Melhor do que envolvê-la com o clorofórmio de algumas teorias imobilistas do Folclore, para investigar no corpo inerte da cultura o que é folclore e o que não é, deveria ser a cuidadosa e persistente preocupação de compreender, em cada pequeno ou grande "sinal" do folclore, em cada um dos seus momentos e situações, o que eles significam na cultura (no todo da cultura de que são um modo e uma parte) e para a vida das pessoas, grupos, classes sociais e comunidades que os criam. (Brandão, 1982, p.75).

2) O foco sobre o fato

Como ponto de partida e uma hipótese de trabalho, procuramos compreender aqui o fato folclórico como uma coisa significativamente maior do que um 'folguedo popular', divertido e curioso. (Brandão, 1978, p.11).

Foco de nosso entendimento das dinâmicas culturais de nossas gentes, a folia de reis, o reisado, encontra em sua origem plural e difusa a justificativa de sua análise. Carregando consigo traços absorvidos, em constantes re-interpretações, das diversas culturas que se cruzaram e se

cruzam em nossa terra, este festejo, mesmo ao primeiro olhar carrega caracteres das nações européias, nossas colonizadoras, do catecismo jesuíta, da cultura indígena, e da cultura negra aqui escravizada, estabelecendo assim relações com toda a mescla étnica e cultural que deu origem às identidades do povo brasileiro e seus costumes².

Sobre a Folia de Reis

Apesar de ser uma festa natalina, encontramos na folia de reis uma fusão colorida de elementos religiosos e profanos, tanto da cultura popular quanto da erudita. Esta mescla evidencia-se quando buscamos construir uma história das manifestações deste folclore e deparamos com uma porção quase que infindável de festas e costumes que podem o ter iniciado ou nele se fundido. Costumes que, em alguns casos, estão longe de ter em qualquer relação com o natal, a bíblica visita dos reis magos, as datas típicas das folias ou mesmo com a religiosidade cristã.

Na tentativa de entender uma possível etnologia das folias de reis nos foram fundamentais as narrativas e coletas de folcloristas como Yara Moreira (1981), Alceu Maynar Araújo (1967) e Theo Brandão (1967), assim como as obras de Carlos Rodrigues Brandão (1985).

O canto, a dança, a música sempre foram elementos de confronto entre o catolicismo oficial e a religiosidade popular. Sendo comuns nas primeiras comunidades cristãs, foram gradualmente exorcizados do ambiente eclesiástico, vistos como uma deturpação da moral e da fé. Sendo absolvidos porém noutros momentos, quando a igreja buscava atrair mais fiéis e difundir de forma mais atraente sua mensagem (Cox, 1974). Expulsos das igrejas e altares estes elementos tomam as praças e ruas, imprimindo suas marcas na cultura popular ao mesmo tempo que são reconstituídos e reelaborados pelo costume e tradição do povo. Quando convidados a retornarem ao seio da Igreja erudita carregaram consigo todos os caracteres da fé popular.

As origens da folia de reis remontam a costumes medievais da

² Por "costumes" entendemos aqui não somente os aspectos mais pitorescos e superficiais das ações cotidianas de um determinado grupo ou cultura, mas sim o sentido mais profundo dos seus modos de se relacionar com o meio, seus membros, outras culturas, assim produzir sua existência.

Espanha e de Portugal, procedentes das comunidades camponesas, praticantes de uma religiosidade popular e de seus autos devocionais lá escritos que preenchiam o calendário litúrgico medieval, absorvido mais tarde pela hierarquia erudita da igreja. Estes autos nem sempre redigidos por clérigos, compunham-se de diálogos simples, preenchidos com cânticos. Sendo ainda comum no natal e na véspera do "dia de Santos Reis", em toda Península Ibérica, grupos de pessoas saírem cantando e relembando a história cristã nas casas da vizinhança a troco de prendas.

Suas relações com o catolicismo demonstram-se ainda mais profundas no Brasil, com as missões jesuítas que implantaram aqui um catolicismo voltado à tentativa de evangelização de uma terra "estranha", colorindo com tons fortes e chamativos todos seus elementos de liturgia: as procissões, o canto, a dança e os autos teatrais. Alguns destes elementos, com o passar do tempo, gradualmente foram renegados do ambiente eclesiástico, do catecismo e do cerimonial, relegados pela liturgia erudita, ou tomados dela, passaram a ocupar a espaço secular dos festejos e folguedos comunitários.

Entre os costumes profanos da Idade Média, foi herdado de Portugal o nome de folia, denominação dada a uma dança carnavalesca, na qual homens vestidos de mulher ou mascarados executavam passos espontâneos, junto ao toque de castanholas. Sendo denominação comum também para um outro folguedo a "festa dos rapazes", festa pastoril portuguesa que celebrava a fertilidade e a puberdade, onde rapazes mascarados, "os caretos", ou vestidos de mulher, "as madamas", saíam às ruas fazendo barulho e arrecadando, nas casas, prendas e alimentos como chouriço e lingüiça, para a realização de uma grande festa (Lima, 1962).

Existem ainda outras festas e cerimoniais que podem ter alguma relação com as origens do folguedo que estudamos. Um exemplo é a festa de Santo Estevão, comemorada no dia vinte e seis de dezembro ou ainda o "Dia de Reis" dos negros de Havana.

Uma radiografia da festa

Todo o trabalho de busca e construção de uma história das possíveis origens das folias de reis, assim como de outras festas folclóricas

partem da comparação e busca de alguma semelhança com um modelo ou uma forma básica. Porém como nos mostram os muitos relatos e descrições dos folcloristas (Cascudo, 1967; Frade, 1979), a festa denominada folia de reis apresenta, além de sua especificidade no estado de São Paulo, diferenças maiores nas diversas regiões do país que dificultam a construção de um modelo.

Desta forma, o modelo que apresentamos é uma construção nossa, uma tipificação que abrange os fatos folclóricos mais próximos aos do objeto e local que enfocamos, as festas de reis de Bebedouro. Tem por objetivo proporcionar aos leitores deste trabalho e demais interessados uma ilustração ampla da forma e funcionamento básicos e gerais deste costume.

A folia de reis é uma festa natalina que se realiza do mês de novembro a seis de janeiro, dia de reis. Nela um grupo de homens, cantando e tocando instrumentos, vão de casa em casa da região, num passeio denominado giro, arrecadando prendas para a realização de uma grande festa no seu último dia.

Denominados de companhias de santos reis, estes grupos se compõem aproximadamente de onze a quinze homens que desempenham determinados papéis com funções específicas dentro da companhia.

O local

Na escolha das folias de reis de Bebedouro, encontramos um objeto que, além de se mostrar muito adequado às nossas intenções, devido à vitalidade do costume no município e sua proximidade à nossa região, revelou várias singularidades e características muito interessantes. Um deles é a presença da mulher neste tipo de manifestação folclórica, tradicionalmente, desempenhada e orientada por homens.

Pequeno município do estado de São Paulo, localizado em sua região nordeste, Bebedouro, escreve sua história a partir das margens do córrego do Bebedor ou córrego Mandemo que corta a cidade. Pertencente à província de Jaboticabal, suas origens remontam à antiga pousada de descanso dos tropeiros e boiadeiros vindos do sertão de Minas e muitos da Bahia, em direção a capital da província. Às margens daquele córrego,

a pequena pousada foi gradualmente se tornando um povoado, originalmente sob o nome de São Sebastião de Bebedor. Foi porém em 1882 que aquele povoado tomou posse legal das terras que ocupava, pagando, por intermédio de Joaquim José de Lima, a quantia de R.800\$000 (oitocentos mil réis) a Francisco Inácio Pereira proprietário da fazenda "Mandemo" (outro nome para o córrego do Bebedor), que abrangia todas aquelas terras. Conta-se que a última parcela da dívida de tal compra fora paga com vários porcos criados no povoado e um cavalo de cela arriado, animal de estimação, de Francisco Inácio Pereira (Considerado um dos fundadores de Bebedouro. No ano de 1884 (data oficial de sua fundação) tornou-se Vila de Bebedor de São Sebastião, distrito de Paz em 1892 e, finalmente, município da região de Jaboticabal em 1894, sendo hoje sede da Comarca (Izidoro Filho, 1991).

Em 1902, chega à cidade sua primeira estrada de ferro, a Cia Paulista de Estradas de Ferro, que ligava, num ramal (bitola estreita) inicialmente por Jaboticabal, São Paulo à Bebedouro. Sendo mais tarde direto (bitola larga), num percurso de 464,530 quilômetros, do município à capital. Posteriormente a ferrovia São Paulo – Goiás teve seu ponto de partida na cidade (Estação da Cia de Estradas de Ferro Paulista), que passava pelas estações de: Miragem, Botafogo e Dona Luzia, dentro do município, servindo também à outros municípios como, Monte Azul Paulista, Olímpia e a antiga Nova Granada, num percurso de 150 quilômetros. Foi desativada em 1969.

Sua economia basicamente agrícola favoreceu o desenvolvimento da cidade na época das plantações de café. Foi porém, posteriormente com o cultivo da laranja que a cidade tornou-se conhecida, como grande produtora e exportadora do fruto e seus derivados. Nas décadas de cinquenta à oitenta a cidade experimentou um de seus melhores períodos econômicos, fundando em 1956 a Cooperativa dos Citricultores de Bebedouro, posteriormente Coopercitrus, em 1976 e que, em 1978, compra oficialmente a Frutesp, antiga Sanderson S.A. estatizada em 1975, pelo governo do estado de São Paulo. Neste mesmo período, instalaram na cidade empresas como Olma, Cargil (antiga Citrobrasil S.A.), Fiorussi e outras. Este período só foi interrompido pela crise na citricultura em 1974 e 1975. Em todo este tempo, Bebedouro foi muito conhecida na região e no estado, sendo citada nos principais jornais da

capital (O Estado de São Paulo, 17.7.1970 e 12.7.1979), graças às suas festas agropecuárias, inicialmente e depois às Festas da Laranja de 1960 e de 1963, tornando-se bienais até 1976, quando passam a chamar FECCIB (Feira Citrícola, Comercial e Industrial de Bebedouro), realizadas anualmente de 1976 até 1980 quando tornam-se bienais. (Costa, 1996).

Com a venda de sua principal fábrica, a FRUTESP Agrícola, para o grupo Coimbra, em 1993, a economia da cidade entrou em crise que abalou todas as áreas da sua sociedade.

Cabe comentar também que, desde suas origens, Bebedouro constituiu e atraiu inúmeros coronéis, cujos familiares e descendente, apesar da extinção da Guarda Nacional, até os dias atuais exercem algum mando sobre a economia, política e demais aspectos da sociedade bebedourense.

Situada na região nordeste do estado, aproximadamente à 450 Km da capital, (longitude 48° 28'50; latitude 20° 56'59), o município de Bebedouro estende-se numa área de 684,4 Km² (seiscentos e oitenta quilômetros quadrados), divididos entre três distritos que o compõe, sendo; 498,800 Km² à sede do município, 139,400 Km² ao distrito de Botafogo e 51,800 Km² ao de Turvínea. Segundo o último censo de 1996, conta com uma população de 72.620 (setenta e dois mil e seiscentos e vinte) habitantes, sendo 67.850 (sessenta e sete mil oitocentos e cinquenta) urbana e 4.770 (quatro mil setecentos e setenta) rural.

A especificidade: A folia de Bebedouro

Não foi desde sua origem que as ruas e fazendas de Bebedouro se encheram das sonoridades e coloridos fartos, das companhias de Santos reis, seus festeiros devotos, palhaços e bandeira.

Transmitida oralmente até então, a história das folias de reis de Bebedouro, conforme os relatos de foliões devotos e moradores, teve início com a já falecida Maria Baiana, sua primeira foliona, cuja história de vida no município praticamente se confunde com a história da festa na cidade. Infelizmente as fontes são muitos esparsas. Uma delas é a memória do folião Aderval (Durval entre seus amigos) que, com quase noventa anos, folião a sessenta, quando perguntado sobre Maria Baiana diz:

–Era uma excelente pessoa, uma pessoa que sabia treina, uma grande festeira que correu o estado de São Paulo com a companhia de reis, com todo mundo.

Baseados nos relatos da foliona Clementina Perrone de setenta e oito anos, que desde os quinze anos ajudara Maria Baiana em sua companhia, estimamos, tenha festejado pelos arredores e ruas de Bebedouro a partir da década de vinte, deste século, época da migração de Maria de Bahia para a região e parado por volta de 1970, poucos anos antes de vir a falecer. Clementina conta que foi nesta época que ela começou a “soltar” a sua própria companhia.

Segundo depoimento colhido pelo professor e historiógrafo de Bebedouro, Manuel Izidoro Filho (1993, p.114), nas épocas que antecediam o natal, Maria Baiana baixava as portas de sua pensão na rua do Comércio, para sair com sua companhia. Conforme o mesmo depoimento era na pensão de Maria Baiana, na verdade uma “casa de tolerância”, onde os senhores distintos, de famílias da alta sociedade bebedourense, buscavam realizar outras folias, suas “fulias” extra conjugais.

Não se pode afirmar que Maria Baiana foi realmente a primeira a andar com uma folia de reis em Bebedouro, pois suspeitamos que antes dela alguma folia de estilo mineiro, comum naquela região, tenha percorrido seus sítios e arredores, porém é inegável sua presença “lendária” no imaginário da gente da cidade, assim como sua fundamental importância na formação e continuação deste costume, posto que muitas das folias posteriores ou existentes hoje em dia tem entre seus membros, antigos foliões da companhia da Baiana.

Outras companhias foram contemporâneas à de Maria Baiana, são elas: a Companhia de Reis da Bonifácia, a Companhia de Reis de Maria Pires e a Companhia de Reis Princesinha de Bebedouro, conhecida também como “Mineirinha” de João Delfino.

Hoje, a Folia da Clementina é vista como continuação da Folia da Maria Baiana, segundo um dos foliões que tivemos chance de entrevistar: “Ela recebeu a coroa da Maria Baiana”, sendo também uma das mais conhecidas, apesar de só se apresentar no festival de folclore de Olímpia, devido à idade avançada de Clementina. Destas duas Folias nasceram quase todas as outras que existiram e existem em Bebedouro. Atualmente

a mais conhecida da cidade, fora a quase lendária Companhia da Clementina, é a de Santos Reis Extremo Norte, do mestre Osvaldo Mendes. É pois justamente sobre estas duas que concentramos nossos esforços de pesquisa direcionados a desvendar suas dinâmica comuns e específicas.

"Naquele tempo..."

"Naquele tempo", contam nossos entrevistados, as folias saiam quase todos os dias numa longa e única jornada que ia desde, mais ou menos, o dia vinte e quatro de novembro, até o dia de reis, seis de janeiro. Seus foliões vestiam não as fardas de hoje, mas roupas comuns com exceção do palhaço na sua farda de chitão, embornal e máscara. Segundo Clementina:

Era a mesma coisa, só que antigamente a folia da Maria e as outras saiam do jeito que estava, saiam de pé no chão, saiam com a roupa que era de serviço, do mesmo jeito que estava saia. Era o bumbo, até hoje também, só que agora já são muitas coisa. O bumbo, duas caixas, as gaitas feitas de cano mesmo, uma bandeira. No princípio, quando eu soltava e a Maria Baiana soltava, quase sempre era quinze, doze pessoas, onze pessoas, dois palhaços. Antigamente os palhaço eram tudo de chitão. Eu tinha uma roupa de chitão, eu dei..

Não só as mudanças nos materiais, roupas, objetos, a direção do passado, segundo as falas dos entrevistados, aponta para um tempo onde a fé, o respeito e a devoção eram maiores. De acordo com a foliona Clemência:

Hoje não tem respeito, que antigamente tinha. Não tem respeito da companhia. Não tem respeito de entra na casa dos outros. Ai fala que fulano não aceita a companhia por que é 'Granfo'(granfino). Não é não, é por causo dos maus elementos que tá tendo hoje. Antigamente era tudo de chitão, tudo de pá no chão e entrava com respeito. Agora não, agora é tudo bêbado, já chega perguntando se nessa casa pinga goteira. Isso é uma vergonha. Não, eu não gosto disso.

Nesse tempo de folião, onde o passado traz saudades da fé e do respeito, essa nostalgia recorre mesmo na fala dos foliões mais novos, como por exemplo, na fala do folião João Pedro Mendes, de vinte e sete anos, filho do folião Osvaldo:

Mudo em termos das pessoas, porque hoje tem muitas companhias de reis que sai, e sai por sair, sem devoção ... E eu acho que, como tem varias

companhias que tá estragando. Começa as pessoas ter medo de receber a companhia em casa, porque hoje se chega na casa de uma pessoa, por causa da companhia de outras pessoas, que chegam embriagados, sem condições.

As folias e foliões de hoje

Olha, aquele tempo, o mundo era muito diferente do que é agora. O mundo não, é o povo, que o mundo é o mesmo.(entrevista com Sr. Osvaldo Mendes).

Das várias folias do passado às folias de hoje, cada companhia de reis, apesar de muitas vezes compartilharem seu membros, carregam muitas características próprias e particulares, que vão desde o estilo e ritmo, até o relacionamento entre seus participantes.

Nas "folias" que pesquisamos, acreditamos constituir um recorte bastante apropriado, posto que na "Companhia de Reis da Clementina", encontramos a foliona mais antiga e respeitada da cidade é na "Companhia de Reis Extremo Norte", a "folia" mais conhecidas na cidade e na região.

Cada uma das folias estudadas tem seu valor e contrastes marcante. A da Clementina marca sua presença no colorido e na pluralidade de seus elementos, além do fato de conter em si o histórico da festa no município. Já a do Osvaldo Mendes, marca seus contornos pela simplicidade, clareza e organização nas apresentações, onde se fazem notórias as habilidades e conhecimentos de seu festeiro no folgado.

Vida de folião

Escondidos por detrás dos inúmeros apenas "mais uns" de nossa sociedade, incógnitos nas ruas asfaltadas da metrópole ou mesmo nas barricentas dos sítios e roças, que estão os mais profundos e objetivos vivenciadores de toda esta dinâmica cultural, o homem comum em constante construção e reelaboração de suas identidades no confronto com as outras identidades. São vidas comuns que, em sua narração, expressam nas "incoreções" e regionalismos das falas, suas fomes, festas e perdas vividas, numa objetividade que supera, em muito, qualquer metodologia ou teorização possível.

É pois, nessas vidas, cuja parte da sua realidade faz-se intangível,

que a história oral vem encontrar fonte rica para o entendimento de nosso tempo. Nas suas histórias de vidas, estás chamadas "fontes", encontram a chance de falar e narrar seus próprios conteúdos e vivências (Thompson, 1992).

São narrativas de vida, de pessoas comuns iguais ao nosso jornaleiro, ao nosso carteiro ou mesmo a um dos mendigos, que cruzamos conosco diariamente nas ruas. Olhando por esse prisma, fomos refletir sobre a razão espanto ou estranhamento que sua leitura nos causou. Uma resposta possível é que, no contato, pela leitura, das histórias de vida dessas pessoas, até então incógnitas para nós, tenhamos estabelecido algumas relações e identificação com alguma situação vivida ou com a vida de alguém que conhecemos. É pois identificando-se, também, entre si, com os demais, com seu pedaço, com seus medos, esperanças e crenças, isto é, estabelecendo relações, que membros de uma comunidade, de uma mesma cultura a constituem e lhe possibilitam existência e continuidade.

Tal reflexão se apresenta bastante oportuna nesse passo do trabalho, justamente quando, começamos tentar entender como e porque, o festejo da folia de reis se perpetuam perante outras formas de lazer e fé, servidas maciçamente pela indústria cultural, por intermédio dos fartos meios de comunicação de massa.

Terão importância as relações entre as narrativas, onde são fatos comuns; a perda dos pais, a infância sofrida, a residência no campo, etc.? Ainda é cedo para sugerirmos isso. Porém já podemos adiantar de "antemão" que o entendimento da continuidade e existência da festa de reis hoje, se dá a partir do reflexo em torno da construção, transmissão e permanência das identidades na dinâmica cultural.

3) Conclusão

Mais do que um acontecimento folclórico, uma lembrança, um costume, as folias de reis é claramente uma fala, uma expressão, não só do que se quer comunicar. E é exatamente neste sentido, nesta direção que nossa pesquisa e estudo justificam sua importância. Muitas coisas nos falam as folias, além das mensagens bíblicas, da liturgia natalina, ou mesmo do folclore brasileiro. Através deste fato, desta festa foi que

conseguimos entender, sua comunidade, suas gentes, seus protagonistas, assim como sua dinâmica cultural que os envolve. Foi, pois somente assim, entendendo através do fato seus inúmeros aspectos, instancias e linguagens, que conseguimos voltar a ele, tendo rompido-lhe a superfície, para compreendê-lo agora em suas abrangências.

Nossa análise não refaz, a busca da identidade do homem brasileiro, o homem nacional, como foi a dos primeiros folcloristas de nosso país, cujo legado é inestimável. Porém não nega-a totalmente, posto que em nosso ponto de vista essa identidade "nacional" não homogênea compões-se de suas inúmeras etnias, culturas, e subculturas, o que poderíamos explicar metaforicamente como; uma colcha de retalhos (a identidade nacional) onde, até mesmo os retalhos (suas diversidade) são uma composição de retalhos menores, que por sua vez são um mosaico de retalhos ainda menores, os quais o conjunto nunca forma um todo homogêneo. É pois como parte dessa identidade nacional, mosaica, que se apresenta nosso objeto, um desses inúmeros "retalhos". Retalho obviamente singular, específico e regional, como qualquer outro que seu estudo dispensa em muito ser um categorizado como história regional.

O estudo de nosso objeto, análise das fontes à luz de nossa bibliografia, nos proporcionou compreender alguns de seus aspectos mais profundos, que organizamos da seguinte forma: primeiramente buscamos entender a visão de mundo do folião, do devoto, assim como as várias funções e usos da folia por seus participantes, entendendo em seguida as mudanças que sofreu, para finalmente compreendermos sob quais processos tais mudanças em continuidades se deram.

O mundo do folião

É fundamental ao entendimento das festas de reis em sua complexidade, que compreendamos a singularidade de seus realizadores, não a singularidade atribuída aos caquéticos "vultos da história", mas "as gentes" comuns que ao produzir sua fé e festa, expressam uma visão do mundo.

É lá no espaço onde o folião constrói com sua comunidade, seu "pedaço", no qual se realiza a festa, que são construídos também suas

noções e entendimentos do mundo e da realidade em que vive, numa "mão dupla" onde a festa por um lado é uma expressão desse ordenamento, por outro, de algum modo determinante dele. Ou seja, ao mesmo tempo que o folião, através da devoção exprime sua identidade, através da devoção a molda e a constrói. Assim sendo, mais do que expressão a folia contribui para construção simbólica de vários fragmentos desta identidade, tais quais os tempos e os espaços, da festa e da vida de folião.

Ao expressar seu passado nas falas "aquele tempo", "naquele tempo", o folião nos expressa sua visão e relação com o tempo. Um tempo que semelha-se ao "tempo sagrado" (Chauí, 1995), uma apropriação deste por parte do folião, onde o passado tende a criação do mundo, ao paraíso, e o presente sua perda, o afastamento do paraíso, segundo podemos ilustrar com a seguinte fala do "mestre" Oswaldo: "Naquele tempo era tempo de fartura. O finado meu pai sempre teve dez quinze saco de arroz dentro de casa, feijão três quatro saco, porco também tinha, no chiqueiro, cabritos. Era uma fartura que, olha, num tem par, que em vista de hoje, nois tava no céu". Segundo podemos concluir esse "tempo da folia" ou "tempo de folião" apresenta-se ordenado em cíclicos, contínuo, onde anualmente a festa de reis repete a visita bíblica dos reis magos ao menino Jesus, conforme podemos ilustrar com as seguintes falas de foliões, Pedro Bagunça: "A companhia de reis para mim é importante, porque um indivíduo dissequer; ela veio nascida dos discípulos de Cristo." Ou ainda Oswaldo Mendes: "Isso ai é uma tradição que desde começo do mundo que existiu. Os três Reis foram levar, quando o menino Jesus nasceu, os presente. Agora nos vai buscar pra fazer a festa de Santos Reis, que eles quer ter a festa dele. Eu recolho esmola pra doar pra aqueles que necessita."

Partilhando não só de um "tempo de folião", o festeiro, devoto entende de formas próprias também os espaços e momentos em que atua a folia. São sagrados em sua visão, as igrejas, a capela de santos reis, quais quer imagens de santos, assim como todos os objetos de uso das folias. Isso se expressa nos cuidados, respeito e fé com que são tratados estes elementos, tendo em seu trato muitas vezes um conjunto de leis e regras. Passamos a citar dois exemplos: o primeiro é que, segundo contam os foliões quando se veste uma farda de palhaço de folia, torna-se

obrigação vesti-la novamente e sair a rua ao menos uma vez anualmente, durante sete anos, caso contrario se atrai má sorte. O segundo exemplo está na narrativa feita por Clemência sobre a entrada de sua companhia na igreja. Poderíamos ainda citar outros fatos, tais como a reverencia e o respeito dos devotos e foliões a bandeira de santos reis, ou a mesma reverência ao entrarem na capela de santos reis, que apesar de não fazer parte das igrejas "oficiais", consagradas da Igreja Católica, tem dos foliões todo respeito e devoção.

A folia possível

Mais do que uma acontecimento demarcado como fé ou lazer as festas de reis, em sua realização toma funções e usos, por seus participantes e realizadores que ultrapassam seus objetivos e motivos primeiros. Esta reformulação ou re-apropriação de significados evidenciaram-se nas observações de campo. Por exemplo quando pudemos acompanhar o dia do desfile da Companhia da Clementina no festival do folclore de Olimpia, onde, o que era somente um dia de apresentação da folia, tornou-se o passeio de domingo, de toda a vizinhança, lotando o ônibus cedido pela prefeitura, de crianças, parentes, amigos de foliões e amigos de amigos, assim como todo tipo de lanches comuns neste tipo de passeio, tortas, bolachas etc.

Outros exemplos ilustra a re-apropriação de sentidos e motivos, dá-se ao fato da folia de reis de Oswaldo (Companhia de reis Extremo Norte) e de algumas outras folias da cidade tomarem um caracter assistencialista nos bairros onde saem, coletando e distribuindo cestas básicas aos mais necessitados, ou as instituições de caridade como asilos e creches. Conforme nos fala Pedro Mendes, filho de Oswaldo:

"O importante pra gente e o demais que a gente ganhar, prenda ou o que a gente ganhar, a gente doando pra entidade e pessoas que necessita. Porque a gente não sai pra gente mesmo, a gente sai pensando no próximo. Então a gente passamos fome, passamos dificuldade, a gente sofreu, então chegamos até o término."

Nos passeios de ônibus lotado com toda a vizinhança, nos ensaios que viram sala de visita, nas prendas que viram caridade da folia, os foliões e evoldidos expressam suas necessidades assim como a capacidade de satisfaze-las nos acontecimentos que, apesar de

comunitários e populares lhe são dados, revelando um dos aspectos mais interessantes da cultura popular que, consoando com Marilena Chauí:

encontra-se na maneira como plebeus ou os dominados se apropriam da cultura instruída e das informações de massa, imprimindo-lhes um sentido inesperado. (Chauí, 1986, p.44).

Deste modo não só em relação a cultura de massa ou a erudita, os festejadores reelaboram dentro das festas dos foliões ou da própria festa, da sua própria cultura os inúmeros sentidos possíveis dos quais necessitem para se relacionar, se expressar e se comunicar.

A mudança, a permanência e o processo

Das folias que andavam, segundo os relato, muitas vezes descalças, para as folias calçadas e fardadas de hoje, diversos elementos mudaram ou melhor, se transformaram para garantir sua existência perante as demais culturas e os ataques homogenizantes da cultura de massa. Em todo esse processo foi fundamental as festas de reis e a seus "reizeiros" apropriar ou rejeitar os muitos caracteres e materiais servidos fartamente pelas TVs, rádios ou mesmo gravadoras que enxergam nelas e em seus "pedaços", não uma cultura própria mas somente um público alvo de mercado.

Buscando permanecer em meio a todo esta dinâmica, seus realizadores foram obrigados a aceitar a inclusão de certos traços, a perda de outros, se conformando com algumas transformações e mesmo assim, muitas vezes através delas resistindo, apropriando, rejeitando ou afastando-se os caracteres das outras culturas, segundo Chauí:

ênfatizando a dimensão cultural popular como prática local e temporalmente determinada, como atividade dispersa no interior da cultura dominante, como mescla de conformismo e resistência. (1986, p.43).

Na plasticidade de sua tradição, segundo já pudemos falar anteriormente, de costumes que se reelaboram sem perder a identidade com seus realizadores, as folias de exprimem resistência que vai do conformismo mais pacato; a apropriação de materiais novos na confecção dos apetrechos, a participação nos festivais e concursos institucionais, etc. Ou ainda à resistência mais exaltada; a devoção fervorosa ou contra o alcoolismo de seus participantes. Conforme expressa a foliona Clemência:

É uma vergonha esse número de companhia na cidade, e eu não acho folião assim, que serve. Eles tem umas coisas... que as vezes carrega até bebida na sacola pra da pros folião. Vi outro caindo pra lá, outro caindo pra cá. Eu não tenho essa coragem, eu não tenho essa natureza. Quando eu vejo, eu não gosto de ver folião fardado no boteco. Eu não gosto de folião que fica bebendo, virando garrafa de pinga ... E eu não gosto. Eu pego a minha bandeira e guardo. Vou rasar um terço, com a ajuda do Divino Mestre. Quando a ajuda de alguma pessoa daqui, a de Bebedouro, se vê que eu mereço, porque se eu não mereço, paciência.

É importante porém que entendamos que esse processo não nega, ou torna nula a dinâmica do capital, alienante e reificadora, cujos alguns frutos são a dissolução da vida comunitária, a massificação e expropriação material e cultural. Ou ainda submetendo-se ao controle, "resgate" e utilização institucional obsessivo. Logo que, aceitando a patente de "folclore" em seu fazer, necessitando do "rotulo" do fardamento, ou da folga do trabalho nos fins de semana, o folião, a festa, seu fazer e sua identidade de devoto, ganham continuamente limites mais curtos, estreitos e restritos. O que nos leva, nesse caso da cultura popular a refletir segundo Proudhon, que

Ser governado é ser, a cada operação, a cada transação, a cada movimento, notado, medido ... cotado, avaliado, patenteado, licenciado, autorizado, rotulado, admoestado, impedido, reformado, reenviado, corrigido. E, sob o pretexto da utilidade pública e em nome do interesse geral, ser submetido à contribuição, utilizado, resgatado, explorado, monopolizado, extorquido, pressionado, mistificado. (Proudhon, 1940).

Epilogo

Nossa pesquisa, nosso trabalho desde o início proporcionou um mergulho cada vez maior no conhecimento da cultura como um todo, assim como das dinâmicas culturais.

Está aqui, este artigo, fragmento do trabalho pronto, porém existem ainda inúmeros caminhos e conclusões a serem encontradas que nos impedem de dar este por concluído.

Para quem está de fora, o que parece uma bagunça, uma "Armata

*Brancaleone*³, revela em seu entendimento um universo farto em significados e linguagens próprias, que querem existir e dialogar. Já não desce mais a rua central da pequena cidade de Bebedouro, por ocasião dos festejos natalinos a folia de reis, porém mesmo relegadas aos bairros periféricos, aos locais institucionais do show, do festival, seus devotos, festeiros e foliões mesmo as vezes sem saber, garantem sua existência. Essa continuidade que dá-se desde a oferta da mais descompromissada, do mais corriqueiro enfeite das fardas, até toda labuta para por uma companhia de santos reis na rua, que realiza-se sem mesmo a vontade consciente de permanecer, pela simples homenagem a devoção, faz-se em lembranças e esquecimentos, apropriações e rejeições de elementos, em fim mudando, reordenado-se, ressignificando-se, para permanecer.

Santos reis ajudá, em quanto vida eu tivesse, eu vestia uma companhia de reis e saia, soltava todo ano, nem que for três dia. Em quanto vida tivê represento. (Clemência Perrone).

PUPPO, Guilherme Falcon. Tradition And Transformation: The Continuity And The Resistance On The Epiphany In Bebedouro. *Ensaios de História*, Franca, v.4, n.1/2, p.91-113, 1999.

ABSTRACT: This article inscribes itself a resume of our ample essay of the course's conclusion with the same title. On that, we will board the resistance and the continuity from popular prank of the Epiphany inside of the great cultural dynamics and the identify's barter.

KEYWORDS: Culture, cultural resistance, folklore, Epiphany, Identity.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, R. *A inteligência do folclore*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1957.
ANDRADE, M. Origens das danças dramáticas brasileiras. *Revista Brasileira de Música*, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.34-40, 1935.

³ Referência ao filme, longa metragem de Mário Monicelli, filmado em 1965, cujo título em português é "O incrível exército de Brancaleone". Trata-se de uma comédia onde um cavaleiro sai reunindo um grupo de populares para conquistar sua terra.

- ARANTES, A. A. *O que é cultura popular*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
ARAÚJO, A. M. *Folclore Nacional*. São Paulo: Melhoramentos, 1967. V.1: Festas, bailados, mitos e lendas.
BASTIDE, R. *Sociologia do folclore brasileiro*. São Paulo: Anhembi, 1959.
BRANDÃO, C. R. *Memórias do sagrado: estudos de religião e ritual*. São Paulo: Paulinas, 1985.
BRANDÃO, C. R. *O divino, o santo e a senhora*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1978.
BRANDÃO, C. R. *O que é Folclore*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
CASCUDO, L. C. *Antologia do Folclore Brasileiro*. 4.ed. São Paulo: Martins, 1971.
CASCUDO, L. C. *Folclore do Brasil*. São Paulo: Fundo de Cultura, 1967.
CHAUÍ, M. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1995.
CORRÊA, C. H. P. *História oral: teoria e técnica*. Florianópolis: UFSC, Imprensa Universitária, 1978.
COSTA, S. L. *Bebedouro ontem e hoje: história e recuperação da memória da cidade*. Bebedouro: Studio, 1996.
COX, H. *A festa dos foliões*. Petrópolis: Vozes, 1974.
FRADE, C. *Folclore Brasileiro*. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1979.
GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
IZIDORO FILHO, M. *Gente que faz história*. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1993.
IZIDORO FILHO, M. *Reminiscências de Bebedouro*. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1991.
LAFARGUE, P. *O direito à preguiça e outros textos*. São Paulo: Mandacaru, 1990.
LAYTANO, D. *Origens do folclore brasileiro*. Rio de Janeiro: MEC/CDFN, 1968.
LIMA, R. T. *Folguedos populares do Brasil*. São Paulo: Recorde, 1962.
MAGNANI, J. G. C. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
REILY, S. A. Manifestações populares: do "aproveitamento" à reapropriação. In: —, Sheila M. (org.). *Do folclore à cultura popular*. Anais do Encontro de Pesquisadores de Ciências Sociais. São Paulo: USP, 1990.
SILVA, V. G. *Orixás da metrópole*. São Paulo: Vozes, 1996.
THOMPSON, P. *A voz do Passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

OS PARCEIROS DAS ÁGUAS:
FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE DUAS COMUNIDADES
HALIÊUTICAS DA REGIÃO AMAZÔNICA.

Telmo Renato da Silva ARAÚJO*

RESUMO: O universo social envolto das práticas haliêuticas é o ponto de partida para o entendimento de uma sociedade que cria sua identidade através de um espaço aquático, onde a hierarquização do trabalho com a pesca desenvolve toda uma dinâmica que caracteriza as comunidades ribeirinhas. O viés da pesquisa, ao enfatizar o trabalho pesqueiro, torna visível os mecanismos sociais dos caboclos mostrando que ao seu trabalho cotidiano são vinculados as suas próprias condições e possibilidades, contrapondo, assim, às visões de sentido torpe que são atribuídas a essas comunidades: arredios ao trabalho e à educação.

UNITERMOS: Amazônia; haliêutica; comunidades ribeirinhas; caboclos; etnocentrismo; preconceito.

Percorrendo a diversidade natural da região Amazônica encontramos, ao longo de seus rios, uma população que interage plenamente com a natureza, explorando-a produtivamente, na qual a integração homem/natureza encontra expressões nos mecanismos de organização social.

O presente artigo objetiva explicitar as lógicas sociais das comunidades ribeirinhas através das práticas da pesca e do cotidiano do trabalho familiar, contextualizando sua estrutura produtiva e a inserção dos diversos membros da família cabocla na atividade pesqueira. Com isso pretendemos demonstrar, de forma clara e abrangente, que as diversas características humanas dadas ao caboclo —“gente arredia tanto ao trabalho quanto à educação”— são apenas uma enorme teia de representações etnocêntricas que induz à desvalorização do "outro" (ribeirinho) a partir dos pressupostos do mundo do "eu" (urbano).

* Graduando em História. Orientadora: Dulce Maria Pamplona Guimarães. Apoio: FAPESP.

Assim, a nossa intenção aqui é mostrar a cultura do "outro", analisando seu trabalho e sua vida a partir de suas próprias condições ou possibilidades. Pretendemos, ainda, em contraposição às representações e pontos de vista etnocêntricos, revitalizar o valor cultural do trabalho na vida ribeirinha do povo caboclo, dando mostra de diversas artes do trabalho pesqueiro e, deste modo, contribuir para o conhecimento das comunidades haliêuticas da região amazônica.

A pesquisa foi realizada a partir da observação de duas comunidades distintas, moradores de duas ilhas —a de Cutijuba e a de Algodual (PA).

A Ilha de Cutijuba localiza-se aproximadamente a uma hora da cidade de Belém, capital do Estado, é tipicamente ribeirinha e cercada de água doce. Foi escolhida devido a sua proximidade com o meio urbano.

A Ilha de Algodual localiza-se no município de Maracanã, aproximadamente cinco ou seis horas de Belém, no litoral do nordeste paraense, banhada por água salgada.

Em ambas, realizamos entrevistas, além das observações, coletando depoimentos orais de componentes de um mesmo ciclo familiar, desde a família progênie até os que se originaram dela.

As concepções estereotipadas

Agnes Heller, depois de afirmar que a classe burguesa produz preconceitos em muito maior medida que todas as classes sociais conhecidas até hoje, explica as razões disso:

Tomou-se-lhe absolutamente necessário o preconceito no mundo da igualdade e da liberdade formais, precisamente porque agora passavam a existir essas noções formais. A coesão da sociedade burguesa foi desde o primeiro momento, mais instável que as da antiguidade ou do feudalismo clássico. (1970, p.55).

Na obra *Os caipiras de São Paulo*, Carlos Rodrigues Brandão cita Viana que identifica o caboclo brasileiro como:

Um tipo próximo do índio, cujo sangue bugre lhe corre nas veias meio coletor da mata, meio mau lavrador, já não mais um índio e ainda longe de civilizado. Uma gente arredia tanto ao trabalho quanto à educação, que emprega as suas virtudes —a inteligência viva, a coragem, a saúde física inigualável, a agilidade— para produzir maus frutos sociais. para viver mais do prazer da pesca e da caça do que do trabalho com a terra. para ser velhaco e barganhador 'como

os ciganos', dado as mulheres, as brigas e desordem que o gosto pela cachaça aumenta. (1983, p.30).

Esta concepção negativa do caboclo fora reproduzida por outros tantos autores. Em *Urupês* (1978) Monteiro Lobato, por exemplo, estereotipou o homem do campo como preguiçoso e ocioso. José de Souza Martins, em *Capitalismo e tradicionalismo*, analisou aquela obra de Monteiro Lobato e contrapôs:

As observações desse autor estão diretamente fundadas na valorização do modo de vida urbano contra o tradicionalismo agrário, o que constitui um dos núcleos da ideologia da modernização que estrutura o país ao menos desde o início do século e que veio a ser um dos componentes básicos do expansionismo rural no Brasil. (1973)

As concepções negativas dadas aos que vivem distante do meio urbano, tanto na mata quanto no campo, provêm, provavelmente, do período colonial com a concepção estigmatizada do caipira. Assim, foram-se formando estereótipos negativos de virtudes contrárias às do homem urbano, ocorrendo uma hostilização ao caipira através de anedotas nas cidades e o detrimento do "tradicional" pela valorização do "moderno" como ocorre na literatura e na sociologia brasileira há várias décadas e que constitui o centro do imaginário urbano, pela negação do mundo rural.

Neste contexto, a formação e veiculação das diversas características pejorativas dadas aos caboclos, aos camponeses, a todos que vivem em regiões ribeirinhas, na mata ou no campo e que produzem o necessário à subsistência, por meio do extrativismo, expressam um profundo preconceito, estando ainda muito presente no modo de pensar e de agir da população urbana, imbuída de idéias de progresso e de modernização.

Partindo do específico

Desvelando práticas específicas e o universo cultural envolto da pesca podemos, dirimir aquelas concepções distorcidas (arredios ao trabalho e à educação; preguiçoso e ocioso), anteriormente identificadas.

Darcy Ribeiro (1995) explica que a cultura cabocla e sua relação com o trabalho tiveram, historicamente, sua origem nas práticas culturais das civilizações indígenas que ocupavam todo o sistema fluvial Solimões-Amazonas, da fronteira peruana até o delta na ilha do Marajó (extremo

norte do país).

A cultura adaptativa indígena integrava-se plenamente com a floresta tropical. A maioria das tribos detinha técnicas de plantio privilegiadas por um solo fértil de várzea, principalmente a tribo Tupi do litoral atlântico, além da excepcional variedade de animais e de plantas que propiciavam a prática da caça e do extrativismo.

Diz Ribeiro que, com o crescimento do sistema de aldeamento-reduções, praticado pelos missionários jesuítas e pela mestiçagem de brancos e índios, surge uma nova população. Uma população que incorporou as práticas culturais, as crenças e a vida das tribos indígenas. Alimentava-se através da caça e da coleta de frutos, transportava-se por meio de canoas, enfim, aprendera a conviver com a floresta, transformando-a em sua habitação. Esses novos brasileiros possuem uma pele morena e reluzente; cabelos lisos e negros de origem indígena; corpo forte decorrente da vida dura na mata; uma linguagem mesclada proveniente da língua de índios e brancos. Assim é o mestiço da mata: o caboclo brasileiro.

A formação da cultura cabocla, como vemos, decorre da indígena estando o seu campo de trabalho (pesca, coleta, plantio etc.) vinculado ao esmero dos índios. Quase todos os instrumentos de produção são de origem nativa, primórdios indígenas e aprimoramento caboclo.

Em *Quatipuru*, Isolda Marciel da Silveira (1979) nos relata que as práticas pesqueiras são, em quase todas as populações ribeirinhas, sistematizadas na pesca artesanal, cuja força de trabalho tem como base o grupo familiar.

Existem vários tipos de pesca, entre elas, a costeira que é considerada a mais importante no sentido de apresentar a maior produtividade devido ao instrumento de pesca utilizado que são as grandes redes. Na fluvial, praticada principalmente nos igarapés e rios, são utilizados vários tipos de instrumentos, tais como a tarrafa, o puçá, o muzuá e o espinhel. As práticas pesqueiras em campos alagados são geralmente para capturar pequena quantidade de peixes e crustáceos não tendo, portanto, nenhum propósito comercial; os instrumentos utilizados nessas práticas são o matapi, o socó, o paneiro de filho, entre outros.

As práticas haliêuticas observadas nas comunidades de Cutijuba e Algodoal nos mostram peculiaridades de cada ilha. Em Cutijuba, talvez

por ser tipicamente de água doce, pratica-se a pesca costeira e de campos alagados; os instrumentos são o espinhel e o matapi. A hierarquização do trabalho encontra-se no âmbito dessas duas práticas. Na pesca costeira apenas o homem adulto participa, enquanto que na pesca em campos alagados participam crianças e mulheres.

Em Algodoal, por ser de água salgada, as práticas haliêuticas são mais dinâmicas. Esta região propicia a pesca em alto mar, além da pesca na maré vazante, chamada pesca de curral. Não se observa aqui a participação da mulher e das crianças na coleta do pescado.

Considerando que a prática da pesca artesanal é bastante disseminada e arraigada nas diversas localidades ribeirinhas, o índice de produtividade é suficiente para o consumo familiar e os excedentes são trocados ou vendidos, possibilitando às famílias a aquisição de alguns bens, alimentos ou não, necessários para a sua vida diária.

As práticas culturais de cada uma dessas comunidades têm as suas próprias lógicas vinculadas aos respectivos contextos de trabalho pesqueiro e não foram ainda trabalhados pela historiografia como indicou o levantamento bibliográfico realizado previamente, exigindo assim uma reflexão mais sistemática que conferirá maior visibilidade e aceitabilidade a estas comunidades importantes na composição sócio-econômica regional.

O significado de um universo

Pelo universo haliêutico procuramos atingir e reconhecer o significado como também a importância do trabalho e da cultura da pesca nas comunidades de Cutijuba e Algodoal, para contrapô-los às visões distorcidas e preconceituosas que julgam os caboclos "arredios ao trabalho e à educação".

A contextualização do trabalho pesqueiro nos possibilita ver, por exemplo, a hierarquização espacial do trabalho e a importância do trabalho da mulher e das crianças na pesca. Com isso podemos perceber o universo social envolto da pesca. Pois,

nas sociedades pesqueiras, cujos valores estão centrados nas categorias de trabalho, parentesco, família e solidariedade, a construção da identidade social do homem se faz pelo trabalho na pesca. (Alencar, 1993, p.69).

O estudo das comunidades citadas nos revelou que no universo haliêutico a hierarquização espacial do trabalho encontra-se dividido em dois: mar e terra. O mar é tido como o espaço principal e exclusivo do homem, pois nele se pratica a atividade vista como a mais significativa para a economia do grupo. A terra é um espaço feminino em que a mulher atua e realiza diversas atividades.

Certas atividades que a mulher desempenha fazem parte do processo de trabalho da pesca, cuja atividade principal é a captura de peixe. Dentre as atividades estão a confecção e concertos de materiais de trabalho —covos, redes etc.— ou o trabalho de beneficiamento do pescado —limpeza e salgagem. Estas atividades, assim como as que desenvolve no espaço da casa, suportam aquelas realizadas pelo homem, que pode assim se dedicar totalmente à atividade de captura. (Alencar, 1993, p.67).

Apesar da dinâmica pesqueira de Algodual ser mais ativa, é em Cutijuba que encontramos o trabalho da mulher vinculado diretamente à captura de pescado.

Na ilha de Cutijuba pratica-se o que os pescadores ribeirinhos chamam de "despesca", consiste na coleta de pescado em campos alagados, é utilizado um instrumento de pesca chamado de matapi, esse trabalho é praticado pelas mulheres.

Em Algodual não se observa a participação da mulher na captura do pescado, apenas no beneficiamento dele.

Como vemos, o universo da pesca é bastante abrangente, não se restringe apenas ao homem, no âmbito familiar a mulher desempenha um papel fundamental: o trabalho em terra e o ensinamento empírico da pesca às crianças, que com uma determinada idade são introduzidas nos preceitos pesqueiros de modo a se capacitarem para o futuro trabalho. Assim, todo o dinamismo desse universo ribeirinho nos possibilita criar uma ótica, que indicará suas lógicas sociais. Evidenciando essas lógicas, poderemos apontar significados intrínsecos nas comunidades cablocas ribeirinhas, contrapondo-as às características de sentido torpe que são atribuídas a essas comunidades.

ARAÚJO, Telmo Renato da Silva. The Partners From Water: Ways Of Social Organization Of Two Haliéutics Communities Of The Amazonic Region. *Ensaio de História*, Franca, v.4, n.1/2, p. 115-121, 1999.

ABSTRACT: The social universe wrapped up of the haliéutics practises is the starting point to understand a society that creates their indentity through of na aquatic space and where the hierarchizing of the work with the fishing deveoos the hole dynamics that characterizes the riverian's communities. The obliquity of the research, to emphasis the fishing groud word, becomes visible the social mechanisms of the rangers showing that in yours quotidian work are entailed their own conditions and possibilities, couterpoint to the vision os wrong direction that are attributed to this comunities: unsoiables to work and education.

KEYWORDS: Amazônia, haliéutics, riverians, comunnities, rangers, etnocentrism, prejudice.

Referências Bibliográficas

- ALENCAR, E. F. Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras. In: FURTADO, L. G. et al. (org.). *Povos das águas: realidade e perspectiva na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.
- BRANDÃO, C. R. *Os caipiras de São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- HELLER, A. Sobre o preconceito. In: —. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- LOBATO, M. *Urupês*. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- MARTINS, J. S. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1973.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SILVEIRA, I. M. *Quatipuru: agricultores, pescadores e coletores em uma vila amazônica*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1979. (Publicações Avulsas, 34).

ARTIGOS/ARTICLES

EM DEFESA DO HOMEM: A IGREJA CONTRA A REPRESSÃO MILITAR.

Fábio LANZA*

RESUMO: Destaca-se no período do Regime Militar, na região metropolitana de São Paulo o posicionamento da Igreja Católica frente os métodos empregados pelos militares contra os opositores ao governo, enfatizando a defesa dos Direitos Humanos.

UNITERMOS: Igreja Católica, direitos humanos, repressão, regime militar.

Advertia um general, aliás contrário a toda tortura:
quem uma vez pratica a ação, se transtorna
diante do efeito da desmoralização infligida.

Quem repete a tortura quatro ou mais se bestializa.

Paulo Evaristo Ams, Brasil: Nunca mais, 1985.

A partir do Concílio Vaticano II (1962-1965), a Igreja Católica passou a assumir de maneira diferente seu posicionamento diante dos problemas da Humanidade, principalmente na América Latina, com o desenvolvimento de uma perspectiva progressista, se comparado com todo o restante da instituição no mundo, no contexto da Teologia da Libertação e da CEB's (Comunidades Eclesiais de Base), que difundiram-se principalmente após as Conferências Episcopais em Medellín (1968) e em Puebla (1979).

O trabalho desenvolvido pela Igreja passou a refletir uma defesa dos Direitos Humanos, ou em outros termos, defesa da "vida", da "dignidade da pessoa humana", "direitos sociais" e etc.

Não houve, "uma simples defesa partidária dos direitos próprios e dos direitos de seus fiéis, enquanto católicos [...], levando ao extremo a expressão de solidariedade da Igreja e do mundo, dos católicos como os não católicos" (Lepargneur, 1977, p.105).

Para este artigo ser realizável, devido a universalidade da

*Bacharel em Ciências Sociais. Mestrando em História. Orientador: Ivan Ap. Manoel. Apoio: CAPES.

instituição católica, far-se-á uma análise sobre o seu papel e a sua participação na defesa dos Direitos Humanos no Brasil principalmente na região metropolitana de São Paulo, durante o período correspondente à Ditadura Militar (1964-1985).

De qualquer maneira, entre todos os países da América Latina, o Brasil manifesta possuir atualmente o episcopado que, embora sem conseguir total unanimidade no detalhe, mais obviamente se empenha na defesa dos direitos sociais, das liberdades individuais, da justiça concreta. (Lepargneur, 1977, p. 118).

As "Marchas da Família com Deus pela Liberdade", com seu cunho anticomunista organizadas pela hierarquia da Igreja, que contribuíram com os militares quando deram o Golpe de Estado e assumiram o poder executivo do país em Abril de 1964, com a chamada "Revolução de 1964", expressavam a convicção da maior parte do clero com a ordem política que se estabelecia.

No entanto, é possível observar que, com o endurecimento das relações entre o Estado, defensor da "Segurança Nacional" e a oposição política, formada pelos estudantes, trabalhadores, intelectuais, artistas e etc., o conjunto da hierarquia católica, inclusive grande parte do episcopado, passou a posicionar-se contra a "nova ordem" do medo, das perseguições, das torturas que se estabeleciam enfaticamente a partir de 1967 e 1968, com a supressão dos direitos políticos, de liberdade de expressão e organização, destacando a promulgação do Ato Institucional n.º 5 e o fechamento do Congresso Nacional.

Para melhor entendermos e ratificarmos essa nova posição que a Igreja passou a assumir, lembremos por exemplo, que em "4 de dezembro de 1968, a CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), publicou uma nota em protesto às prisões arbitrárias de religiosos ocorridas em Belo Horizonte e Recife" (Morais, 1982, p. 60). Aquele documento era o primeiro dos vários que a hierarquia católica publicou contra a opressão e a violência, recursos militares utilizados pela ditadura.

Observa-se que estes documentos enfatizaram um aspecto "profético", em que

a Igreja hierárquica sente a dor humana e denuncia, quando ela é engendrada pela iniquidade. Mas a denúncia social, como a dor física, são sintomas e alarmes de vida. Só o cadáver não reclama da erosão que o corrompe. (CNBB, *apud* Morais, 1982, p.50).

Na realidade quando parte significativa do clero começou a explicitar as atrocidades ocorridas nos calabouços da ditadura militar, destacou-se aspectos que permitiram uma indignação contra as atitudes e os métodos utilizados pelos militares contra quaisquer opositores.

Dessa forma o Documento de Brasília (27.05.1970) da XI Assembléia Geral da CNBB; o Documento de Brodósqui (08.06.1972), intitulado "Testamento de Paz"; o texto "Marginalização de um Povo: o grito das Igrejas" (06.05.1973) do Sub Regional do Centro-Oeste; o texto "Eu ouvi os clamores de meu povo" (maio/1973), do Sub Regional do Nordeste II, entre outros, deixaram claro o descontentamento e a denúncia da maior parte da hierarquia da Igreja contra as práticas militares, para a manutenção do *status quo*.

Evidencia-se que a Igreja Católica renunciou e declarou um grande anseio por mudanças, realizando de uma maneira completa a sua "função profética".

No final da década de 60 e início da década de 70, as estruturas católicas começavam a experimentar uma nova orientação político social, especialmente naquele momento da história brasileira, pois procurou promover mudanças em sua linha social.

A instituição passou a estar mais próxima de classes menos privilegiadas de poder político, como trabalhadores, camponeses, estudantes, etc.; de uma forma diferente do que ocorrera até então, pois sempre esteve mais próxima do Estado do que de qualquer outro estrato social.

É destacável a participação da Igreja na Greve dos Metalúrgicos do ABC em 1980, em que Dom Cláudio Hummes, Bispo da Diocese de Santo André, expôs em uma carta aos Bispos do Brasil, seu apoio à este movimento grevista "porque suas reivindicações eram justas e seus métodos pacíficos" (*Apud* Morais, 1982, p.69).

O movimento sindical dos metalúrgicos no ABC, sofria intervenção federal em suas sedes e a prisão de suas lideranças, conseqüência da repressão promovida pelo Estado.

A Greve dos Metalúrgicos era parte de uma campanha salarial contra o baixo salário mínimo determinado de política econômica do governo, porque ele levaria a maioria da população a um forte empobrecimento. Segundo levantamentos da Diocese de Santo André, a

maioria dos metalúrgicos recebiam em média 3 salários mínimos, quantia insuficiente para a manutenção das suas famílias.

De acordo com a carta publicada por Dom Cláudio Hummes, o governo com a justificativa da

discutível ilegalidade da greve, partiu para uma repressão duríssima e sem trégua. Seus porta-vozes declaram à imprensa que o governo faria dessa greve uma greve exemplar, o que significa que a massacraria [...] Dentro dessa estratégia, tratava-se para a repressão de circunscrever a greve do ABC, isolando-a o mais possível, bem como isolar a Igreja do ABC que apoiava a greve [...]. No que tange à Igreja, tentou isolá-la no início declarando que não se tratava da Igreja do Brasil mas de uma ação isolada e ilegítima do bispo de Santo André. Tanto maior foi a irritação das áreas governamentais quando surgiu o apoio total e forte do Cardeal Arns, bem como da CNBB. (*Apud* Moraes, 1982, p.70).

Dessa forma, fica claro uma oposição da Igreja contra aspectos da ditadura militar conforme o que Dom Paulo Evaristo Arns, declarou em uma entrevista concedida no dia 17 de dezembro de 1998, no Largo São Francisco. Quando foi questionado se a Igreja tomou uma posição contrária ao regime militar em determinado momento, respondeu:

Não, a Igreja de São Paulo foi desde o primeiro dia contra as torturas, as prisões, e tudo que havia de arbitrariedade, nós não nos omitimos, por isso discutir qual era o melhor regime isso era com os leigos, mas os religiosos sempre disse, defenderam a integridade da pessoa humana, dos direitos humanos, chegamos a publicar um milhão e quinhentos mil exemplares, do, da, Declaração Universal dos Direitos Fundamentais do Homem.

É evidente que a Igreja posicionava contra a desumanidade do regime militar e inclusive passou a ser suporte para os movimentos contestatórios à ditadura. É nesse contexto que podemos entender a atuação de Dom Helder Câmara, em Recife e Olinda, ou a atuação de Dom Pedro Casaldáliga, em São Félix do Araguaia ou a histórica participação dos padres na Igreja de Nossa Senhora da Candelária no Rio de Janeiro em 04 de abril de 1968, quando encerravam a celebração solene da morte do estudante Édson Luís morto por militares no restaurante Calabouço. Naquela ocasião os padres fizeram um cordão humano à frente dos presentes para protegê-los da tropa de choque que aguardavam a saída das pessoas para dispersá-las violentamente com o assédio policial.

No entanto, é claro o caráter reformista desta instituição religiosa, pois todas mudanças apoiadas por ela giram em torno da sua ética cristã,

em que se pode questionar o valor irrisório do salário, mas não se questiona o modo de produção. Em que “no limite, uma reforma de todo o conjunto da sociedade, pretendendo instalar o “capitalismo reformado” ou sistema social cristão” (Manoel, 1983, p.55).

Dessa maneira a Igreja não propõe radicais mudanças e não questiona também o papel do Estado na sociedade, pois este, mesmo que sendo alvo das críticas católicas, é uma instituição que não deve deixar de existir, pois sua importância é em essência uma necessidade para a manutenção da ordem.

Assim, o que a hierarquia da igreja defendeu no período da ditadura militar foram os Direitos Humanos e não uma oposição política aos governos militares.

Mas independente dessas discussões e dos vários setores que compõe a Igreja Católica no Brasil, a defesa da vida nos mais variados aspectos é algo uníssono, sem uma homogeneidade nas formas de como isso ocorre.

Isto se observou nas linhas de frente, apoiando trabalhadores em movimentos grevistas, camponeses nas ocupações de áreas improdutivas, lutando por reforma agrária, ou em movimentos religiosos, promovendo orações e desenvolvendo uma espiritualidade, pedindo proteção aos marginalizados e excluídos.

É algo óbvio que os resultados e os processos desenvolvidos pela Igreja ou dentro dela, são diferentes, mas o objetivo final “defesa da vida” é constante e de uma forma inegável.

LANZA, Fábio. *Defending The Man: The Church Against The Militar Repression. Ensaios de História*, Franca, v.4, n.1/2, p.125-130, 1999.

ABSTRACT: The Catholic Church position in the São Paulo's metropolitan area in oposite to the methods which were ured by military against the government's oppositors enfasing the defense of human's rights during the militar regim.

KEYWORDS: Catholic church, human's rights, repression, militar regim.

Referências Bibliográficas

- ARNS, P. E. (pref.) *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MORAIS, J. F. R. *Os bispos e a política no Brasil: pensamento social da CNBB*. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1982.
- LEPARGNEUR, H. *A igreja e o reconhecimento dos direitos humanos na história*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1977.
- MANOEL, I. A. Ecos do passado: catolicismo e política. *Perspectiva*, São Paulo, n.6, p. 49-56, 1983.

A GUERRILHA DE CAPARAÓ: A SIERRA MAESTRA TUPINIQUIM

Marcelo BOTOSSO*

RESUMO: Inspirada na guerrilha cubana de *Sierra Maestra*, a tentativa de insurgência na Serra de Caparaó, em meados dos anos 60, foi mais uma das inúmeras reações armadas ao regime ditatorial brasileiro instaurado pelo golpe militar do dia 31 de março do ano de 64. Os militantes do MNR (Movimento Nacional Revolucionário), base desta operação, entendiam a violência revolucionária como única forma de libertação nacional.

UNITERMOS: guerrilha, Brizola, nacionalismo revolucionário, Caparaó, esquerda armada.

A Guerrilha do Caparaó foi a versão mineira da *Sierra Maestra*.

Carlos Drummond de Andrade

O exemplo da guerrilha de *Sierra Maestra* alimentava os sonhos dos que se posicionavam contra o regime imposto ao Brasil pelo golpe militar do dia 31 de março do ano de 1964. Os descontentes idealistas tentariam agir aqui como Fidel fizera na Ilha de Cuba, no final dos anos 50. A luta armada popular povoava a cabeça de grande parte dos militantes da esquerda brasileira, pois, ávidos por mudanças, a ordem era reagir.

Ligados à corrente política identificada com o nacionalismo revolucionário do ex-governador e ex-deputado Leonel de Moura Brizola, os insurretos criaram o Movimento Nacional Revolucionário, o MNR, que serviria de plataforma à insurgência armada.

Esta sigla, que esteve diretamente relacionada com a Guerrilha de Caparaó e cuja ação não passou de treinamentos militares no interior montanhoso de Minas Gerais, acabou sendo muito mais “uma articulação política embrionária do que uma estrutura orgânica efetivamente consolidada” (Arns, 1990, p.110).

*Mestrando em História. Orientador: Héctor Luis Saint-Pierre. Apoio: FAPESP.

Para esta operação uniram-se políticos, sendo a maioria do Partido Socialista Brasileiro (PSB), considerado reformista e moderado, e, principalmente, militares cassados pelo regime, que viam na guerra de guerrilhas a única forma de derrocar a ditadura instaurada. Para o professor João Roberto Martins Filho a inserção de um número considerável de ex-integrantes das Forças Armadas nas organizações guerrilheiras no Brasil ocorreu porque

centenas de ex-militares de baixa patente procuravam uma alternativa, pois não tinham emprego e inclusive tinham muitas dificuldades de se inserir pacificamente na sociedade ... [E, mais adiante, ele mesmo agrega:] Por exemplo os militantes da Guerrilha de Caparaó e militantes da VPR que surgiu no final de 68 sendo uma cisão da POLOP ... ela se entusiasmou muito com esse afluxo de ex-militares, eles sabiam sobre luta armada. (Entrevista com João Roberto Martins Filho).

Com efeito, como lembra a obra *Imagens da Revolução*:

Desde o início o MNR aglutinaria sobretudo soldados, marinheiros e graduados das forças armadas, cassados e perseguidos pela polícia do regime. (Reis Filho, 1995, p.357).

No livro *Combate nas Trevas*, Jacob Gorender confere que:

O MNR pareceu aos cubanos a organização em que deviam apostar ... Via Montevidéu, efetivou-se a vinculação com o MNR, fornecendo os cubanos diversas formas de apoio, inclusive a de treinamento, dentro da concepção foguista como não podia deixar de ser. O apoio ao MNR inseriu-se na estratégia da revolução continental, em que as lutas guerrilheiras de vários países da América do Sul teriam o pivô no destacamento combatente chefiado pelo próprio "Che" Guevara na Bolívia. (Gorender, 1990, p.124).

A Serra de Caparaó, que já havia sido sondada pela ORM-POLOP (Organização Revolucionária Marxista - Política Operária), agrupamento clandestino que pretendia agir naquela região, parecia o terreno ideal à implementação das atividades guerrilheiras. A Serra de Caparaó foi descrita pelo procurador militar Jacy Guimarães como:

Também chamada Serra da Chibata, uma das ramificações da Mantiqueira, é um maciço colossal, acidentado, de vales profundos e umbrosos, de grutas escarpadas, principalmente na parte referente ao Espírito Santo, com o horizonte a perder-se no sem-fim em uma verdadeira dizima periódica de montanhas. É farta de caça, de água sempre gelada, de abrigos naturais, perfeitos esconderijos contra a chuva, o vento, o frio e os animais. (Mocellin, 1989, p.17).

O local correspondia à uma área de aproximadamente 80 quilômetros quadrados, na linha limítrofe do Estado de Minas Gerais com

o Espírito Santo, tendo uma média aproximada de 1200 a 1300 metros de altitude. No mês de novembro em 1966, mesmo mês em que "Che" chegou à Bolívia, quatorze homens iniciaram oficialmente os treinamentos guerrilheiros. A sede da guerrilha era a "Casa da Pedra", situada nas imediações do Pico da Bandeira, a 2300 metros de altitude. O cenário

era poético e belo, ar puro, perfumado de alecrins, lírios do campo, samambaias, taquaris do mato, cravos silvestres e rosas rústicas, assim como o verde e a solidão dos vales e a imponência das cordilheiras. (Berardo, 1981, p.252).

O Comandante Nacional da guerra revolucionária pretendida pelo MNR, figurava-se, no Rio de Janeiro, na pessoa do professor Bayard Demaria Boiteaux, presidente da seção da antiga Guanabara e secretário-geral do PSB. O apoio logístico do MNR no Rio era feito por Amadeu de Almeida Rocha, bacharel em direito e também membro do PSB. Este dirigente fazia contatos nas universidades, tentando aliciar estudantes para o movimento; para ele a luta revolucionária não se restringia somente a um foco guerrilheiro, sendo necessário inserir o projeto no contexto político-social do país e formar núcleos de apoio nos centros urbanos (Berardo, 1981, p.253).

Os recursos financeiros à guerrilha eram provenientes de doações internas do país, executadas por empresários descontentes com o novo regime, e dinheiro enviado do estrangeiro, principalmente de Cuba. Admitiram também expropriações à alguns bancos. Leonel Brizola, um dos primeiros a ingressar no MNR, encontrava-se exilado no Uruguai, onde reuniu-se com os dirigentes do movimento e enviou certa quantidade de dinheiro para a implantação do foco guerrilheiro. Estes recursos foram utilizados na compra de armas e víveres, que foram enterrados em sacos plásticos nos pontos considerados estratégicos da serra.

A quantidade de armas e alimentos, na sua grande maioria enlatados, seria o suficiente para uma operação de no mínimo seis meses. A primeira frente guerrilheira, comandada pelo ex-sargento do Exército Amadeu Felipe da Luz Ferreira, treinou tranquilamente durante 150 dias com certa cautela para não ser descoberta pelas aeronaves que sobrevoavam aquela localidade. Em depoimento, o dirigente Amadeu Almeida Rocha relata que em todo o período de campanha não ocorreu nenhuma deserção, pois a solidão, as saudades, o dia-a-dia na serra não

divergia da vida militar de uma tropa regular em treinamento. Vigorando, desta forma, a mais rígida disciplina, comum à maioria dos rebeldes, ex-membros das Forças Armadas (Rebello, 1980, p.64).

Neste ínterim, pela ausência de incidentes, o comando nacional criaria outra frente que agiria de forma mais incisiva na Serra dos Órgãos, no Espírito Santo. Com a deflagração da guerra revolucionária, os rebeldes tomariam uma cidade qualquer das imediações da serra e transmitiriam por uma emissora de rádio exortações à luta armada popular para todo o território nacional, enquanto em São Paulo e no Rio fariam sabotagens para retardar o deslocamento de tropas militares à região.

Bloqueariam os caminhos de acesso à serra e fugiriam para o norte de Minas, cujo pauperismo da região ofereceria melhores condições para a aceitação da ação dos rebeldes insurretos. Durante a marcha para o norte, além de tentarem conquistar a população local, os guerrilheiros comunistas aplicariam os ensinamentos de Mao Tsé-Tung: "Retraia quando o inimigo avança; inquiete-o enquanto descansa; ataque-o quando for fraco; persiga-o quando se retrai." Procurariam desta forma criar nas forças regulares uma insegurança permanente, aumentando gradualmente o desgaste físico e moral dos destacamentos, patrulhas e pelotões enviados para o combate. Neste processo procurariam também sabotar e controlar a estrada Rio-Bahia, principal via de ligação com o norte do país.

Na estruturação do movimento estudou-se também, a distribuição de pontos de apoio por entre a região, o primeiro contato a ser feito com o habitante local. Assim, comprou-se um armazém em Guaçuí, que atendia também ao povo. Outros ao longo da Rio-Bahia, além de um posto de gasolina, chegaram a ser sondados. (Rebello, 1980, p.69).

Não bastando, o agrupamento lançou um jornal no Rio chamado O Levante, um dos primeiros jornais clandestinos de luta armada no país, tendo como editorialista o escritor Otto Maria Carpeaux. O jornal ficou só no primeiro número, pois a guerrilha "caiu" melancolicamente no final de março e início de abril de 1967, antes mesmo do primeiro confronto bélico com as Forças Armadas. Descobertas as atividades do MNR, os órgãos repressivos se prontificaram. "As marchas militares, que duraram treze dias, contavam com seis mil homens e dezenas de aviões e helicópteros da FAB" (Berardo, 1981, p.253). Não houve tempo para a resistência:

Cinco integrantes do grupo se retiraram e os restantes desceram a serra

e foram presos, no dia 3 de abril de 1967. Quatro dias depois, um reforço de cinco elementos chefiados por Amadeu Rocha, que saiu do Rio e pretendia se juntar ao destacamento de Caparaó, também se viu cercado e aprisionado na região. O foco se extinguiu sem ter dado um único tiro." (Gorender, 1990, p.125).

Dezessete integrantes foram presos, sendo o capitão Juarez Alberto de Sousa Moreira o único baleado durante a prisão e Milton Soares de Castro assassinado durante interrogatório inquisitorial em Juiz de Fora (Arns, 1990, p.110). Em início de agosto, outro núcleo do MNR, que conspirava em Uberlândia, foi desbaratado pela repressão devido a delação de um agente policial infiltrado cujo nome de guerra era Dr. Falcão.

As penas variaram de 2 a 10 anos de prisão. Brizola, mesmo estando exilado, foi quem recebeu a maior pena, sendo condenado a 11 anos de cárcere. A pena do professor Bayard, Comandante do MNR, de 10 anos de reclusão e mais 2 de medida de segurança, foi comutada para 3 anos. Deixando o Brasil, asilou-se na Argélia e em Portugal. Quando voltou ao país, em 1979, tentou reorganizar o PSB e, sem sucesso, ingressou no PDT (Partido Democrático Trabalhista). Entendendo que o PDT atuava com objetivos ideológicos semelhantes ao PT (Partido dos Trabalhadores), Bayard defendia a união destes dois (Berardo, 1981, p.254).

A partir da desarticulação em Caparaó, os remanescentes do MNR que se encontravam no país integraram-se a outras organizações armadas, como a ORM-POLOP, que constituiria a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), ou formaram organizações próprias, como a REDE (Resistência Democrática) ou o MAR (Movimento de Ação Armada) (Reis Filho, 1995, p.358).

O líder rural Mário Bugliani, membro das Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN), esquerda armada dissidente do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que operou na região de Ribeirão Preto, é mencionado como elemento de ligação com o movimento de Caparaó, tentando aliciar o pescador João Osório Moreira, morador do município de Pontal, para a operação na serra mineira (Processo 198/69, v.1, f.13). Porém, não há constância de que algum membro desta organização guerrilheira tivesse realmente participação efetiva nas atividades de Caparaó. Em entrevista, Áurea Moretti, integrante das FALN, esclarece que:

O Mário foi um destacado companheiro do campo, homem de grande dedicação, sempre agiu aqui em Ribeirão mas nunca em outra região. (Entrevista com Áurea Moretti).

No segundo semestre de 1969, alguns militantes soltos envolvidos com a Guerrilha de Caparaó fizeram uma nova articulação, recebendo a denominação de Movimento Independência ou Morte (MIM) que, posteriormente, denominaria-se Resistência Armada Nacional (RAN). Entre eles estava o dirigente Amadeu Rocha que, em 1975, pedindo o relaxamento de sua prisão preventiva, foi descrito pelo ministro Alcides Carneiro como:

Elemento de prol, o recorrente é militante incorrigível da área da subversão. Pelas suas próprias declarações, deduz-se que ele está sempre disposto a prosseguir nos seus objetivos criminosos, contra a ordem e o regime. (Rebello, 1980, p.46).

Em 1973, quando daria início às ações armadas, este grupo é detectado e desmantelado no Estado de Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Nas prisões do RAN morreu sob torturas o ex-sargento, veterano da FEB (Força Expedicionária Brasileira), José Mendes de Sá Roriz (Arns, 1990, p.111).

Outros integrantes destas organizações guerrilheiras, inicialmente identificadas com o pensamento brizolista, cujos quadros de militância provinham fundamentalmente das Forças Armadas, foram desterrados como relatou Victor Scotti, que cedeu asilo a refugiados ativistas da "organização dos marinheiros" em sua residência na Itália (Entrevista com Victor Scotti).

Ao contrário de Cuba, onde a guerrilha encontrou o terreno preparado pelo movimento nacional, a esquerda revolucionária no Brasil, com a opção pela luta armada imediata, enterrou-se no isolacionismo sem encontrar repercussão favorável nas massas, logo sendo aniquilada pela repressão. Assim como todos os grupos que se rebelaram contra a ditadura, muitos dos remanescentes do MNR foram vítimas de várias atrocidades cometidas pelo regime. Exílios, mortes e torturas foram uma constante entre aqueles que lutavam pela tão sonhada Revolução Brasileira.

Caparaó silenciou-se.

BOTOSSO, Marcelo. The Caparaó's Guerrilla: The Sierra Maestra tupiniquim. *Ensaio de História*, Franca, v.4, n.1/2, p.131-137, 1999.

ABSTRACT: Inspired on the Cuban guerrilla of Sierra Maestra, the trial of insurgence at Serra de Caparaó in the middle of 60's, it was one of the numberless armed reaction to the brazilian dictatorial regimen, established on 31st March 1964. The MNR's (National Revolutionary Movement) militants, basis of this operation, understand the revolutionary violence as the only way to the national freedom.

KEYWORDS: Guerrilla, Brizola, revolutionary nationalism, Caparaó, the oppsotion armed.

Fontes

Processo 198/69 referente às atividades das FALN (Forças Armadas de Libertação Nacional).

Entrevista realizada em 19/05/98 com Prof. Dr. João Roberto Martins Filho da Universidade Federal de São Carlos (UfsCar)

Entrevista realizada em 02/06/98 com a enfermeira Áurea Moretti ativista das Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN)

Entrevista realizada em 07/10/97 com Prof. Dr. Victor Scotti, da *Università di Trieste* e pesquisador do Instituto do *Risorgimento* Italiano de Milão, Itália.

Referências Bibliográficas

ARNS, P. E. (pref.). *Brasil: nunca mais*. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

BERARDO, J. B. *Guerrilhas e guerrilheiros no drama da América Latina*. São Paulo: Populares, 1981.

GORENDER, J. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira, das ilusões perdidas a luta armada*. 4.ed. São Paulo: Ática, 1990.

MOCELLIN, R. *As reações armadas ao regime de 64, guerrilha ou terror?* 2.ed. São Paulo: Brasil, 1989. (Lutas do Nosso Povo).

REBELLO, G. *A guerrilha de Caparaó*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

REIS FILHO, D. A., SÁ, J. F. (org.). *Imagens da revolução*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1995.

**"COMPLEXO CAFEIRO" E VISÃO EMPRESARIAL:
A INSTALAÇÃO DA COMPANHIA FRIGORÍFICA E PASTORIL EM
BARRETOS**

Humberto PERINELLI NETO*

RESUMO: No princípio do século XX, a pecuária surgia como atividade econômica de grande importância no Estado de São Paulo. Durante este período, Barretos conquistava destaque como pólo central deste setor econômico, haja vista abrigar tanto uma intensa recria do gado que era conduzido do sertão para o abastecimento da população vivente no litoral brasileiro, quanto a primeira indústria de refrigeração da carne do país. Com relação ao último item, verifica-se que a instalação da Companhia Frigorífica Pastoril em Barretos, no correr do ano de 1913, representava tanto o avanço da economia capitalista rumo às regiões que compunham a hinterlândia brasileira, quanto a dinamização dos centros urbanos localizados na área cafeeira, além de possibilitar a esta cidade ser reconhecida como a capital do gado.

UNITERMOS: Barretos, "complexo cafeeiro", Companhia Frigorífica e Pastoril, Conselheiro Antônio Prado, pecuária.

É sabido que o estado de São Paulo era, no princípio do século XX, marcado pela existência em seu território de grandes propriedades cafeeiras, cuja soma perfazia um verdadeiro "oceano de café". No entanto, repara-se que a pecuária também possuía neste espaço seu lugar, haja vista o fato de os próprios cafeicultores dedicarem-lhe atenção e capitais. No terço final do século XIX, e, principalmente, durante os primeiros anos do século XX, dedicavam-se os fazendeiros do café de São Paulo e de outros Estados como Rio de Janeiro e Minas Gerais, entre outras coisas, a viajarem para a Europa a fim de adquirirem nas feiras de cidades suíças como Berna, Brienz e Huterville, bovinos de raças que pudessem proporcionar a melhoria do rebanho nacional (Carvalho, 1998, p.183). Numa importante revista dedicada ao segmento dos proprietários rurais de fins do século XIX, um artigo reconhecia o potencial da pecuária e defendia a expansão de suas atividades em São Paulo, frente à

* Graduando em História. Orientadora: Dulce Maria Pamplona Guimarães. Apoio: FAPESP.

possibilidade de esta gerar grandes lucros aos seus praticantes, tal como acontecia nos países do Prata naquele instante:

Tal o seu atrazo e decadência (a pecuária) que permitem aos nossos vizinhos do Rio da Prata, aliás não mais favorecidos pela Natureza do que nós mesmos, o concorrerem com vantagem aos mais importantes mercados do Paiz, ao da Capital Federal e aos deste Estado, com seu gado, seus cavallos e seus carneiros! (*Revista Agrícola*, 1909)

Além disso, nota-se que o próprio governo de São Paulo, intrinsecamente envolvido com os interesses e aspirações dos fazendeiros do café, mostrava-se interessado com a pecuária ao proporcionar, a partir da década de 1900, condições que viessem a representar estímulos a esta atividade econômica. Compreende-se assim a sua atuação quando da fundação do Posto Zootécnico Central de São Paulo, instalado no bairro paulistano da Mooca, em 1904, e, neste mesmo período, seu empenho na organização da I Exposição de Animais ocorrida no Parque da Água Branca, na cidade de São Paulo (1907), e na decretação e implantação do Departamento de Indústria Animal, órgão responsável por administrar os assuntos concernentes à pecuária e seu desenvolvimento no Estado (Carvalho, 1998, p.195-6).

Tais iniciativas, primeiros investimentos do governo paulista junto ao incentivo da pecuária, já prenunciavam a importância que mereceria esta atividade no quadro econômico do Estado. Basta conferir, por exemplo, que o Posto Zootécnico Central de São Paulo criado neste instante ocuparia, durante o período de 1905 até 1922, a posição de mais importante posto de monta (responsável pelo cruzamento dos bovinos) do país, haja vista ser responsável pelos cruzamentos do gado criado e recriado em São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Tamanho seria o destaque alcançado pelo Posto Zootécnico Central de São Paulo, que seria o mesmo transformado, numa data posterior a 1922, no Instituto de Zootecnia da Secretaria da Agricultura de São Paulo (Carvalho, 1998, p.187-8), vindo até a merecer atenção, ainda em 1909, das câmeras de filmagens do Paris-Theatre, do qual originaram-se comentários de jornais como *O Estado de S. Paulo*, tais como este que evidenciava a soma dos interesses públicos e privados acerca da pecuária e seu desenvolvimento:

(...) a fita do Posto Zootécnico de São Paulo, na qual se vê a apresentação do lindo gado nacional, produto alcançado pelo esforço do governo e criadores paulistas. O Paris-Theatre, tendo operador de fitas, aceita

encomendas. (22/02/1909).

(O filme) "que tanto honra São Paulo" (27/02/1909). (Bernardet, 1979)

O poder público paulista também realizava a promoção de intercâmbios técnicos com universidades e institutos europeus dedicados às pesquisas veterinárias e zootécnicas, pelos quais vinham para o Estado pesquisadores formados em Escolas como Gembloux, Grignon e Aufort (a principal escola veterinária da França e do mundo naquele instante). Assim, perseguia-se o objetivo de promover a formação de toda uma geração de técnicos brasileiros nos recém criados cursos de veterinária e nas disciplinas de zootecnia ministrada aos alunos de faculdades de agronomia, como a Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" de Piracicaba (1901) e o Instituto Agrônomo de Campinas (1887) (Carvalho, 1998, p.195). A iniciativa tomada por parte de um grupo da elite político-econômica aberto às inovações despertadas pela modernidade, demonstrava a adoção de um discurso científico na condução dos rumos da agropecuária desenvolvida em São Paulo (Mendonça, 1990, p.231).

Ainda neste período, somava-se como incentivo à pecuária o fato de o governo de São Paulo dedicar-se à importação de animais de raças européias selecionadas (Frísio, Normando e Jersey), por meio de um colegiado formado por técnicos e criadores tradicionais. Sob os auspícios da orientação técnica do Posto Zootécnico Central de São Paulo e conforme a vontade de políticos atuantes da estirpe do então secretário da agricultura de São Paulo Carlos Botelho, médico e agrônomo formado nos EUA, iniciava-se a partir de 1904 uma trajetória marcada por erros e acertos quando do momento da seleção e compra de bovinos na Europa, com o intuito de aclimatá-los às pastagens brasileiras e assim contar com suas qualidades genéticas para melhoria do plantel nacional. Em outubro de 1907, por exemplo, vivendo sob os efeitos de um rigoroso inverno que já se fazia anunciar na pequena Suíça, um membro da equipe técnica do Posto Central de São Paulo, Dr. Raquet, informava a seu superior Dr. Carlos Botelho:

A melhor época para a aquisição de gado na suíça coincide com a ocasião em que ele desce dos montes para ser recolhido aos estábulos, isto é, em fins de Setembro e principios de Outubro. É também essa a época das grandes feiras de gado e das exposições de gado, razão pela qual se encontram geralmente muito bons animais. (...) (Carvalho, 1998, p.197)

E, como se não bastasse, vislumbrando a oportunidade de

consolidar no âmbito estadual a pecuária, decidiu ainda o governo paulista promover a instalação de postos zootécnicos e postos de monta por vários municípios do Estado. (Santiago, 1973, p.35) Com isto, visava-se a alcançar duas metas distintas e ao mesmo tempo complementares: 1) com os postos zootécnicos pretendia-se estimular estudos das condições necessárias para a melhoria e ampliação da pecuária por São Paulo (pastagens, reprodução, vacinas, etc.), enquanto que, 2) com os postos de monta disponibilizava-se bovinos reprodutores selecionados que, em cruzamento com as fêmeas pertencentes aos plantéis dos criadores de gado, seriam capazes de melhorar a qualidade do rebanho existente no Estado. Em 1909, a Revista Agrícola frisava em suas páginas a importância deste empreendimento, ao passo que saudava a implantação de postos de monta nas cidades de Batatais, Barretos, São Carlos, Itapetininga, São Manuel e Guaratinguetá (*Revista Agrícola*, 07/08/1909).

Não obstante, diante do quadro apresentado fica demonstrado que, no princípio do século XX, as atividades da pecuária desfrutavam de interesse por parte dos cafeicultores e, por conseguinte, do governo de São Paulo, legítimo defensor de seus projetos. Fica também apontado que os interesses dos fazendeiros do café e do governo paulista pela pecuária no início do século XX, encontravam-se perpassados pelas ações de uma parcela da elite político-econômica que, reunida numa "espécie de movimento ruralista", lutava pela implantação de uma política governamental que promovesse a modernização do campo no Brasil. Entende-se assim, o motivo da adoção de todo o conjunto de atitudes tomadas pelo poder público de São Paulo para incentivar a pecuária como o fez, recordando que entre as diretrizes defendidas por este movimento destacavam-se: a diversificação produtiva; o associativismo; a criação de uma instância no aparelho de Estado, que pudesse canalizar eficazmente suas petições e inquietudes; e a difusão de ensino técnico e a mecanização, entre outros. (Mendonça, 1990, p.123)

É certo que na prática somente após os efeitos da crise do café em 1929, somados a outros fatores, é que seria a pecuária disseminada pelo Estado de São Paulo, ampliando-se as extensões cobertas por pastagens e a quantidade de gado reengordado nas invernadas. Durante o período de 1930/36, é que as pastagens responsáveis por 19% da superfície total

de terras cultivadas em São Paulo e o rebanho bovino contabilizado em 2.092.961 cabeças, passaram a registrar entre 1937/39, 31% das terras cultivadas e um acréscimo de 1.391.653 animais, respectivamente. (Monbeing, 1985, p.302). Ao decorrer da década de 30, tamanha era a importância que adquiria a pecuária no conjunto da economia paulista que Paulo de Lima Corrêa, membro diretor da Seção Zootécnica do Departamento de Indústria Animal, órgão da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, destacou que :

Não obstante, ocupa a exploração animal, um lugar de destaque no conjunto da produção rural paulista. E, dia a dia mais se avultará essa colaboração, eficaz na formação de nossa riqueza (...) em todos os recantos do Estado, a atividade surpreendente do lavrador distende o relvado verde e nutriente do gordura ou do jaraguá, do graminha ou do sempre verde, do cloris ou do elefante. (Corrêa, 1933, p.1095)

No entanto, como objetivamos demonstrar neste artigo, desde suas primeiras linhas, para efetivação da pecuária no Estado de São Paulo após a crise de 29 contribuíram de maneira decisiva as ações e projetos de desenvolvimento desta atividade organizados e efetivados, destacadamente, nos primeiros anos do século XX, pelo governo paulista e pelos fazendeiros do café em suas investidas econômicas e empresariais. Como exemplo prático desta simbiose entre as esferas pública e privada no tratamento da pecuária paulista, observa-se o fato de, em 1907, Jorge Francisco Tibiriçá - governador paulista em exercício no período - em sociedade com Arthur Diederischen - ilustre representante deste grupo político-econômico - empreender a abertura de uma estrada que ligava o sul de Mato Grosso e o sudoeste de São Paulo, com o intuito de organizar um comércio regular e controlado de gado entre estes Estados (Abreu, 1976). Visavam com isto possibilitar a formação da empresa Viação São Paulo - Mato Grosso S.A. que, operando no Rio Paraná com barcos adaptados para a travessia de gado e com postos de suprimentos ao longo de todo seu percurso, realizaria, principalmente, o abastecimento das demandas por carne existentes na capital paulista neste instante. (Abreu, 1976)

Desta maneira, é possível perceber a participação dos fazendeiros do café nos rumos da pecuária em São Paulo. Tal participação viria a ser ampliada quando, com o alargamento do cultivo do café pelo interior de São Paulo, seguido pelo avanço das franjas pioneiras rumo às divisas do

Estado, surgiu a necessidade de providenciarem-se meios de transporte responsáveis por proporcionar o escoamento da produção obtida nas novas lavouras que se formavam. Entenda-se que a ampliação desta malha ferroviária, além de beneficiar o próprio café, propiciava a fundação de novos municípios, agilizava a distribuição de bens agrícolas e industriais, possibilitava a integração do mercado interno e *permitia outros investimentos em atividades econômicas de todo conjunto produtivo estadual*. (Saes, 1981) Neste quadro, percebe-se que atingindo as diversas extremidades do território que compunham São Paulo, alcançariam as companhias ferroviárias regiões que, situadas próximas ou junto a rios extensos como o Grande e o Paraná, isto é, vizinhas aos Estados de Minas Gerais e Mato Grosso, possuíam na *pecuária*, fonte de grandes lucros, sua principal atividade econômica:

Sabe Vossa Excelência que a região fronteira do Estado, especialmente a parte em que correm as divisas traçadas pelo Rio Grande, onde acampam os extensos municípios de Barretos e São José do Rio Preto, presta-se admiravelmente, pela abundância de aguadas e excelente qualidade das pastagens, não somente à criação como a constituir a natural invemada de todo o gado do sul de Mato Grosso e de parte de Goyaz, grande porção do qual entra hoje em São Paulo por outros caminhos, com extraordinário desenvolvimento de percurso.

O prolongamento da estrada de ferro desta Companhia até à cidade de S. João de Bebedouro, isto é até às portas daquele importante centro pastoril, e, por outro lado, as diligências de outra ordem que ora se envidam para encaminhar para ali a corrente de exportação do gado de Mato Grosso, permitem esperar o desenvolvimento de um novo e importante ramo industrial em S. Paulo, ao mesmo tempo que se converterá um ponto do seu território sertanejo em magnífico entreposto mercantil, em que virá-se abastecer de gêneros de importação todo o commercio de Mato Grosso, de grande parte de Goyaz e da extrema occidental de Minas. (*Relatório n.54, da directoria da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais para a Sessão de Assembléia Geral, em 30 de junho de 1903. São Paulo: Typographia e Papelaria de Vanorden & Cia, 1903, p. 14/5*)

Nota-se que a relação existente entre o prolongamento das ferrovias rumo as divisas de São Paulo e o desenvolvimento da *pecuária* já havia sido afirmado sublinearmente em 1900, num discurso em que o Conselheiro Rodrigues Alves firmava seus compromissos de presidente eleito do Estado de São Paulo para o período de 1900/1904. Nesta ocasião, o referido político destacava o papel representado pelas ferrovias na economia paulista, tanto no que diz respeito à possibilidade de

permitirem o transporte do café, quanto ao fato de se configurarem como *vias alternativas de escoamento da produção dos Estados vizinhos*, devendo-se compreender por produção dos Estados vizinhos, segundo nossa ótica, entre outros itens a *pecuária*:

Há quanto aos transportes, um vasto plano que não interessa menos ao Estado do que a União e deve ser objeto das mais sérias preocupações dos poderes públicos – é a grande ligação por via férrea do nosso Estado com os do sul por um lado, com os, do Mato Grosso e Goiás, por outro, constituindo-nos o centro da convergência da produção desses grandes territórios. (Matos, 1976, p.91)

Depreende-se que, como bem destaca Pierre Monbeing, nos primeiros anos do século XX os avanços das ferrovias por São Paulo não representavam mais a exclusiva marcha do café, mas a flexibilidade e inteligência dos grandes plantadores deste produto que perceberam em sua extensão a possibilidade de novas oportunidades de investimentos. (Monbeing, 1984, p.113) Em outras palavras, aproveitando-se das condições econômicas existentes, como disponibilidade de capitais para novos investimentos, as novas necessidades do mercado consumidor que surgiam com o advento das cidades e da urbanização, além da abundância de terras virgens, resolveram os barões do café desenvolver no interior paulista diversas outras atividades econômicas, mesmo aquelas ligadas à *pecuária*, daí a necessidade de prolongar os trilhos já existentes das ferrovias e vencer as grandes distâncias entre sertão e litoral. Para olhos e instintos habilmente treinados na Europa capitalista de fins do século XIX, a extensão das ferrovias em direção aos confins da *terra brasilis* significava grandes oportunidades de negócios:

Quando se considera que todo esse gado pode ser conduzido dos próprios campos em que é criado aos mercados de S. Paulo e do Rio em dois ou três dias, chegando ao seu destino nas melhores condições desejáveis para ser abatido, isto é, são, gordo e descansado, fácil é reconhecer quanto temos sido imprevidentes e desleixados na solução de uma das mais vitais questões de interesse nacional.

Julgamos não carecer dizer mais para justificar que é tempo de fazer alguma cousa positiva, de adiantar ao menos um passo decisivo na obra de aproximação do Estado de Mato Grosso, tanto mais quando é certo que, havendo as linhas férreas paulistas, nos últimos tempos, avançado consideravelmente para aquele lado, o grande problema de alguma sorte tem a sua solução simplificada, ao mesmo tempo que mais evidente se há tornado que é directamente pelo Estado de S. Paulo que se deverá estabelecer a comunicação de Mato Grosso com o litoral. (*Relatório n.55, da directoria da*

Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais para a Sessão de Assembléia Geral, em 30 de junho de 1904. São Paulo: Typographia e Papelaria de Vanorden & Cia, 1904, p. 23/4)

Com isto, embora não dispusesse de uma produção cafeeira destacada, mas pelo fato de estar ligada às zonas criatórias de gado dos Estados de Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás, *Barretos*, já naquele período caracterizado pela pecuária, foi merecedor de atenção por parte dos fazendeiros paulistas do café, proprietários de verdadeiras fortunas às quais somavam-se as próprias companhias ferroviárias. Como consequência de um processo desenvolvido, principalmente, no correr do último quartel do século XIX, já nos primeiros anos de 1900 *Barretos* figurava como o maior entreposto de gado bovino localizado em terras paulistas, superando localidades anteriormente envolvidas com este comércio, como era o caso de Franca, e firmando uma forte e intensa comunicação com os Estados criadores e re-criadores de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais. No alvorecer do século XX, até aproximadamente a década de 1920, com exceção de algumas áreas situadas em altos espigões não havia a lavoura de café encontrado em *Barretos* condições favoráveis para prosperar, sendo seu avanço barrado por fatores fisiográficos, geográficos, além de aspectos relacionados ao processo de ocupação e povoamento de suas terras.

Desse modo, diante da destacada presença da pecuária e de acordo com os interesses que esta atividade econômica despertava nos fazendeiros do café durante os primórdios do século XX, *Barretos* seria alcançada pelos trilhos da *Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais*, em 1909. Com esta ação, delineava-se a conclusão de um projeto capaz de aproveitar o potencial econômico característico de *Barretos* iniciado em 1903, quando a mesma Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais havia: 1) instalado no antigo porto João Gonçalves, localizado no Rio Grande, um vapor destinado a realizar serviços regulares de travessia e transporte de pessoas e de boiadas entre São Paulo e Minas Gerais; e 2) manifestado o interesse de realizar reparos e a conservação da estrada que ligava Jaboticabal ao Porto Taboado, com o intuito de fazer com que o gado provindo de Mato Grosso pudesse chegar a *Barretos* com mais facilidade e economia, iniciativa realmente empreendida por volta de 1914 e 1915. (*Relatório n.54, da directoria da Companhia Paulista de Vias*

Férreas e Fluviais para a Sessão de Assembléia Geral, em 30 de junho de 1903. São Paulo: Typographia e Papelaria de Vanorden & Cia, 1903)

Dentre os diretores da Companhia de Vias Férreas e Fluviais, constava como seu presidente o Conselheiro Antônio de Almeida Prado, membro de uma tradicional família de São Paulo, proprietário de fazendas que havia pessoalmente aberto no Oeste Paulista entre 1886 e 1899 e, portanto, dono de *capitais suficientes* para viabilizar empreendimentos ligados a *diversos setores econômicos*, como as indústrias (Darrel, 1977). Desfrutava ainda o Conselheiro Prado de uma *rica carreira política* (incluindo a ocupação de cargos como o de senador e ministro do Império, ministro da Imigração e prefeito da cidade de São Paulo, entre outros) capaz de garantir-lhe respeito social e, conseqüentemente, favores e/ou facilidades econômicas nas suas diversas investidas financeiras. Enfim, reunia Antônio Prado todas as condições apontadas por Warren Dean quando se refere ao “fazendeiro-empresário”, uma das figuras responsáveis pela implantação da industrialização no Estado de São Paulo, pois segundo este autor:

A mudança dos meios de produção não requer, necessariamente, mudança na composição da elite que controla e desfruta as novas fontes de riqueza (...). Os principais determinantes tem sido histórico-econômico: (1) as vantagens de êxitos anteriores, como a acumulação de capital, e a posse do poder político; (2) os estímulos econômicos objetivos, que incluem lucros potencialmente elevados e o desafio das tarefas envolvidas, de tecnologia e organização; e (3) os fatores que desacorçoam a competição de outros grupos. (Dean, 1971, p.56)

O envolvimento de Antônio Prado com *Barretos* e, por conseguinte, o seu interesse pela pecuária, não configurava naquele instante nenhuma novidade. Num momento anterior à chegada dos trilhos da *Paulista* a *Barretos* já havia o Conselheiro se envolvido com esta atividade econômica, a ponto de ter fundado em São Paulo, durante o ano de 1905, o curtume Água Branca (Darrel, 1977 p.257-9), e de se destacar como um notório criador de gado, tanto das raças nacionais, quanto de raças européias. Com isto, todo o comércio de gado já existente em *Barretos* em fins do século XIX, devidamente aproveitado, representava uma oportunidade única para um investidor que conhecia as potencialidades de uma atividade econômica como a pecuária. Dai talvez se explique a forma promissora pela qual Antônio Prado se dirigiu a *Barretos* neste

instante, quando denominou-a por Chicago brasileira, remetendo assim à imagem-símbolo da cidade norte-americana em que as possibilidades abertas ao capitalismo se faziam atuantes durante o princípio do século XX, inclusive às grandes empresas frigoríficas que ali estabeleceram suas sedes. Sendo assim, a chegada dos trilhos da Paulista a Barretos constituía-se num fato prontamente digno de provocar entusiasmos aos homens que, como o Conselheiro Prado, dirigiam os rumos deste projeto e visualizavam neste acontecimento novos horizontes que se abriam:

Com a abertura da estação de Barretos, à distancia apenas de cerca de seis léguas do território do Estado de Minas, e com o funcionamento dum serviço regular para o transporte de animaes e mercadorias através do Rio Grande, como há poucos annos foi estabelecido, por iniciativa e com o auxilio da Companhia Paulista, no porto Antonio Prado, forçosamente a cidade de Barretos se vae construir o entreposto commercial não só de toda a zona do Triangulo Mineiro que se estende a oeste de Uberaba, como do sul de Goyaz e grande parte de Matto-Grosso.

De outro lado, sendo o municipio de Barretos formado em sua maior parte, por extensa região revestida de todas as qualidades especiaes para um vasto centro de exploração da industria pecuária em seus variados ramos, é fora de duvida que a chegada da estrada de ferro aos magnificos campos do remoto municipio vem abrir caminho à incorporação duma nova e importante forca economica ao activo industrial do Estado de S. Paulo.

Todos os elementos naturaes, com effeito, conjuram, e da melhor fôrma, para transformar aquella interessante localidade, até há pouco perdida em meio de vasta região sertaneja, no mais importante mercado nacional de gado. Basta dizer que, por sua situação geographica, pelas condições agro-pecuarias que constituem a grande riqueza natural do seu território, e pela ligação directa e rápida em que se vae achar com os maiores mercados de consumo do paiz, é para Barretos que deve convergir, de preferencia a qualquer outro ponto, toda a producção bovina do Triangulo Mineiro, do Sul de Goyaz e de immensa porção do Estado de Matto-Grosso.

Nestas circunstancias, é de prever que a atenção dos públicos poderes se não deixe de voltar, em tão accentuada oportunidade, para aquelle importante ponto do teritório de S. Paulo, procurando secundar e dirigir o movimento dos ramos de industria e comercio que alli terão sua sede. (Relatório n.60, da directoria da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais para a Sessão de Assembléia Geral, em 30 de junho de 1909. São Paulo: Typographia e Papelaria de Vanorden & Cia, 1909, p. 21)

Não obstante, logo após haver chegado com seus trilhos a Barretos resolveu a Companhia Paulista encaminhar à prefeitura local, na própria pessoa do Conselheiro Antônio Prado, um pedido de concessão para a

construção de um grande matadouro frigorífico no município. Conforme a lei municipal de número 42, assinada em 16 de outubro do mesmo ano de 1909, a Câmara concedia a Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais, ou à empresa por ela organizada, o privilégio de estabelecer o requisitado frigorífico. Anos mais tarde, ao analisar a chegada da ferrovia e o já prontificado pedido de concessão do frigorífico, não escaparia a um memorialista e ex-prefeito de Barretos o reconhecimento do espírito *empreendedor* ao qual era dotado o Conselheiro Antônio Prado:

Quando a Companhia Paulista discutia o prolongamento dos seus trilhos de Bebedouro a Barretos, apareceram vozes discordantes alegando que o novo ramal nada teria que transportar. Pelo que se vai ver, já o Conselheiro Prado havia *vislumbrado* o potencial econômico de Barretos nos dominios da pecuária. (...)

Ele, antes de qualquer outro, pressentira aqui uma grande riqueza adormecida que, aliás, não se fazia adivinhar através das pastagens de gordura e jaraguá (...) e talvez que sabe, o seu *sentido de economista* já lhe tivesse avisado que essa região se tornaria a segunda, em todo o mundo, no fornecimento de carnes e derivados. (*Museu Histórico Municipal de Barretos "Ruy Meneses"*. Jerônimo Serafim Barcelos. Pastas de Personalidades Importantes de Barretos, grifos meus).

Porém, no tocante a instalação do frigorífico em Barretos, cabe associar à "visão empresarial" do qual era dotado o Conselheiro Antônio Prado, as ações da elite política de Barretos que aspirava com a efetivação deste projeto dividendos capazes de acionar a tão pretendida modernização, ou como afirmavam, o *desenvolvimento* e o *progresso* da cidade. Percebe-se que vários foram os homens que pertencentes a círculos de intelectuais do Rio de Janeiro e de São Paulo, migraram para Barretos durante fins do século XIX, quando esta cidade encontrava-se em crescimento mediante a sua consolidação num importante entreposto de gado, a fim de ali encontrarem tanto oportunidades para suas carreiras profissionais, vinculadas principalmente a área jurídica, quanto espaço para o exercimento de suas aspirações políticas, alimentadas por *ideais republicanos e positivistas* formulados nos bancos das universidades do qual eram egressos (Meneses, 1985 e Faleiros, 1954). Convinha então aos homens que compunham esta elite política de Barretos colaborar com Antônio Prado a fim de garantir a fundação de um frigorífico no município que - dotado de máquinas avançadas, mobilizador de grande mão-de-obra e portador de uma 'simbologia especial do moderno' - representava a possibilidade de assistirem a efetivação de seus projetos.

A dedicação destes homens à concretização dos projetos de Antônio Prado é ainda entendida quando é salientado que a implantação de um frigorífico em Barretos viria, entre outras coisas, possibilitar ao poder público municipal beneficiar-se efetivamente do comércio de gado, uma vez que tal indústria passaria a figurar como fonte segura de capitais oriundos das cobranças de impostos e taxas fiscais referentes as atividades de abate. Nota-se que, de fins do século XIX até aquele instante, o fato de Barretos conquistar a posição de destacado entreposto de comércio de gado havia beneficiado, primordialmente, os pecuaristas locais, proporcionando-lhes a acumulação de riquezas. Com a implantação do frigorífico o poder público municipal passaria a desfrutar de um mecanismo tributário capaz de permitir-lhe reter uma parcela de toda a riqueza que se fazia circular por esta localidade. Recordando que no contrato de concessão para estabelecimento do frigorífico constava entre diversas cláusulas: a fixação de uma taxa de 200 réis por cabeça abatida, no caso da matança somar 300 animais diários, e 100 réis por cada cabeça que excedesse o número estipulado de 300. (Museu Histórico Municipal de Barretos "Ruy Meneses". Jerônimo Serafim Barcelos. Pastas de Personalidades Importantes de Barretos)

Faz-se nitido o empenho destes homens na instalação do frigorífico em Barretos quando, por exemplo, da ocasião em que o Conselheiro Antônio Prado realizava a escolha do local em que seria este empreendimento construído. Decidido a adquirir algumas propriedades rurais que abrigariam o local a ser implantado o frigorífico, encontrou o Conselheiro dificuldades para prosseguir nas negociações referentes à aquisição de parte destes imóveis. Frente aos percalços que se faziam presentes não titubiam os homens da classe dirigente e do alto comércio da vizinha Bebedouro em oferecer ao empresário-fazendeiro boas oportunidades para transferir a execução de seus planos para aquela cidade. Por sua vez, diante do real perigo de assistir escapar a suas mãos preciosa e única oportunidade, não mediu esforços a elite política de Barretos em intervir na situação a fim de remover os obstáculos pendentes, conforme nos relata um personagem membro deste grupo e muito atuante na ocasião:

Por coincidência, aqui (São Paulo) se achava também o prefeito de Barretos, que pouco antes para aqui viera a fim de submeter a tratamento

médico pessoa de sua família, quando por telegrama de João Machado de Barros, banqueiro barretense, recebeu ele certo dia a alarmante notícia do boato que já circulava (referente a implantação do frigorífico em Bebedouro). Em feliz e imediata entrevista com o Conselheiro Antônio Prado, foi o assunto largamente debatido e nem ficou afinal assentado, mediante proposta do prefeito, que fossem convidados a vir à capital os proprietários cujos nomes já em tempo foram mencionados, para aqui se reencontrarem, entre eles e o Conselheiro Prado, as negociações interrompidas.

Esse alvitre foi imediatamente transmitido por telegrama ao mesmo banqueiro de Barretos e por ele hora depois era respondido, com o aviso de que os convidados estariam em São Paulo impreterivelmente no dia seguinte, com efeito, e postos de pronto em contacto com o Conselheiro Prado, nem uma hora talvez foi necessária para que, entre todos e após amistosa e sucinta discussão, o acordo fosse completo e definitivo. (Lima, 1944).

No entanto, se a atitude empreendedora do Conselheiro Antônio Prado já chamava atenção quando da sua intenção de fundar o citado frigorífico, torna-se ainda mais nitido o caráter empresarial das ações deste em Barretos, se verificarmos que em 1910 a Companhia Paulista havia cedido e transferido à Companhia Frigorífica e Pastoril, seus direitos de concessão do frigorífico a ser instalado, firma privada nacional, fundada em São Paulo durante o ano de 1910, e subsidiária da Companhia Mecânica e Importadora de São Paulo (Suzigan, 1986, p.334) Desta feita, ligada à Companhia Mecânica e Importadora de São Paulo, era a Companhia Frigorífica e Pastoril relacionada a uma holding de empresas envolvidas em diversos negócios e empreendimentos, às quais listavam-se participações em diversos setores como cafeicultura, ferrovias, indústrias e bancos, da qual eram proprietários, além do próprio Conselheiro Antônio Prado, seu sócio Alexandre Siciliano, industrial que havia idealizado o Convênio de Taubaté, em 1906. Na reunião anual de 1910 realizada entre os acionistas da Companhia Paulista, os diretores desta empresa davam maiores explicações à respeito da criação da Companhia Frigorífica e Pastoril, afirmando que:

Preparados estes elementos (concessão do frigorífico e escolha do local a ser implantado), promoveu a Directoria a incorporação da Companhia Frigorífica e Pastoril, que se fundou nesta cidade em 11 de Abril do corrente anno, à qual trata de transferir a concessão obtida da Câmara de Barretos e os imóveis adquiridos naquelle municipio, pelo preço de custo.

Fundada com o capital de 3.000:000\$000, de que a Companhia Paulista subscreveu a décima parte, ou 300:000\$000, está a Companhia Frigorífica e Pastoril, aparelhada com amplos recursos para iniciar no Brasil, e sob os

melhores auspícios a exploração dos importantes ramos industriais de que nos temos ocupado e seus derivados, exploração que, se tiver o desenvolvimento que é de esperar, muito há de contribuir para o aumento da riqueza pública e particular. (*Relatório n.61, da directoria da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais para a Sessão de Assembléia Geral, em 30 de junho de 1910.* São Paulo: Typographia e Papelaria de Vanorden & Cia, 1910, p. 13-4)

Durante os anos de 1910 e 1913, a Companhia Frigorífica e Pastoril promoveu a construção do seu estabelecimento industrial de refrigeração da carne a ser instalado em Barretos. Concretizadas as obras, estava fundado o primeiro frigorífico do Brasil, com um capital de cerca de 5.000 contos de réis, uma equipe de 350 funcionários e uma capacidade de produção estipulada em 400 cabeças de bovinos abatidas por dia, sem contar a quantidade de abates de suínos ou de ovinos, também existente (Suzigan, 1986, p.338) A aquisição de uma propriedade rural formada por uma extensão de terras em torno de 427 alqueires localizada na região de Barretos e uma outra constituída por cerca de 27 mil alqueires no município de São José do Rio Preto, dominadas quase que totalmente por pastagens, garantiriam a reserva de alimento necessário ao gado magro adquirido pelos “compradores” do frigorífico. Afora isto, um ramal da Companhia Paulista de Vias e Fluviais fora estendido ao lado do prédio do frigorífico, permitindo que sua produção fosse embarcada sem prejuízos para os mercados-consumidores.

Aprofundando um comentário anterior, podemos afirmar que percebe-se nessa transação envolvendo os direitos de construção do frigorífico em Barretos e a criação da Companhia Frigorífica e Pastoril a execução de um projeto incluído numa organização econômica muito mais ampla, na qual encontravam-se integrados vários setores correlacionados com suas atividades e igualmente orquestrados pela Companhia Mecânica e Importadora de São Paulo. Nota-se que sob a administração da Companhia Frigorífica e Pastoril compunha o frigorífico instalado em Barretos um conglomerado de empresas que incluía a própria *Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais*, o *Banco do Comércio e Indústria em São Paulo*, a *Companhia Chaves Exportadora*, a *Vidraçaria Santa Marina*, além de algumas das maiores fazendas produtoras de café do Estado de São Paulo, como era o caso das Fazendas “Veridiana” e “Guatapará”, entre outras.

Diante deste quadro, percebe-se que eram bem estabelecidas as

articulações entre o frigorífico da *Companhia Frigorífica Pastoril* de Barretos e as demais empresas pertencentes à *Companhia Mecânica e Importadora*: a *Companhia Paulista* se mostrava como viabilidade de transporte do gado a ser abatido no frigorífico e da carne a ser enviada aos centros consumidores; os cafezais de propriedades como a “*Fazenda Veridiana*” representavam fonte segura de capitais necessários aos investimentos industriais; o *Banco do Comércio e Indústria em São Paulo* era a garantia de linhas de crédito e ativos disponíveis; e por fim, os negócios de importação da *Companhia Prado Chaves Exportadora* assinalavam a oportunidade de facilmente obter-se os bens de produção essenciais ao funcionamento do frigorífico (maquinários).

Como podemos então perceber pelas ações de Antônio Prado, foi a interface entre a sua ação empreendedora e empresarial e os lucros que obteve mediante sua condição de grande fazendeiro o principal fator responsável pela instalação do frigorífico de Barretos durante o início da década de 1910. Depreende-se assim por meio da observação do caso envolvendo a instalação do estabelecimento pertencente à Companhia Frigorífica Pastoril em Barretos, que se fazem válidas as reflexões desenvolvidas por Wilson Cano a respeito da industrialização processada no Estado paulista em fins do século XIX e princípio do século XX. Na visão traçada por Cano, a industrialização paulista foi originada no interesse empresarial despertado nos fazendeiros do café, mediante as diversas transformações que se faziam sentir durante este momento, no panorama sócio-econômico e cultural do Estado:

(...) ainda pela forma pela qual a intermediação financeira se apropriou de grande parte do *capital cafeeiro*, mascarou sua origem, não se dando conta de que os capitais industrial, financeiro e comercial são eles próprios, fundamentalmente, faces do capital cafeeiro. Um ponto que reforça ainda mais o mascaramento da origem desses capitais do complexo paulista se deve a própria transferência do capital cafeeiro investido diretamente por *fazendeiros* – ou via relações familiares – em atividades urbanas e que, em inúmeros casos, o transforma em *banqueiro, industrial, comerciante, importador, etc.*, mesmo quando o fazendeiro não abandonou em definitivo sua condição anterior de capitalista rural. (Cano, 1977, p.86-7- grifos meus)

Destarte, a participação do Conselheiro Antônio Prado na fundação do frigorífico implantado em Barretos e a sua subsequente administração empresarial, acabou por suscitar-nos inquietações acerca das reflexões dos textos clássicos sobre a formação econômica do Brasil, segundo os

quais a industrialização brasileira estaria vinculada ao declínio da economia cafeeira e dissociada da ação dos cafeicultores. Ao mesmo tempo, nos fez perceber que devido ao seu caráter exportador, o café provocou a inserção do Brasil na economia capitalista mundial, viabilizando uma acumulação de capital (cafeeiro) que, extrapolando as plantações, entre outras coisas, permitiu o surgimento das nascentes indústrias. Desta forma, como nos ressalta Sérgio Silva, entendemos que:

O conhecimento da industrialização no Brasil, isto é, das *formas particulares da industrialização* no Brasil, deve estar, explícita ou implicitamente, apoiado na análise das relações entre o café e indústria. E a análise correta das relações é impossível, se considerarmos café e indústria como elementos opostos. É indispensável reunir café e indústria como partes de acumulação de capitais no Brasil; mais precisamente, como partes das novas formas de acumulação cuja formação encontra as suas origens na década de 1880 a 1890. (Silva, 1976, p. 81 – grifos meus)

Todavia, para além da existência da disponibilidade direta de capitais oriundos dos lucros obtidos com o café, levando-se em conta os efeitos indiretos destes mesmos lucros, verifica-se que existiram outros aspectos relacionados à implantação e desenvolvimento da indústria da carne em Barretos. Dentre estes, salientamos os efeitos originados nas transformações operadas nos centros urbanos paulistas, destacadamente na cidade de São Paulo, onde frente ao incremento populacional se fez necessário, entre outras coisas, a ampliação do mercado consumidor de alimentos e a adoção de medidas de higienização.

Tratando-se da ampliação do mercado consumidor de alimentos, percebe-se que com a dinamização econômica promovida pelo capital cafeeiro era estimulada na cidade de São Paulo investimentos industriais, a instalação de bancos e de grandes pátios/oficinas pertencentes às companhias ferroviárias, entre outros empreendimentos. Com isto, era então ampliada a oferta de empregos na cidade, provocando o aumento populacional e, como consequência deste último, engendradora uma maior demanda por empresas comerciais ligadas ao setor de serviços e, destacadamente, gêneros alimentícios. (Nozoe, 1984 e Singer, 1977) Com os efeitos advindos dos lucros gerados pelo café, as cidades tornavam-se o centro da vida social em boa parcela do Estado de São Paulo, ganhando feições modernas em que se destacavam a configuração de múltiplas áreas como as que relacionavam-se ao

comércio, às indústrias e às residências em suas mais diversas formas, dos palacetes aos cortiços. (Morse, 1970, p.243-53)

Não por acaso, detecta-se durante o período situado entre 1870 e 1920, a ocorrência do aumento da população do Estado de São Paulo, contribuindo para este processo, entre outros fatores, a abolição da escravidão, a imigração estrangeira e o êxodo rural, diretamente responsáveis por fazer com que os habitantes, que compunham um total de 837.000 pessoas em 1872, atingissem a marca de quase 4.000.000 pessoas no alvorecer da Primeira Grande Guerra Mundial. A cidade de São Paulo, por exemplo, saltou dos 64.934 habitantes registrados em 1890, para 1.074.877 habitantes contabilizados em 1934 (Cano, 1977, p.70). Mas, além da cidade de São Paulo, destacavam-se em 1920, cidades do interior paulista como Campinas, Araraquara e Ribeirão Preto, com população acima de 40 mil habitantes, e Santos, que possuía neste período 102 mil habitantes. (Mello & Saes, 1985)

Já no que refere-se adoção de medidas de higienização, constata-se que a formação desta rede urbana ocasionava a constituição de um mercado consumidor de gêneros alimentícios, no qual figurava entre os produtos mais consumidos a carne (Telarolli Júnior, 1996, p.121-31) Embora existissem instalados nestas cidades matadouros dedicados a realizar o abate e a distribuição de carne aos estabelecimentos retalhistas (açougues e mercados), dados o crescimento constante da população e o incremento das atividades urbanas, era incentivada a instalação de grandes indústrias frigoríficas. A preferência por estas indústrias, é explicada pelo motivo de, empregando técnicas e maquinário moderno em suas atividades, serem em tese capazes de garantir o fornecimento de carne necessário à crescente demanda da população, segundo assinala a tabela abaixo:

Tabela 1 - Quantidade de carne consumida em algumas cidades paulistas, em 1910.

Municípios	Abates anuais de bovinos
São Paulo, Santos, Campinas, Ribeirão Preto, Piracicaba, Sorocaba, Jundiaí, Rio Claro e São Carlos	2 mil cabeças de gado
Bragança, Guaratinguetá, Lorena e Taubaté	1,5 mil cabeças de gado
Botucatu, Cravinhos, Franca, Mococa, São Manoel e Sertãozinho	1 mil cabeças de gado

Fonte: TOSI, Pedro Geraldo. Op. cit., p. 230/1.

A preferência por estas grandes indústrias também estava associada ao pensamento higienista surgido e preponderante na medicina social brasileira do princípio do século XX. É bom lembrar que nas décadas de 1890 e 1900 a rápida, progressiva e desordenada urbanização da cidade de São Paulo trazia consigo a proliferação de epidemias e doenças (caso da febre amarela e da varíola), e como forma de resolver esta situação passou a contar as autoridades sanitárias com um conjunto de procedimentos em que se destacavam a profilaxia, principalmente, as prescrições individuais referentes à possibilidade de contágio por meio da produção e consumo de alimentos (Telarolli Júnior, 1996, p.121-31). Neste contexto, o abate e a venda da carne eram motivos de permanente atenção por parte destas autoridades sanitárias, dado o fato de ser um alimento altamente consumido, perecível e passível de adulteração (Telarolli Júnior, 1996, p.130-1) Conforme ressaltava um artigo de jornal naquele período:

Todos quantos se preocupam com questões de hygiene pública deploram, sem dúvida, o que se passa entre nós em relação ao abastecimento de carnes verdes de boa qualidade (...). É sabido que grande parte das moléstias do aparelho gastro-intestinal que, na estação calmosa, atacam os habitantes das grandes cidades têm sua causa principal nas carnes deterioradas pela ação do calor, e que se entregam ao consumo sem que seja possível à hygiene exercer com eficácia nesse comércio uma fiscalização regular. (*O Estado de São Paulo*, 26 de maio 1913).

Deste modo, a necessidade da implantação das indústrias frigoríficas viria a ser mais uma vez ressaltada, tendo em vista o fato de que os abates dos bovinos poderiam ser ali realizados empregando-se técnicas modernas, incluindo-se a farta utilização de maquinaria, e nos quais a carne teria a possibilidade de ser resfriada e congelada, evitando-se assim a sua contaminação e deterioração. Há de considerar-se ainda que os procedimentos de abate e, conseqüentemente, a qualidade da carne originária dos frigoríficos, poderia ser mais facilmente controlados e fiscalizados pela Polícia Sanitária e pela Investigação Veterinária, órgãos governamentais criados naquele período para este fim. (Notas da Polícia Sanitária. *O Criador Paulista*. São Paulo: s/l. ano II, n.30, out/nov/dez de 1908). Enfim, acompanhando o quadro de crescimento vertiginoso e desorganizado vivido pela cidade de São Paulo, processava-se entre autoridades e toda uma elite acostumada com “banhos de civilização”

ocorridos na Europa, a intenção e o desejo de constituir em São Paulo uma vida pautada por uma feição moderna e civilizada (Sevcenko, 1992). Na vivência deste tão aspirado “estilo moderno de vida”, existia dentre tantos outros hábitos e costumes, o emprego da carne refrigerada e/ou congelada na alimentação diária.

Ressaltado este aspecto, faz-se então necessário salientar que além de possuir vultuosos capitais, meio de escoar (Companhia Paulista de Estradas de Ferro) e de financiar a produção, poder político capaz de garantir-lhe junto à Câmara Municipal de Barretos a concessão para a instalação do estabelecimento industrial pertencente à Companhia Frigorífica e Pastoral, contava ainda o Conselheiro Prado com um dos elementos mais importantes aos homens que se dedicam ao capitalismo e suas possibilidades: o acesso à informação. Durante o período de 1899 a 1909, o Conselheiro Antônio Prado havia exercido o cargo de prefeito da cidade de São Paulo, tomando assim contato com as necessidades e problemas da capital paulista, haja vista ter participado, inclusive, de discussões acerca das medidas de higienização a ser implantadas. (Ribeiro, 1996, p.105-15). Posto isto, percebe-se que contava também Antônio Prado com o conhecimento acerca da necessidade de abastecer a capital paulista com carne caracterizada por um rígido controle sanitário, adquirida, apenas mediante o abate de bovinos em indústrias frigorificadas, como bem afirmava o próprio Conselheiro quando da ocasião em que foi inaugurado o frigorífico de Barretos:

... porque até agora a alimentação pública em São Paulo jamais se subordinou a esses princípios de hygiene que estabelecem benefício para a saúde e para o trabalho. Até aqui o comércio de carnes verdes foi uma perfeita irrisão ... (*O Matadouro de Barretos, O Estado de S. Paulo*, 12 de abril de 1913).

Diante de todo o quadro que foi exposto, constatamos que os rumos tomados pela pecuária desenvolvida em Barretos, nas primeiras décadas do século XX, estiveram relacionados estreitamente com o café, ou melhor, com as transformações, demandas, conseqüências e modificações provocadas pelos lucros auferidos por este na sociedade paulista e, por extensão, brasileira. Atentando mais uma vez para as reflexões de Wilson Cano, podemos afirmar que a pecuária existente neste município vinculou-se ao *complexo cafeeiro*, passando a beneficiar-se com: (1) os capitais diretamente disponibilizados pelos grandes cafeicultores; (2) a ampliação do mercado consumidor, formado pelo

crescimento da rede urbana paulista; (3) o alargamento dos meios de transporte e escoamento da produção (ferrovias e Porto de Santos); e, a mencionar logo abaixo, (4) as políticas governamentais (incentivos financeiros à indústria da carne), entre outros estímulos (Cano, 1977, p.20-3, 42-86).

Além de relacionar a pecuária barretense do início do século XX ao complexo cafeeiro, temos também que salientar em todo este processo um aspecto qualitativo que o possibilita, a qual denominei no título deste artigo, simplesmente, por "visão empresarial". Por visão empresarial, indico a competência capitalista de que desfrutava o Conselheiro Antônio Prado, bem como tantos outros grandes cafeicultores do período da República Velha, capaz de garantir-lhe ações decisivas em investimentos financeiros altamente lucrativos, por meio tanto de uma observação pormenorizada e detalhada da sociedade e, por conseguinte, dos homens de seu tempo, quanto por meio da conjugação de diversos fatores, como as já citadas possibilidades econômicas e influência política. Sendo assim, posicione esta visão empresarial próxima a idéia de *capitalista* postulada por Fernand Braudel, isto é, como sendo um atributo possível de indicar "o homem que preside ou tenta presidir aos destinos da inserção do capital, no incessante processo de produção a que todas as sociedades estão condenadas" (Braudel, 1985, p.54)

No entanto, somado a todos os pontos aqui levantados, deve-se acrescentar que o contexto da década de 1910 seria favorável a instalação de indústrias de refrigeração da carne no país, mediante o peso de outros fatores. Dentre estes, verifica-se que durante a segunda década do século XX, passou o governo nacional a incentivar a instalação deste tipo de indústria no Brasil, influenciado pelos lucros obtidos com estes empreendimentos por países como a Argentina e o Uruguai, ao que somava-se a necessidade deste governo em garantir o abastecimento do mercado interno de carne (Suzigan, 1986, p.334). Para tanto, por meio do decreto Federal n.7.945, Nilo Peçanha, presidente brasileiro deste período, adotou medidas como: o livre acesso a terra para a construção dos frigoríficos e matadouros; subsídios às operações de processamento, armazenagem e transportes efetuados por estas indústrias; concessões para a importação livre de impostos de máquinas e materiais, entre outros. (Atas do Poder Executivo, Leis do Brasil, 1910, p. 473) Pode-se

verificar a influência exercida pelas divisas conquistadas pelos países do Prata graças ao comércio da carne, nas palavras do ministro da agricultura em 1910, Rodolpho Miranda, quando da elaboração do decreto n.7945, em que mencionava:

A eloquência destas cifras constatadoras da iniciativa inteligente e do trabalho fecundo que determinaram a prosperidade econômica e o engrandecimento dos nosso vizinhos deve servir de exemplo e estímulo a nossa atividade (Decreto n. 7945. Atos do Poder Executivo, 1910, p.475)

Frente a tais atitudes, assistiu-se à fundação de diversos estabelecimentos industriais de refrigeração no país, a grande maioria filiais de grandes empresas internacionais com experiência neste setor. Em 1915, na cidade de São Paulo, era instalado o frigorífico Continental, pertencente a Brazil Land, Cattle and Packing Company, subsidiária das empresas Brazil Railway e Sulzeberger, de Chicago, futuramente comprado pela Wilson & Co. Ainda em São Paulo, seriam fundados o frigorífico pertencente a Companhia Frigorífica de Santos (1917), empresa também subsidiária da Companhia Mecânica e Importadora de São Paulo e o frigorífico da empresa norte-americana Armour & Co (1921). Posteriormente, em 1917, eram implantados os frigoríficos pertencentes a Anglo Brazilian Meat Company e a Brazilian Meat Company, ambos no Rio de Janeiro. No Rio Grande do Sul surgiram os frigoríficos pertencentes as norte-americana Armour & Co (1917) e Swift & Co. (1919), juntamente com o frigorífico da Companhia de Pelotas (1919) patrocinado pelo próprio governo estadual por intermédio da União dos Criadores. (Suzigan, 1986, p.335-9)

Inserido neste contexto, acreditamos que o frigorífico de Barretos tenha se beneficiado destes incentivos quando da aquisição das máquinas necessárias para seu funcionamento. Colaborando com esta hipótese, Darrel nos informa que, reflexo do seu entusiasmo pelo projeto de implantação do frigorífico em Barretos, resolveu o Conselheiro Antônio Prado pessoalmente viajar à Europa com o intuito de adquirir *materiais e know-how* necessários para a implantação do frigorífico (Darrel, 1977, p.257). Além disso, a possibilidade é alimentada pelo fato de estas medidas estarem vigentes durante os anos em que estava o frigorífico de Barretos sendo instalado e aparelhado, e também devido ao fato de este frigorífico, por estar diretamente vinculado à Companhia Mecânica Importadora de São Paulo, e, indiretamente, à Companhia Chaves

Exportadora, ter a sua disposição firmas responsáveis e suficientemente competentes para aproveitarem as facilidades cambiais existentes neste período.

Somado a tudo o que foi pontuado, devemos também atentar ao fato de o avanço da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil em direção às margens do rio Paraná, ainda durante a década de 1900 (Matos, 1975, p.98), representar um estímulo à instalação do frigorífico em Barretos, haja vista ter provocado a construção de um porto fluvial nas margens paulistas deste rio (Porto Independência) e de uma estrada boiadeira ligando os criadores da região de Corumbá e do Pantanal, no Mato Grosso, até Araçatuba, em São Paulo, de onde era o gado tocado até Barretos. Reconhecida esta ligação entre as regiões de Barretos e de Araçatuba por conta do comércio de gado, não representa surpresa o fato de a crise do café em 1929 mais do que nunca abrir espaço para a expansão da pecuária nesta segunda. Tanto que, já em 1933, o diretor do Departamento de Produção Animal, Paulo de Lima Corrêa, afirmava que:

(...) em outra região já se delinea a formação de uma extensão enorme de pastagens artificiais que se rivalizarão com as de Barretos para engorda – as terras compreendidas no município de Araçatuba, marginais ao Tietê, ao Paraná e ao Aguapeí, onde poder-se-ão preparar anualmente, outras tantas centenas de milhares de bovinos (Correa, 1933, p.1096).

Detendo-nos num período ainda anterior à década de 30 e à derrocada do café, constatamos que já era grande a importância da região Noroeste para o comércio de gado que abastecia Barretos. Daí o fato de haver sido criada em Barretos durante meados da década de 1910, a *Sociedade Cooperativa Oeste de São Paulo de Responsabilidade Ilimitada* (Faleiros, 1954, p.280), associação destinada a organizar o comércio de gado que se estabelecia entre ambas as regiões. Explica-se assim também a representação feita pela Companhia Paulista à Assembléia Legislativa do Estado, para que estimulasse a construção de uma estrada de rodagem que viesse a possibilitar o acesso do gado da região Oeste de São Paulo (como era compreendidas as terras próximas a Araçatuba) até o terminal ferroviário de Barretos (Saes, 1981, p.119).

Por fim, com relação à contribuição da região Noroeste de São Paulo para com o comércio do gado e atividades do frigorífico de Barretos, vale ainda destacar que após estabelecida a ligação entre ambas, seria a mesma intensificada mediante ter sido organizada na

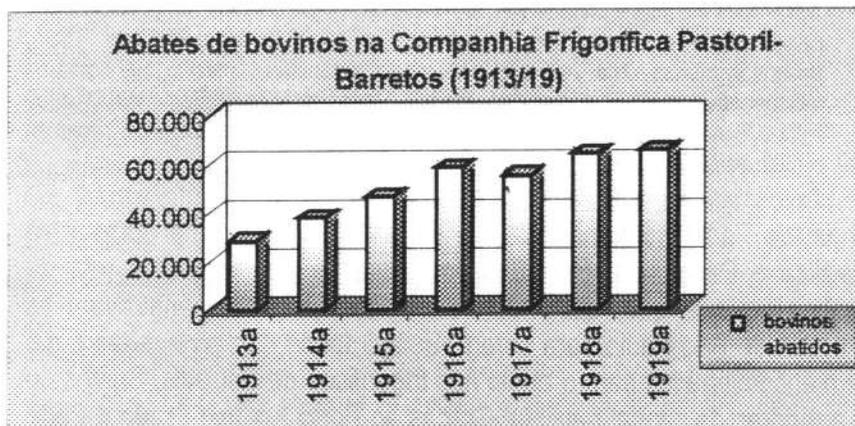
região de Araçatuba a Companhia Porto Independência. Tal firma era responsável por realizar através de vapores e balsas munidas com currais de madeira, a travessia do gado conduzido pelos boiadeiros do Mato Grosso em direção a São Paulo. Constata-se o início das atividades desta empresa na região de Araçatuba com divisa do Estado de Mato Grosso já em 1923, quando em correspondência traçada entre o gerente e um dos proprietários-acionistas, é descrito que:

A Companhia está organizada regularmente, com seus documentos arquivados na junta commercial em data de 14 de janeiro, já começaram a passar boiadas com bom resultado, o que permite esperar maior desenvolvimento, uma vez que tudo esteja organizado, para o que toma-se indispensável realizar o resto do capital. (Carta de Manoel Bento da Cruz ao Padre Alonso Ferreira de Carvalho. documento datilografado, cx. 77, 1º volume, p. 392. AHMF)

Apreende-se que a colaboração da ferrovia Noroeste e da Companhia Porto Independência era de suma importância à Companhia Frigorífica e Pastoral de Barretos, pois garantia-lhe mais uma rota de rebanhos bovinos que, deixando os Estados vizinhos, penetravam as pastagens de São Paulo para serem reengordados nas invernadas e daí serem encaminhados para o abate nos frigoríficos de Barretos, Santos ou dos arredores da capital paulista. Graças ao Porto Antônio Prado e Porto Taboado, Barretos constituía-se no ponto de convergência de todo gado que era criado no sul e sudeste de Goiás, Triângulo Mineiro e região central de Mato Grosso (Faria, 1973). Com o desenvolvimento da pecuária na região Noroeste, ao que está associada a criação da Estrada de Ferro Noroeste e a criação da Companhia Porto Independência, os pecuaristas e frigorífico de Barretos também passavam a ter acesso aos animais que eram originalmente criados no Pantanal mato-grossense. Com isto, escapava à órbita de influência exercida por Barretos, apenas os rebanhos que alcançavam as pastagens paulistas por meio do Porto Tibiriçá e da estrada construída pela Companhia São Paulo Mato Grosso S/A, haja vista serem diretamente conduzidos aos frigoríficos postados nos arredores da cidade de São Paulo, por meio da ação da Ferrovia Sorocabana.

Não obstante, recém instalado em 1913 foi o Frigorífico de Barretos ainda beneficiado pela ocorrência da Primeira Guerra Mundial, que gerando a necessidade de abastecer as tropas aliadas em conflito,

ocasionou o aumento da demanda de carne no mercado externo, e, por conseguinte, possibilitou o aumento expressivo de suas atividades, caracterizando a relação entre estímulos internos (gerados pelo café) e externos, lembrados por Celso Furtado quando da sua explicação sobre o processo de industrialização brasileiro. (Furtado, 1980, p.258-9) Este aumento na produção do frigorífico de Barretos pode ser verificado pelo gráfico abaixo:



Fonte: Serviço de Inspeção Federal n.76 – S/A Frigorífico Anglo Barretos/SP

Percebe-se então que, na condição de única indústria frigorífica instalada no interior de São Paulo neste momento, desempenharia o estabelecimento pertencente à Companhia Frigorífica Pastoral um papel destacado na consolidação do comércio de gado, já anteriormente existente em Barretos. Acompanhando as reflexões de Braudel, podemos afirmar que, a indústria da carne instalada em 1913 fez com que as atividades dos homens barretenses ligados a pecuária, alargassem a brecha estreita na qual estavam confinadas suas trocas, ampliando-a a ponto de tornar a sociedade local, “uma sociedade de mercado generalizada” (Braudel, 1992, p.12) A presença do frigorífico privilegiava a ação dos invernistas locais conferindo-lhes facilidades para a venda dos animais já engordados, deste modo, ao ser intensificadas as atividades dos invernistas provocou a indústria da carne o aumento do fluxo de gado oriundo das regiões dedicadas à criação (Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso) para as fazendas locais de engorda. Operava-se assim em

Barretos a elaboração de uma paisagem como a que fora descrita por Deffontaines na década de 30:

Desenvolveu-se aí o mais importante domínio de engorda de todo o Brasil; o gado é trazido de regiões longínquas do Centro brasileiro; Triângulo Mineiro, Sul de Goyaz e mesmo de Mato Grosso, gado magro, única forma de exploração destas regiões sem comunicações. Numerosas pistas de gado se reúnem à volta de Barretos notadamente a que vem de Sant’Ana do Paraíba. Os animais demoram-se nas invernadas de Barretos e adquirem qualidades e peso (Deffontaines, 1933, p.162)

Tamanha era a movimentação de gado existente em Barretos durante este período, que seriam os pecuaristas locais obrigados a providenciarem a substituição das pastagens locais, eliminando-se o tradicional capim gordura em favor do capim jaraguá, pelo fato de o primeiro ser caracterizado por fornecer nutrientes necessários à recuperação do gado conduzido por longas jornadas, mas também mostrar-se muito sensível ao pisoteio dos animais. Nota-se que em 1920, perfazia o rebanho de bovinos existentes em Barretos e Olímpia (localidade desmembrada em 1917) um total de 205.009 cabeças, número ao qual deve ser acrescido, por um determinado período do ano, 159.128 animais que eram por essa mesma época engordados no município de São José do Rio Preto, local em que, como frisamos anteriormente, havia o Conselheiro Prado adquirido 27.000 alqueires para estes fins. Tais índices de cabeças de gado, posicionavam Barretos, folgadoamente, como o município paulista e brasileiro que maior quantidade de rebanho bovino abrigava em suas terras (Camargo, 1981, p.110)

Cumprir ainda salientar que o comércio de gado realizado em Barretos, dado o fato de esta cidade figurar como um verdadeiro escoadouro do gado criado e engordado no Brasil Central, compreendia não apenas o abastecimento do frigorífico local como também a remessa de bovinos para as indústrias da carne instaladas nos arredores da cidade de São Paulo a partir de meados da década de 1910, por meio da ferrovia Paulista. (Saes, 1981 e Moreira, 1928). Para tanto, residiam em Barretos homens responsáveis por adquirir diretamente aos criadores de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais, ou, mais constantemente, junto aos invernistas barretenses, os animais gordos destinados à matança nestes estabelecimentos. Estes homens, reconhecidos por serem “compradores oficiais dos frigoríficos”, apressavam-se desde as primeiras horas do dia a

realizarem na praça central de Barretos os contatos com os proprietários dos rebanhos, transação que, normalmente, envolvia uma visita às pastagens em que se encontravam os animais a fim de medir-se a qualidade destes.

Prova da grandiosidade deste comércio de gado, responsável por tornar Barretos uma imensa área de pastagens prontas e propícias a receber grandes contingentes de bovinos, é a instalação de outros dois estabelecimentos dedicados a manufatura da carne: a Charqueada Minerva (1924) e a Charqueada Bandeirante (1927). Pertencentes a homens residentes em Barretos, o surgimento destas charqueadas além de indicar uma grande movimentação de capitais em torno desta cidade por conta e obra das transações envolvendo o gado, também sinalizava o enriquecimento de membros de sua sociedade.

Por tudo, a contar da segunda metade da década de 1910, quando passou a abrigar uma exclusiva integração das atividades de engorda bovina e da indústria da carne, tornou-se então Barretos conhecida como a *capital nacional do gado*. Desta forma, inseria-se no conjunto de localidades brasileiras que, situadas na hinterlândia, eram alcançadas pelos efeitos do capitalismo que havia penetrado no Brasil com a lavoura cafeeira desenvolvida pelos fazendeiros paulistas, desde meados do século XIX. Com isto, assistiria-se em Barretos à metamorfose do que até pouco tempo havia se constituído num entreposto comercial de gado, responsável por abrigar as boiadas e os boiadeiros que perfaziam o trajeto envolvendo o sertão - representado pelos Estados de Goiás, Mato Grosso e Minas - e o litoral - formado pelas cidades paulistas e cariocas posicionadas próximas a costa marítima -, para uma cidade moderna e aberta às transformações constantes advindas de um ritmo mais veloz do tempo histórico.

PERINELLI NETO, Humberto. "Coffee Complex" and Impresarial Vision: The Intalation Of "Companhia Frigorífica Pastoral" In Barretos. Franca, *Ensaio de História*, v.4, n.1/2, p.139-167, 1999.

ABSTRACTS: In the beginning of XX century, the cattle raising appears like an economical activity with large importance in São Paulo State. During this period, Barretos

overcame prominence like central pole of this economical sector, as shown by the covering of an intense recreate of the cattle that was driven from the hinterland to the supply of the population that lived at the Brazilian's littoral, and, as much as, by the covering of the first meat refrigerator industry of the country. With regard to the last item, we can take notice that the installation of "Companhia Frigorífica Pastoral" at Barretos, along the year of 1913, enabled to this city been recognised as the Capital of the Cattle, as well as identified the advance of capitalist economy bound for the regions that compound the Brazilian's hinterland.

KEYWORDS: Barretos, "coffee complex", "Companhia Frigorífica Pastoral", Counsellor Antônio Prado, cattle raising.

Fontes

- Carta de Manoel Bento da Cruz ao Padre Alonso Ferreira de Carvalho. (documento datilografado), cx. 77, 1º volume, p. 392. AHMF.
- CORRÊA, P. de L. A indústria animal em São Paulo. *Revista da Indústria Animal*. São Paulo: Secretaria Estadual da Agricultura, Comércio e Indústria de São Paulo, n.º 10, dez. 1933, p. 1096.
- Decreto n. 7945. *Atos do Poder Executivo*, 1910.
- SECRETARIA DE INSPEÇÃO FEDERAL, Demonstrativo dos abates do Frigorífico Anglo S/A - Barretos SP.- 1913/1994. n.76.
- FALEIROS, O. R. *Barretos de Outrora*. São Paulo: s.n.t. 1954.
- O Estado de S. Paulo. Inaugurado o Frigorífico. 26 de maio 1913.
- O Estado de S. Paulo. O Matadouro de Barretos. 12 de abril de 1913
- LIMA, S. Frigorífico de Barretos. *Folha da Manhã*. 30 de abril de 1944.
- MENESES, R. *Espiral: história do desenvolvimento cultural de Barretos*. Barretos: s.n.t, 1985.
- MENESES, R. TEDESCO. *Álbum Comemorativo do 1º Centenário da Fundação de Barretos*. 1954.
- Museu Histórico Municipal de Barretos "Ruy Meneses". Jerônimo Serafim Barcelos. Pastas de Personalidades Importantes de Barretos.
- NOTAS da Polícia Sanitária. O *Criador Paulista*. São Paulo: s/l. ano II, n.º 30, out/nov/dez de 1908.
- Relatório n.54, da directoria da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais para a Sessão de Assembléia Geral, em 30 de junho de 1903. São Paulo: Typographia e Papelaria de Vanorden & Cia, 1903.
- Relatório n.55, da directoria da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais para a Sessão de Assembléia Geral, em 30 de junho de 1904. São Paulo: Typographia e Papelaria de Vanorden & Cia, 1904.

- Relatório n.60, da directoria da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais para a Sessão de Assembléia Geral, em 30 de junho de 1909.* São Paulo: Typographia e Papelaria de Vanorden & Cia, 1909.
- Relatório n.61, da directoria da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais para a Sessão de Assembléia Geral, em 30 de junho de 1910.* São Paulo: Typographia e Papelaria de Vanorden & Cia, 1910.
- Relatório n.65, da directoria da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais para a Sessão de Assembléia Geral, em 30 de junho de 1914.* São Paulo: Typographia e Papelaria de Vanorden & Cia, 1914.
- Revista Agrícola.* São Paulo, 07 de agosto de 1909.

Referências bibliográficas

- ABREU, D. S. Comunicações entre o sul de Mato Grosso e o sudoeste de São Paulo – o comércio de gado. *Revista de História.* São Paulo, v.53, n.105, 1976, p. 191/214.
- BERNARDET, J. (org.) *Filmografia do Cinema Brasileiro 1900-1935:* jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo: Secretaria da Cultura do Governo de São Paulo (comissão de cinema), 1979.
- BRAUDEL, F. *Civilização material, Economia e Capitalismo, século XV-XVIII:* o jogo das trocas. Lisboa: Teorema, 1992, t.02.
- _____. *A dinâmica do capitalismo.* Lisboa: Teorema, 1985.
- CAMARGO, J. F. *Crescimento da população do estado de São Paulo e seus aspectos econômicos.* São Paulo: IPE/USP, 1981, vls. II e III.
- CANO, W. *Raízes da concentração industrial de São Paulo.* São Paulo: DIFEL, 1977.
- CARVALHO, F. A. N. *A saga do simental no Brasil.* Londrina: Midiograf, 1998.
- DARREL, E. L. *A família Prado.* Lisboa: Cultura 70, 1977.
- DEAN, W. *A industrialização de São Paulo.* Rio de Janeiro: DIFEL, 1971.
- DEFFONTAINES, P. *Regiões e paisagens do Estado de São Paulo. Geografia.* ano 1, n. 2, 1935.
- FARIA, W. *Contribuição ao estudo da pecuária em Barretos.* São Paulo, 1973. Dissertação (Mestrado em Geografia) - USP/FFLCH.
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.
- HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública:* investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- MATOS, O. N. *Café e ferrovias:* a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura do café. São Paulo: Alfa Omega, 1976.

- MELLO, Z. M. C.; SAES, F. A. M. Características dos núcleos urbanos de São Paulo. *Revista Estudos Econômicos.* São Paulo: FIPE/USP, 15(2), maio/agosto, 1985.
- MENDONÇA, S. R. *Ruralismo:* agricultura, poder e Estado na Primeira República. São Paulo, 1990. Tese (Doutorado em História) - FFLCH-USP.
- MONBEING, P. *Fazendeiros e pioneiros de São Paulo.* São Paulo: Hucitec: Polis, 1984.
- MOREIRA, R. *Pecuária paulista.* São Paulo: Graphica Novissima de F. Fragale & Cia., 1928.
- MORSE, R. M. *Formação histórica de São Paulo:* de comunidade à metrópole. São Paulo: DIFEL, 1970.
- NOZOE, N. H. *São Paulo:* economia cafeeira e urbanização – estudo da estrutura tributária e das atividades econômicas na capital paulista. São Paulo: PNPE, 1984.
- RIBEIRO, M. A. R. *História sem fim:* inventário da saúde pública. São Paulo: EdUnesp, 1996.
- SAES, F. A. M. *As ferrovias de São Paulo (1870-1940).* São Paulo: HUCITEC/INL-MEC, 1981.
- SANTIAGO, A. A. *O gado nelore.* São Paulo: Secretaria Estadual da Agricultura de São Paulo, 1973.
- SEVCENKO, N. *Orfeu extático na metrópole:* São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil.* São Paulo: Editora Alfa Omega, 1976.
- SINGER, P. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- SUZIGAN, W. *A industrialização brasileira:* origens e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- TELAROLLI JÚNIOR, R. *Poder e saúde:* as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo. São Paulo: EdUnesp, 1996.
- TOSI, P. G. *Capitais no interior:* Franca e a história da indústria coureiro-calçadista (1860-1945). São Paulo, Campinas, 1998. Tese (Doutorado em Economia) - Unicamp/IE.

UNIVERSIDADE E PESQUISA:
OS 35 ANOS DO CURSO DE HISTÓRIA*

Hercília Mara Facuri COELHO**

Em primeiro lugar quero agradecer ao Prof. Alberto Aggio e à Comissão Organizadora da Semana o convite para proferir esta conferência na abertura da XII Semana de História da UNESP/Franca. Em especial, faço este agradecimento porque esta Semana comemora os 35 anos do Curso de História desta faculdade da qual fui aluna e professora durante a maior parte da minha vida.

Como historiadora de ofício, que se dedicou nos últimos anos a estudar a importância das festas, dos ritos e das comemorações na configuração das sociedades, penso que as datas são muito importantes. Comemorar, ou deixar de comemorar uma data, a maneira que se escolhe para festejar determinado acontecimento, são ações reveladoras de como se avalia o fato comemorado. Pensando assim, considero muito adequada a maneira escolhida por esta Comissão Organizadora para marcar os 35 anos do Curso de História —uma conferência sobre o evento e um café de conagração entre os ex-alunos como partes integrantes da XII Semana de História. Estamos comemorando as três décadas e meia deste curso na cidade de Franca e não algo vago, como a discussão sobre porque História ou a pertinência ou não da criação do Curso de História em Franca. Comemorar desta maneira, com festa, os 35 anos deste curso significa que acreditamos nele, temos orgulho dele.

Acreditamos no curso porque, ao darmos o melhor de nossas vidas por este projeto, temos a firme convicção de que os professores de história aqui formados podem desempenhar um papel multiplicador dos ensinamentos recebidos, profissionais competentes que são.

Como se sabe, os cursos superiores criados nas diversas cidades do interior paulista ao longo das décadas de cinquenta e sessenta são o resultado do esforço de parcelas significativas destas comunidades que

*Conferência de abertura da XII Semana de História da Unesp/campus de Franca, realizada de 19 a 22 de outubro de 1998.

**Livre Docente em História. Professora do Departamento de História, UNESP-Franca.

desejavam facilitar aos seus filhos o acesso ao ensino superior. As campanhas movidas pela imprensa do interior no sentido de abrir faculdades públicas atestam bem o interesse pelo tema existente naquela ocasião. Os jornais de Franca, ou de Ribeirão Preto, para falar apenas da região, trazem os debates inflamados, contêm os mesmos argumentos e, podemos dizer, combatiam no mesmo campo: parte da elite intelectual da capital recusava-se a permitir a criação de faculdades fora de sua área de influência.

A história da fundação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, objeto de estudo de um TCC que está sendo realizado no Curso de Graduação de História, hoje um centro de referência dos estudos médicos no Brasil, está eivada de marchas e contramarchas em seus embates com a USP. Acredito que esta possa ser uma constante na história dos demais centros universitários públicos do Estado de São Paulo. Os estudiosos do assunto devem, no esforço de compreensão desse processo histórico, explicar-nos os motivos e repercussões da criação dos Institutos Isolados no interior do Estado.

Comemorar os 35 anos do Curso de História, no meu entendimento e, creio, no de meus pares, comporta analisar sua trajetória. Criado em 1963 e instalado a partir do ano seguinte, o curso contou, em seus primeiros tempos de funcionamento, com professores da cidade que atuavam no magistério secundário, principalmente no Instituto de Educação.

Mais tarde, o curso de História de Franca permaneceu, por muitos anos (basicamente por toda a década de 1970), na dependência de um conjunto de professores de outros centros, notadamente da USP, os quais, em regime de tempo parcial, pouco se dedicaram à formação de pesquisadores fazendo com que os nossos melhores alunos tivessem que se deslocar para outros centros com vistas à prosseguirem seus estudos de pós-graduação. A criação do curso de pós-graduação de História em Franca atenuou, em parte, esta situação, mas outros problemas marcaram a sua implementação e desenvolvimento.

A UNESP de Franca e, em especial seu curso de História, não ficou imune às injunções da vida política do país.

No geral, podemos dizer que o cenário de autoritarismo que predominou em nosso país atingiu duramente a trajetória do curso de

História de Franca.

O protagonismo de determinados professores causou, de fato, grandes prejuízos. Entre 1978 e 1986, o clima imperante em nossa faculdade não foi o melhor para o desenvolvimento das liberdades do espírito e da crítica com vistas à produção do conhecimento. Fato exemplificador e emblemático deste cenário foi a transferência, em 1978, da reunião da ANPUH (núcleo regional de São Paulo), a ser realizada em Franca, para a UNESP de Araraquara em função da incompatibilidade do então diretor da Faculdade com esta entidade que congrega até hoje os profissionais da História no Brasil. A decisão tomada pelo diretor de não apoiar o evento, aliada a outras e a um clima de repressão potencial, afastou por muito tempo o curso de História de Franca da comunidade de historiadores do Estado de São Paulo. Esta situação somente começou a modificar-se com o Congresso da UNESP de 1985 que marca a democratização interna da universidade. Mesmo assim, a inércia de anos de autoritarismo não deixou de preponderar nos anos posteriores.

Outro tema que merece ser destacado refere-se à relação do curso com a comunidade mais próxima. Tendo sido idealizado e fundado a partir do empenho de uma cidade, o curso se distanciou dela. Não me refiro ao fato de contar em seus quadros com pessoas nascidas em Franca, mas ao distanciamento pernicioso que se estabeleceu nos últimos anos entre a faculdade e a cidade. Em que momento a cidade de Franca, que tanto se empenhou na criação de sua Faculdade de Filosofia, se desinteressou pelo que acontecia no quadrilátero formado pelas ruas Major Claudiano, Alcindo Conrado, Campos Salles e Comandante Salgado? Em que momento de nossa trajetória —refiro-me ao curso— nos distanciamos da cidade que nos cerca? Talvez possamos buscar a gênese deste divórcio na criação da UNESP que levou para outras cidades os cursos de Letras, Geografia e Pedagogia e criou paulatinamente outros cursos cujo processo de estabelecimento manteve pequenas ligações com a cidade? Ou foi Franca, que tendo se industrializado de maneira célere, passou a buscar longe da formação universitária humanista seus padrões de ascensão social? Não pretendo responder a estas indagações. Apenas as faço para assinalar, neste percurso de 35 anos, as mudanças ocorridas no curso de História, tanto no que se refere ao seu corpo docente quanto ao seu corpo discente, oriundos de outras cidades do país —o que é

salutar e desejável. Esta situação, porém, trouxe consigo uma ausência de cumplicidade e de interação com a cidade que nos recebe, situação esdrúxula em se tratando de cientistas sociais que, em tese, deveriam ser influenciados também pelo seu entorno.

Na história do Curso de História de Franca penso poder assinalar um momento de inflexão desta fratura na produção discente do Curso de Pós-graduação (em seu 19º ano de funcionamento) e mesmo do Curso de Graduação. Os estudantes, alguns influenciados pela proximidade dos arquivos, outros, por razões menos pragmáticas, motivados a compreender o processo histórico vivido pelos homens e mulheres desta parte do nordeste paulista, têm buscado seus temas de investigação em Franca e sua região. Desta forma, conseguindo evitar o localismo, a produção historiográfica de nosso corpo discente, e em alguns casos de nossos professores, faz retornar para a comunidade mais próxima o investimento aqui realizado. Sem desprestigiar outras temáticas desenvolvidas com brilhantismo pelos professores e estudantes, quero ressaltar os estudos da História Local pela visibilidade que conferem ao Curso de História na maturidade de seus 35 anos.

Digo maturidade porque penso exatamente isto: o Curso de História da UNESP/Franca, que chegou a formar turmas de 7 alunos na década de 80, mais precisamente em 1983, encontra-se hoje em sua melhor fase. Com uma procura que atinge 5.7 candidatos por vaga no período matutino e 7.3 candidatos/vaga no período noturno, formou, no ano de 1997, 66 licenciados e bacharéis em História. Ao todo, formaram-se em Franca 937 professores de História.

Nesta trajetória, é preciso chamar a atenção para o fato de que o Curso de graduação de História formou profissionais de perfil bastante variado, ainda que houvesse a predominância de quadros para o magistério do ensino fundamental e médio. Entretanto, é preciso afirmar alguns fatos pouco conhecidos: o Curso de graduação de História de Franca formou pessoas que fizeram seus estudos de pós-graduação nas mais importantes universidades do Brasil e algumas do exterior, sendo que alguns deles conseguiram alcançar postos importantes na assessoria dos poderes da República. O Curso de Graduação de História de Franca graduou pessoas que, ao perseguirem a carreira acadêmica, se transformaram em formadores de professores e pesquisadores por meio

da atividade de ensino no nível superior em nossa própria universidade (UNESP) ou em outras instituições de ensino superior. Estes não são poucos —ao contrário do que se imagina— e alguns deles conquistaram inclusive o estatuto de autores, difundindo seus trabalhos de pesquisa por meio de diversas editoras. Formaram-se em Franca intelectuais capazes de contribuir com suas reflexões para a produção historiográfica brasileira.

As explicações para o amadurecimento do curso são várias. Uma delas foi a reestruturação do currículo que, após um longo processo de discussão, conferiu organicidade à grade de disciplinas e instituiu o Trabalho de Conclusão de Curso, responsável primeiro pelo interesse dos estudantes no desenvolvimento da pesquisa histórica. Estas alterações institucionais resultaram numa profunda mudança da mentalidade vigente no curso. A obrigatoriedade, obviamente, não criou vocações para o trabalho de investigação. Aqueles estudantes que não têm tendências e gosto pela pesquisa cumprem esta atividade de maneira burocrática mas, por outro lado, a instituição do TCC incentivou aqueles que se interessam pela pesquisa a buscar orientadores ainda na Graduação, fato que tem seus reflexos extremamente positivos no Curso de Pós-graduação.

A atual discussão brasileira acerca da permanência do modelo de universidade que deve aliar obrigatoriamente ensino e pesquisa muito pode ser enriquecida com o exemplo do Curso de História da UNESP/Franca. Quando nos deparamos na mídia com afirmações como as de Cláudio de Moura Castro, o qual infelizmente detém poder e capacidade de interferência nos destinos da universidade brasileira, nos conscientizamos que a luta pela manutenção da universidade tal como a concebemos, e que estava prevista na Lei 5540/68 e foi reafirmada na nova LDB, Lei 9394/96, é uma luta que está em seus primeiros *rounds*.

Este consultor BID para assuntos de educação, afirmou em artigo publicado na Folha de São Paulo em 22.7.98, a propósito da greve das universidades federais, que “metade da ciência brasileira se faz nas universidades federais. Está lá a pós-graduação brasileira, de longe a melhor e de maior produção científica e tecnológica da América Latina”. Mas, assim mesmo, continua: “Alguém no MEC sonhou com a indissociabilidade do ensino e da pesquisa —jamais universalizada nos países de maior expressão intelectual do mundo”. Esta afirmação, longe de constituir uma fala isolada, sabemos todos que ganha cada vez mais

adeptos dentro e fora dos círculos de poder de Brasília, alcança as ruas fazendo com que a sociedade brasileira considere plausível uma proposição oposta àquela que presidiu o esforço pela criação de centros de ensino superior fora do eixo São Paulo – Rio. Faz com que a sociedade brasileira acredite que possa copiar os modelos dos Estados Unidos e da Europa sem atentar para as especificidades de nossa configuração social.

A propósito do tema, a nova LDB abre uma grande brecha em relação à indissociabilidade entre ensino e pesquisa ao prever, ao contrário da lei anterior, que o ensino superior no Brasil poderá, também, ser ministrado em instituições que não se caracterizam como universidade, isto é, em faculdades ou centros universitários onde não se realizam trabalhos de investigação. O governo federal sinaliza no sentido de retirar-se do financiamento da pesquisa e concentrar os investimentos em alguns centros de excelência. Esta é uma questão de suma importância para a manutenção da UNESP e de seus centros de pesquisa.

Se o Curso de Graduação em História, que comemora seus 35 anos, pode ser tomado como paradigma do sucesso da indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa, nosso Curso de Pós-graduação deve, com a máxima urgência, dar os passos que faltam na configuração de um centro de investigação em História na UNESP de Franca.

Ao recusar-se a criar o nível de Doutorado, o curso aceita a subalternidade e encaminha, para outros cursos, nossos melhores quadros. Permanecer sem o doutorado significa uma auto-limitação que poderá ter graves conseqüências diante das reformas que estão em andamento. A ausência do nível de doutorado retira a terminalidade do curso e faz com que nossas exigências a propósito das dissertações de mestrado sejam incompatíveis com o peso diminuto que a CAPES vem atribuindo ao título de mestre.

Nesse momento cabe indagar: Qual será contribuição da nossa geração ao esforço despendido pela comunidade ao criar a Faculdade de Filosofia? Qual é o projeto de universidade que nos anima, que nos move e nos transforma em algo mais do que simples professores paulistas, posição que tanto condenamos? Neste momento de profunda crise, quando o paradigma de Universidade elaborado após as lutas da década

de sessenta está em questão, qual será nosso posicionamento? Na comemoração de seus 20 anos, no ano 2000, o curso de Pós-graduação em História deverá estar plenamente instalado, com seus dois níveis em funcionamento.

Eu, e parte dos 937 professores de História formados por esta casa, freqüentamos esta faculdade quando os funcionários da biblioteca, por exemplo, eram professores primários comissionados que deveriam pagar com horas de trabalho a oportunidade de realizar estudos de nível superior. Não havia quadros profissionais habilitados para as diversas funções de uma universidade. Hoje a situação é diversa. Contamos com uma estrutura que, aliás, está ameaçada de sucateamento. Não é hora de esperar por mais recursos para alçar novos vôos. Tudo indica que eles não virão. Não é o momento de nos acovardarmos diante da escassez de recursos que pretende asfixiar a Universidade pública. Ao contrário. É o momento de justificar o investimento social feito até agora, mesmo porque o contrário significa definhando, morrer. A manutenção da qualidade da Universidade pública é uma questão transcendente: sem isso não haverá parâmetros de comparação para que as universidades particulares empenhem-se na busca de qualidade. O Provão veio para demonstrar isto.

As lamúrias dos coordenadores de pós-graduação, sabemos bem, nada resultaram junto às agências financiadoras da pesquisa. Um projeto arrojado, no qual estejam engajados todos os professores doutores deste curso que hoje comemora 35 anos, poderá nos conferir visibilidade e legitimidade nesse momento em que a sociedade brasileira é levada a crer que o tamanho do Estado e o serviço público são os responsáveis por todas as nossas desgraças.

A maturidade do Curso de Graduação em História e a excelência de uma parcela significativa de nossos alunos tornam imperativo que iniciemos o nível de doutorado em História. A recusa deste projeto significará com certeza que nós, os professores orientadores, seremos lembrados como os responsáveis pela falência do Curso de pós-graduação em História desta faculdade assim como os auxiliares da cruzada que se move contra o ensino público gratuito e de qualidade, como os responsáveis pela falência do modelo que prevê a indissociabilidade do ensino e da pesquisa na universidade brasileira.

O momento de comemorar é, também, momento de avaliar o que fizemos e de projetar o futuro. Destinos do Brasil, destinos da Universidade e destinos do Curso de História.

COELHO, Hercídia Mara Facuri. The University And The Research: The 35 Years Of The History Course. *Ensaios de História*, Franca, v.4, n.1/2, p. 169-176, 1999.

O BRASIL E OS DESAFIOS DO FINAL DO SÉCULO*

Leandro KONDER**

Antes de mais nada, quero agradecer pelo convite e pela confiança com que me honram ao me incumbirem de fazer a conferência de encerramento da XII Semana de História, que comemora os 35 anos do Curso de História da UNESP em Franca.

Tenho certeza de que vocês não esperam de mim que, numa palestra, nos limites de dez ou doze páginas, eu seja capaz de traçar um panorama abrangente do conjunto dos desafios que se apresentam no nosso caminho, na virada do milênio. Sei, portanto, que serão indulgentes quando me ouvirem falar de alguns dos desafios. E sei mais: como não sou cientista político, sociólogo, economista e a rigor não sou propriamente um historiador, mas apenas um ensaísta que procura refletir sobre alguns momentos da história das idéias filosóficas (especialmente a história do pensamento socialista), sei que não esperam de mim uma análise científica dos (poucos) desafios que abordarei.

Na verdade, vou me fixar em três desafios. O primeiro se refere à nossa inserção no mundo: o nosso inevitável mas tenso e contraditório envolvimento com o mercado mundial. A famigerada “globalização”.

O segundo desafio concerne à escandalosa desigualdade social, ao agravamento da situação que contrapõe grupos restritos de privilegiados a massas reduzidas à miséria, condenadas a uma frustração crescente pela exibição de novas possibilidades (para elas, inalcançáveis) de consumo, criadas pela indústria cultural, típica do capitalismo do século XX. É um problema mundial que, no Brasil, aparece de maneira especialmente dramática.

E o terceiro desafio é aquele que se impõe à perspectiva do pensamento democrático brasileiro em face da atual ofensiva liberal-conservadora. Somos desafiados a aprofundar nossa reflexão, tanto crítica como autocriticamente.

* Conferência de encerramento da XII Semana de História da UNESP, Campus de Franca, realizada de 19 a 22 de outubro de 1998.

** Professor da PUC/RJ.

Procurarei abordar esses três desafios de maneira informal, sem pretensões acadêmicas, em linguagem simples, na esperança de contribuir para uma conversa democrática sobre democracia, isto é, procurando incitar à participação ampliada dos jovens, dos estudantes.

O desafio da globalização

O termo é utilizado com uma insistência que pode ser considerada suspeita. É sinônimo de mundialização? É o prosseguimento em ritmo vertiginosamente acelerado daquele mesmo processo que Marx descreveu pioneiramente em seus escritos?

A velocidade é inegável, mas cabe a pergunta: ela cria uma nova realidade? Vale a pena lembrar Nicolau de Cusa, cardeal da Igreja, pensador do século XV, gênio da dialética: observando um pião (brinquedo infantil) que girava em torno de seu eixo, o autor de *A douta ignorância* chamou a atenção para o fato de que, por não engendrar nada de novo, o movimento do pião, quanto mais rápido era, mais produzia a impressão de imobilidade.

O capitalismo deixou de ser concentrador? Não parece. Sou semi-analfabeto em matéria de economia, porém, leio nos jornais que as dez maiores corporações transnacionais (Mitsubischi, General Motors, Ford, Exxon, Shell e outras menos votadas) faturam por ano 1,4 trilhões de dólares, o que equivale ao PIB —somado!— do Brasil, México, Argentina, Chile, Colômbia, Peru, Uruguai e Venezuela.

Essa situação, sem dúvida, acarreta uma diminuição no poder tradicionais dos Estados Nacionais. Mas a gente pergunta: sob o capitalismo, os Estados Nacionais tiveram alguma vez algum poder decisivo que não dependesse do capital?

No plano político, fortalece-se entre os socialistas a convicção de que o “socialismo num só país” é, de fato, inviável. Mas isso é o que já dizia Trótsky há mais de setenta anos.

O que o Brasil pode fazer para não se limitar a ser arrastado, passivamente, pela dinâmica que as maiores organizações capitalistas imprimem ao mercado mundial? Uma direção possível é a da articulação com os nossos vizinhos da América do Sul. Isolados, somos fraquíssimos. Unidos, contudo, teremos elementos para exigir alguma mudança que nos favoreça?

As peculiaridades que distinguem os países latino americanos uns dos outros, é claro, são fundamentais. As diferentes circunstâncias políticas e as distintas condições histórico-culturais criam para cada povo desafios particulares e possibilidades táticas bastante diversas. No entanto, estamos todos —estrategicamente— situados num mesmo campo de batalha. E estamos todos profundamente insatisfeitos com o quadro atual.

Nada indica que a insatisfação, por si mesma, venha a resultar num movimento histórico inexorável que, obedecendo à lógica (?) da história, de acordo com uma interpretação rigidamente determinista, revolucionará as nossas sociedades e lhes assegurará um progresso econômico espetacular.

Os democratas mais inquietos com a atual situação das sociedades da América Latina, ansiosos para transformá-las, têm sido obrigados a aprender a dura lição da história recente: nada nos assegura que nós, afinal, resolveremos os nossos problemas. Para resolvê-los, precisamos tomar iniciativas oportunas e adequadas, correndo o risco de nos equivocarmos.

Por isso, somos levados, muitas vezes, a indagar: qual poderia ser a alavanca desencadeadora do movimento transformador? Qual poderia ser o ponto de apoio que permitiria a essa alavanca —como queria Arquimedes— modificar o estado de coisas atual, tão frustrante?

Essa indagação ainda pode ser desdobrada em outra: existirão, afinal, uma determinada alavanca e um determinado ponto de apoio que, de fato, permitiriam a realização do processo das mudanças essenciais?

Uma observação do panorama não nos proporciona, nas circunstâncias em que nos achamos, elementos para uma resposta conclusiva, plenamente convincente.

O Estado, por exemplo, é um instrumento sem dúvida muito poderoso —imprescindível, mesmo— para a promoção de transformações políticas e sócio-econômicas profundas. Por isso, temos boas razões para repudiar as ações dos neoliberais empenhados em desmontar e enfraquecer o aparelho do Estado, com o objetivo de entregar mais e mais setores da vida social à dinâmica perversa do mercado, que tende sempre à concentração de capital e de renda, com o agravamento das desigualdades sociais (os ricos ficando cada vez mais ricos e os pobres

cada vez mais pobres).

No entanto, por imprescindível que seja a ação estatal, é impossível acreditarmos que o Estado, tal como o conhecemos no nosso continente, com todas as suas deformações históricas seculares, possa ser a alavanca ou o ponto de apoio das mudanças democratizadoras pelas quais ansiamos.

O próprio Estado necessita de mudanças para que possamos realmente nos sermos dele. E qual poderia ser a alavanca para a modificação do Estado? Qual poderia ser o ponto de apoio arquimediano para a hipotética alavanca?

Muitos responderão, convictamente: a sociedade civil. O italiano Antônio Gramsci nos ajudou a reconhecer as potencialidades de uma mobilização do conjunto das organizações que florescem à margem do Estado, às vezes, mantendo com ele relações tensas, capazes de influir a opinião pública e sobre as decisões políticas dos governantes.

Percebemos, contudo, que a nossa sociedade civil é bastante heterogênea. Os sindicatos e as organizações profissionais mobilizam suas respectivas categorias em torno de justas reivindicações salariais, mas encontram naturais dificuldades para sensibilizar seus associados para batalhas políticas travadas em âmbito nacional, quanto tais batalhas não são vistas como diretamente concernentes a cada grupo.

Para superar a cristalização de uma perspectiva meramente corporativa (sempre limitada, mesmo quando legítima), os partidos políticos democráticos se esforçam para ligar os combates setoriais à grande luta pela hegemonia no plano do conjunto da sociedade, em cada país. Defrontam-se, porém, com imensas dificuldades. Quando se fixam numa postura sectária, comprometidos com um discurso doutrinário, freqüentemente ficam isolados, com apoio popular insuficiente. E, quando adotam uma linha mais moderada e flexível, um discurso mais brando, impregnam-se de inocuidade "populistas" e reduzem a dimensões melancólicas seu potencial como agentes transformadores.

Assim como o Estado, os sindicatos, os partidos e outras organizações da sociedade civil podem ter uma ação "alavancadora" fundamental, mas precisam ser também "alavancados" por movimentos baseados em outros pontos de apoio.

É possível, portanto, que aquele determinado ponto de apoio

pedido por Arquimedes não exista no quadro em que nos movemos. O nosso não é o desafio teórico com que se defrontava o notável físico da Antigüidade: é um desafio prático, histórico, político, que só poderemos enfrentar com alguma expectativa de êxito se contribuirmos para a mobilização de sujeitos plurais diversos que precisarão atuar como um conjunto heterogêneo de alavancas diferentes, contando com distintos pontos de apoio.

Como poderemos contribuir para a formação, a consolidação e o enriquecimento dessa nova consciência democrática pluralista?

O desafio da desigualdade social

Entre os autores que têm suscitado indagações filosóficas e debates interessantes a respeito da incorporação das exigências do pluralismo à perspectiva democrática transformadora estão Michel Foucault e Michel de Certeau, com as idéias de micropoderes e micro-resistências. Eles chamaram a nossa atenção para o fato de que o exercício do poder por parte de alguns sujeitos sobre outros (em condições que consolidam e aprofundam desigualdades) não se limita à esfera pública e ao campo da ação estatal.

Contudo, as instigantes observações dos dois pensadores franceses, a meu ver, não são acompanhadas de respostas satisfatórias para algumas questões politicamente muito importantes.

Ao concentrarmos nossa análise nos fenômenos "micro", não corremos o risco de subestimar a gravidade das novas formas de poder que continuam a operar no plano "macro"?

Como poderemos evitar que se dispersem em múltiplos atos isolados de inspiração tendencialmente contestadora ações humanas inconformistas que poderia, alimentar movimentos histórico-sociais eficazes?

Admitindo a historicidade dos micropoderes e das micro-resistências, como poderemos aproveitar as energias que neles se manifestam para uma dinâmica que fortaleça a nossa atuação na esfera política, imprescindível à efetiva transformação prática da sociedade?

De saída, convém lembrarmos que o nosso não é o pluralismo da perspectiva liberal, que tende a acolher a diversidade, desde que comprometida com manutenção da estrutura social atual e com a

preservação dos privilégios: o pluralismo democrático é o do difícil (mas decisivo) aproveitamento —para fins de mudança— das contribuições de todas as forças e tendências presentes na massa amplamente majoritária dos não-privilegiados.

Trata-se, então, de saber ouvir e aprender a assimilar o que dizem sujeitos tão diversos como os representantes de culturas historicamente reprimidas, de etnias perseguidas, de todos os tipos de trabalhadores explorados, e também de saber ouvir e aprender a assimilar o que expressam os anseios dos jovens, as curiosidades e as fantasias das crianças, os protestos de todos os tipos de excluídos e discriminados, as memórias e as preocupações dos velhos, as aspirações das mulheres, as crenças mais sinceras dos religiosos, as expressões dos valores que resistem à tirania quantificadora do mercado, isto é, as manifestações de uma sensibilidade que repele a brutal redução pragmática de todas as coisas a mercadorias vendáveis (uma das causas da gravíssima crise ética contemporânea).

Mas se trata, também, de promover um aproveitamento eficiente dessa assimilação de tantas e tão sofridas experiências para alcançar um objetivo concreto: o de superar as condições econômicas, políticas e sócio-culturais que impedem as pessoas de serem mais universalmente livres, transformando as diferenças entre elas em desigualdades e recorrendo a práticas de opressão para manter privilégios.

De certo modo, são duas coisas que se condicionam mutuamente: a capacidade de ampliar a “escuta”, a disponibilidade de levar em conta as razões de setores cada vez mais amplos e de se abrir para um reconhecimento verdadeiro da riqueza das diferenças, de um lado, e, de outro, a perspectiva de agir, a disposição inconformista para mobilizar na ação —na luta!— todos aqueles que têm motivos para estar insatisfeitos com o estado de coisas vigente.

Se conseguirmos contribuir para a formação e o fortalecimento dessa consciência pluralista democrática, não passaremos a dispor nem de um alavanca nem de um ponto de apoio arquimediano para realizar na prática a profunda transformação democratizadora de que as nossas sociedades estão precisando, no nosso continente, mas passaremos a contar com uma fabulosa reserva de energias criadoras, que nos impulsionarão na busca de novos caminhos.

O desafio do pensamento crítico e autocrítico

Se conseguirmos... Possibilidades animadoras existem. O que não existe é a garantia de que nós saberemos aproveitá-las. Se tivermos êxito em nosso esforço, entretanto, inventaremos novos modos e novas formas de organização para atuar no plano político. Desenvolveremos concepções e métodos que nos ajudarão a criticar cristalizações doutrinárias, engessamentos dogmáticos no pensamento. Complementaremos o aprofundamento do nosso espírito crítico, dialeticamente, com um robusto (e necessariamente bem humorado) espírito autocrítico.

Acabaremos por nos tornar capazes de absorver experiências que nos fortalecerão enormemente nos combates que travaremos por uma causa mais irresistivelmente reconhecida como justa.

Acho que nós, que nos ocupamos da história das idéias políticas e sociais, ou da história cultural, temos ao nosso alcance elementos que podem nos ajudar a trazer uma contribuição ao esforço coletivo de revisão e aprimoramento do arsenal daqueles que se mostram comprometidos com as teorias e as práticas da democracia.

Sabemos que os seres humanos não avaliam —e não podem avaliar— com “neutralidade”, ou com total objetividade, fenômenos que envolvem seus interesses vitais. É próprio da nossa condição estabelecermos uma escala de preferências e prioridades compatível com nosso ponto de vista particular, por maiores que sejam nossas ambições à universalidade absoluta. Certa confusão entre o particular e o universal é uma possibilidade concreta que nunca pode ser eliminada.

A sinceridade e a boa fé não nos garantem contra os erros. Quantos juízes honestos já confessaram ter se enganado? Quantos tribunais já condenaram inocentes? E quantos dirigentes ou ativistas políticos honrados já tomaram atitudes ou proferiram palavras de que se arrependeram?

Mesmo numa área como a da crítica literária, na qual as situações são bem menos dramáticas do que as de um processo judicial ou de uma luta política (e as paixões desencadeadas deveriam ser menos tempestuosas), nenhuma serenidade tem podido impedir juízos de valor escandalosamente arbitrários.

Uma boa galeria de avaliações crassamente equivocadas nos é

oferecida pela Academia Sueca, encarregada de atribuir todo ano a algum escritor o Prêmio Nobel de Literatura. Reunidos em Estocolmo, antes do recente acerto da concessão do prêmio a Saramago, os acadêmicos já deram o cobiçado galardão a autores como Rudolf Eucken, Henrik Pontoppidan, Verner von Heidenstam, Karl Gjellerup, Frans Eemil Silampaa, e nunca premiaram Franz Kafka, Marcel Proust, Paul Claudel, Rainer Maria Rilke, Paul Valéry, Fernando Pessoa, Federico Garcia Lorca, André Breton, Paul Celan, Jorge Luis Borges, Carlos Drummond de Andrade e outros craques da literatura do século XX (inclusive Sigmund Freud, que além de cientista eram um grande escritor).

As falhas da Academia Sueca dão o que pensar. Seus integrantes, ao que tudo indica, não agem com perfídia. Quando tomam suas decisões, não se dão conta da estreiteza provinciana de seus horizontes, não têm consciência das distorções ideológicas dos critérios que adotam. Não percebem os preconceitos subterrâneos, o conservadorismo embutido em suas avaliações.

E nós, quando formulamos nossos juízos, no Brasil, neste fim de milênio, temos acaso uma base sólida para acreditarmos que somos menos provincianos e menos preconceituosos do que os acadêmicos suecos?

Devemos, porém, nos empenhar na auto-relativização do nosso pensamento, em diálogo com os outros. Ponderar as possíveis razões alheias, eventualmente recolhendo elementos que nos ajudem a evitar cristalizações dogmáticas e enrijecimentos doutrinários. Atentos para o fato de que as incessantes transformações operadas pela história se realizam tanto no mundo como em nós; tanto na realidade objetiva como no nosso movimento interior, subjetivo.

Pensar historicamente é sempre mais difícil —e mais necessário!— do que parece à primeira vista.

Por isso, precisamos assimilar o conselho que nos deu o grande Bertolt Brecht (que também nunca recebeu o Prêmio Nobel): precisamos desenvolver “um sexto sentido para a história”.

COMPARATO, Leandro Konder. Brazil And The Challenges At The End Of The Century. *Ensaio de História*, Franca, v.4, n. 1/2., p. 177-184, 1999.

ÍNDICE DE ASSUNTOS

ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Amazônia, p.115
Barretos, p.139
Belle Époque, p.51
Brasil, p.177
Brizola, p.131
Caboclos, p.115
Caparaó, p.135
Complexo cafeeiro, p.139
Companhia Frigorífica Pastoral,
p.139
Comunicação, p.43
Comunidades ribeirinhas, p.115
Controle ideológico, p.43
Cultura, p.91
Desigualdade social, p.177
Escola, p.43
Esquerda armada, p.131
Esquerda, p.9
Estética, p.51
Estrutura, p.17
Etnocentrismo, p.115
Folclore, p.91
Folia de Reis, p.91
Globalização, p.177
Guerrilha, p.131
Haliêutica, p.115
História,
 Conceitual, p.17
 de Franca, 71
 de Ribeirão Preto, p.51
 Urbana, p.55
Homero, p.9
Identidade, p.91
Igreja Católica, p.125
Ilíada, p.09
Indústria cultural, p.43
José Luís dos Santos Pereira, p.71
Lévi-Strauss, p.17
Medicina preventiva,
 história da, p.71
Mito, p.9
Mitologia, p.9
Modernidade, p.51., p.71
Modernização, p.71
Nacionalismo revolucionário, p.131
Odisséia, p.09
Pecuária, p.139
Pensamento crítico, p.177
Pensamento grego, p.09
Pesquisa, p.169
Prado, Antônio, conselheiro, p.139
Preconceito, p.115
Regime militar, p.125
Religiosidade, p.91
Repressão, p.131
Resistência cultural, p.91
Terceira Revolução Industrial, p.43
Universidade, p.169
Urbanização, p.71

SUBJECT INDEX

SUBJECT INDEX

- Amazônia, p.115
Ancient history, p.9
Barretos, p.139
Belle Époque, p.51
Brazil, p.177
Brizola, p.131
Caparaó, p.131
Catholic church, 125
Cattle raising, p.139
Coffe complex, p.139
Communication, p.43
Companhia Frigorifica Agropstoril,
p.139
Conceptual history, p.17
Course of History, p.169
Critic thought, p.177
Cultural industry, p.43
Cultural resistance, p.91
Cultural theory, p.17
Culture, 91
Epiphany, p.91
Esthetics, p.51
Ethnocentrism, p.115
Folklore, p.91
Franca, , 71, 169
Globalization, p.177
Guerilla, p.131
Halieutics, p.115
Homer, p.9
Human's rights, p.125
Ideological control, p.43
Identity, p.91
José Luis dos Santos Pereira, p.71
Lévi-Strauss, p.17
Military regim, p.131
Military dictatorship, p.125
Modernity, p.51, 71
Modernization, p.71
Mythology, p.9
Oppositon armed, the, p.131
Prado, Antônio, Cousellor, p.139
Prejudice, p.91
Prevent medicine history, p.71
Rangers, p.115
Religiouness, p.91
Repression, p.125
Research, p.169
Revolutionary nationalism, p.131
Ribeirão Preto, p.51
Riverians communities, p.115
School, p.43
Structuralism, p.17
Structure, p.17
Third industrial revolution, p.43
University, p.169
Urban history, p.51
Urbanization, p.71
Utopia, p.9

ÍNDICE DE AUTORES/*AUTHORS INDEX*

ARAÚJO, T. R. da S., p.115
BOTOSSO, M., p.131
COELHO, H. M. F. C., p.169
COMPARATO, L. K., p.177
DEMARCHI, C., p.9
FALEIROS, R. N., p.43
FARIA, I. T. de, p.17
LANZA, F., p.125
PAZIANI, R. R., p.51
PERINELLI NETO, H., p.139
PUPO, G. F., p.91
SOUZA, S. F. de, p.71

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAL

INFORMAÇÕES GERAIS

ENSAIOS DE HISTÓRIA publica trabalhos inéditos de autores da UNESP/Franca e de outras instituições nacionais e internacionais, na forma de artigos, revisões, comunicações, notas prévias, resenhas e traduções.

Os trabalhos deverão ser redigidos em português. Deverão anteceder o texto os seguintes itens: título, autor(es), identificação do(s) autor(es), resumo de, no máximo, 5 linhas e 5 unitermos. Sucederão o texto: referência bibliográfica em inglês, *abstract* e *keywords*.

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores. Os trabalhos que não se enquadrarem nessas Normas para a Apresentação de Original* serão devolvidos aos autores.

PREPARAÇÃO DOS ORIGINAIS

Apresentação. Os trabalhos devem ser apresentados em duas vias, com cópia das ilustrações. Textos em disquetes serão acompanhados do *printer* (cópia impressa, fiel, do disquete), em *Word 6.0*, apresentados em letra 13, tipo *Times New Roman*, espaço 1.5; os textos devem ter no máximo 15 páginas.

Estrutura do trabalho. Os trabalhos devem obedecer à seguinte seqüência: *Título*; *Autor(es)* (por extenso e apenas o sobrenome em maiúscula); *Filiação científica do(s) autor(es)* (indicar em nota de rodapé: Departamento, Instituto ou Faculdade, Universidade, sigla, Cidade, Estado, País, orientação quando houver, agência financiadora —bolsa e/ou auxílio a pesquisa— quando houver); *Resumo* (com máximo de cinco linhas); *Palavras-chave* (até cinco); *Texto* (subtítulos, notas de rodapé e outras quebras devem ser evitadas); *Agradecimentos*; *Title*, *Abstract* e *Keywords* (versão para o inglês do Resumo e Palavras-chave precedida pela Referência bibliográfica do próprio artigo); *Referências bibliográficas* (trabalhos citados no texto).

Referências bibliográficas. Devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir a NBR 6023 da ABNT.

Abreviaturas. Os títulos de periódicos deverão ser abreviados conforme o *Current Contents*. Exemplos:

Livros e outras monografias

LAKATOS, E.M., MARCONI, M.A. *Metodologia do trabalho científico*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1986. 198p.

Capítulos de livros

* Esclarecimentos adicionais sobre as normas para apresentação de original constam do manual Normas para publicações da UNESP.

JOHNSON, W. Palavras e não palavras. In: STEINBERG, C. S. *Meios de comunicação de massa*. São Paulo: Cultrix, 1972, p.47-66.

Dissertação e teses

BITENCOURT, C. M. F. *Pátria, civilização e trabalho: o ensino nas escolas paulistas (1917-1939)*. São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado em História) – FFLCH, USP.

Artigos de periódicos

ARAÚJO, V.G. de. A crítica musical paulista no século XIX: Ulrico Zwingli. *ARTEunesp*, São Paulo, v.7, p.59-63, 1991.

Trabalho de congresso ou similar (publicado)

MARIN, A. J. Educação continuada: sair do informalismo? In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 1, 1990. Anais... São Paulo: UNESP, 1990, p.114-8.

Citação no texto. O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome, separado por vírgula da data de publicação (Barbosa, 1980). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: "Morais (1955) assinala...". Quando for necessário especificar páginas(s), esta(s) deverá(ão) seguir a data, separada(s) por vírgula e precedida(s) de p. (Mumford, 1949, p.513). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (Peside, 1927a) (Peside, 1927b). Quando a obra tiver dois autores, ambos são indicados, ligados por & (Oliveira & Leonardo, 1943), e quando tiver três ou mais, indica-se o primeiro seguido de et al. (Gille et al., 1960).

Notas. Devem ser reduzidas ao mínimo e colocadas no pé da página. As remissões para o rodapé devem ser feitas por números, na entrelinha superior.

Anexos e/ou Apêndices. Serão incluídos somente quando imprescindíveis à compreensão do texto.

Tabelas. Devem ser numeradas consecutivamente com algarismos arábicos e encabeçadas pelo título.

Figuras. Desenhos, gráficos, mapas, esquemas, fórmulas, modelos (em papel vegetal e tinta nanquim, ou computador); fotografias (em papel brilhante); radiografias e cromos (em forma de fotografia). As figuras e suas legendas devem ser claramente legíveis após sua redução no texto impresso de 11,5x17cm. Devem-se indicar, a lápis, no verso: autor, título abreviado e sentido da figura. Legenda das ilustrações nos locais em que aparecerão as figuras, numeradas consecutivamente em algarismos arábicos e iniciadas pelo termo FIGURA.

SOBRE O VOLUME

Formato: 16 x 21 cm

Mancha: 27 x 45 paicas

Tipologia: Garamond

Papel: Ofsete 75 g/m² (miolo)

Couchê: 60 g/m² (capa)

Matriz: eletrostática

Tiragem: 300

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Coordenação e Diagramação

Itamar Teodoro de Faria

Tércio Pereira Di Gianni

Revisão Bibliográfica

Jacimar Fátima Ferreira Rezende

Assessoria Técnica

Aparecida Fátima Vieira Guiraldelli

Nanci Soares

Produção Gráfica

Alcione Moraes de Oliveira

Luis Carlos Mendonça

Valter Mendes da Silva (chefe)

